Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado Profissional em Ensino de História

Alessandro Cesar dos Santos Baptista

Entre pedras e papéis: da Escola Normal ao Instituto de Educação, identidades delineadas na construção de sua sede e nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957)

Rio de Janeiro

Maio de 2019

Alessandro Cesar dos Santos Baptista

Entre pedras e papéis: da Escola Normal ao Instituto de Educação, identidades delineadas na construção de sua sede e nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Anita Correia Lima de Almeida

Rio de Janeiro

Maio de 2019

Alessandro Cesar dos Santos Baptista

Entre pedras e papéis: da Escola Normal ao Instituto de Educação, identidades delineadas na construção de sua sede e nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 3 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Anita Correia Lima de Almeida (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Leonardo Civale
Universidade Federal de Viçosa – UFV

Prof.ª Dr.ª Leila Bianchi Aguiar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro
Maio de 2019

DEDICATÓRIA

À minha filha, Maitê, razão da minha vida.
À minha companheira, Eveline, não seria possível sem a sua ajuda.
À minha mãe, Francisca, por toda a luta e à minha sogra, Luzinethe, presente da vida.
Dedico, ainda, àqueles que permanecem vivos em minhas memórias: ao meu pai, Geraldo Baptista, sempre; ao meu primo, Cláudio da Silva, o tio Zé Maria mor da família e ao fraterno Ricardo Novaes, amigo de fé e de muitas batalhas.

AGRADECIMENTOS

Para chegar até aqui, percorri uma estrada árdua, e contei com o apoio de muitas pessoas, a quem quero deixar registrado meu reconhecimento.

Quero agradecer, antes de tudo, à minha orientadora, Professora Anita Correia Lima de Almeida, pela sua dedicação e paciência no acompanhamento deste trabalho, e pelo seu estímulo, sempre de forma humana e profissional.

Aos professores Leonardo Civale e Leila Bianchi Aguiar pelas importantes orientações dadas na qualificação deste trabalho.

À Joana D'Arc Ribeiro e à Maria Lígia Carvalho, amigas de todas as horas, minha eterna gratidão.

Aos funcionários e funcionárias das instituições de pesquisa pelas quais passei para realizar esta Dissertação: Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Estadual de Patrimônio Cultural e Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.

Aos funcionários e funcionárias do Centro de Memória da Educação Brasileira. Aqui todo o meu reconhecimento e gratidão ao Júlio Calasans Maia e à Vera Regina Barbosa Dias Monteiro, fundamentais para a elaboração desta Dissertação.

Aos amigos da equipe de História do Ensino Médio, Cláudio França e Orlando Rey, obrigado pelo apoio e incentivo.

Ao amigo Fábio Pinto, exemplo de determinação e de vida, muito obrigado pelo incentivo e apoio.

Aos colegas de turma do Mestrado Profissional em Ensino de História da Unirio.

Aos meus queridos alunos e alunas que participaram das etapas desta Dissertação, sem vocês eu não teria conseguido.

À Priscila Luzivotto, secretária do PPGH, por sempre nos atender com eficiência e dedicação.

A um grupo de jovens: Yasmin, Larissa Rosa, Larissa Ceciliano, Gabriella, Mateus, Eduarda Rodrigues, Tainah, Jaqueline, Maynara, Winne, Ana Carolina, Gabriel, Gustavo, Felipe Smith, João Marcos, Dennys, Ygor, Beatriz, Andressa, Eduarda Nunes, Kelly, Wallace e Anne, por toda a amizade e apoio.

À direção da Escola Municipal Rachide da Glória Salim Saker, Cíntia Aparecida Rocha e Daniella Cássia Barros, pela compreensão e apoio.

Especialmente, à minha família, por todo apoio e incentivo, minha companheira Eveline Viterbo Gomes, minha filha, Maitê Viterbo Baptista, minha sogra, Luzinethe Viterbo e minha mãe, Francisca dos Santos Baptista.

RESUMO

BAPTISTA, Alessandro Cesar dos Santos. *Entre pedras e papéis: da Escola Normal ao Instituto de Educação, identidades delineadas na construção de sua sede e nos periódicos estudantis Pharol (1880-1881) e O Tangará (1953-1957)*. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho se propõe a pensar sobre as possibilidades de utilização da história do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj) na prática do ensino de História. Tal proposta tem como objetivo fazer com que os alunos e alunas do Iserj possam conhecer a história da instituição, identificando-se como parte integrante dela, construindo laços de pertencimento necessários à sua preservação, valorização e defesa. Buscando alcançar esses objetivos, a pesquisa se desenvolve no intuito de conhecer o histórico de sua sede atual, fundada em 1930, expressando uma concepção de educação, a Escola Nova, e um movimento artístico, o Neocolonial; e delinear as identidades discentes através dos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957). Por fim, como produto pedagógico, propõe-se a confecção de uma Caixa de Oficinas, onde estão reunidas as oficinas sugeridas a partir do levantamento de fontes realizado para esta Dissertação.

Palavras-chave: Ensino de História; Identidades; Iserj; Periódicos Estudantis.

ABSTRACT

BAPTISTA, Alessandro Cesar dos Santos. *Between stones and papers: from the Normal School to the Institute of Education, identities outlined in the construction of its headquarters and in the student periodicals Pharol (1880-1881) and O Tangará (1953-1957).* 2019. 132 f. Dissertation (Master's Degree in History Teaching) – Post-Graduate Program in Teaching History, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present work intends to think about the possibilities of using the history of the Instituto de Educação do Rio de Janeiro (Iserj) in the practice of teaching History. The proposal is to make the students of Iserj able to know the history of the institution, identifying themselves as an integral part of it, building bonds of belonging necessary for its preservation, valorization and defense. In order to reach these objectives, the research is developed in order to know the history of its current headquarters, founded in 1930, expressing a conception of education, the New School, and an artistic movement, the Neocolonial; and to delineate student identities through *Pharol* (1880-1881) and *O Tangará* (1953-1957) student journals. Finally, as a pedagogical product, it is proposed the creation of a Workshop Box, where the workshops suggested from the sources survey carried out for this Dissertation are gathered.

Keywords: History teaching; Identities; Iserj; Student Newspapers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estante disposta no salão de consultas 34
Figura 2- Fichas para sorteio das arguições, regulares no processo de avaliação dos estudantes 36
Figura 3- Passe para transporte público utilizado por estudantes da escola Normal 36
Figura 4- Convite de formatura 36
Figura 5- Fachada do Colégio Pedro II 40
Figura 6- Escola Politécnica, local de funcionamento da Escola Normal da Corte entre os anos 1880 e 1888 42
Figura 7- Fachada do prédio que abrigou a Escola Normal entre 1888 e 1914 43
Figura 8- Escola Modelo Estácio de Sá vista da antiga Rua de São Cristóvão 44
Figura 9- Fachada da sede da Escola Normal, inaugurada em 1930. 45
Figura 10- A charge em O Tangará, jornal escrito por estudantes do Instituto de Educação ..53
Figura 11- Planta baixa do Instituto de Educação 58
Figura 12- A primeira edição do jornal Pharol 72
Figura 13- Programa da disciplina de português 77
Figura 14- Primeira edição de Instituto 80
Figura 15- Coleção do periódico Normalista disponível no CMEB 84
Figura 16- Orfeão Carlos Gomes 86
Figura 17- Exemplares do periódico Estrela Azul 88
Figura 18- Charge do bar do Juvenal 90
Figura 19- A fila da fome... e as águas não rolaram 90
Figura 20- Até quando, ó piscina, abusarás da nossa ausência? 91
Figura 21- *O Tangará* em formato revista 94
Figura 22- *O Tangará* formato jornal 95
Figura 23- *O Tangará* formato folheto 96
Figura 24- Capa da primeira edição de *O Tangará* 99
Figura 25- Charge sobre alterações no preço de *O Tangará* 101
Figura 26- A charge “Vida de normalista”, de 1954 107
Figura 27- Como é vista a normalista 110
Figura 28- Transgredindo as normas de utilização do uniforme escolar 112
Figura 29- Caixa de Oficinas 116
Figura 30 – Iserj em foto frontal, de 1930, em preto e branco (Imagem 1) 117

Figura 31 - Iserj em foto aérea posterior, da década de 1980, colorida (Imagem 2) 118
Figura 32 – “Nosso Uniforme de Verão", 1957 (DOC 1) 120
Figura 33 - Conferência para arrecadar fundos em prol da liberdade de um escravizado, Pharol, data 1º ago. 1880, p. 4 (DOC 1) 124
Figura 34- Editorial. *O Tangará*, ano III, n. 24, maio 1968 (DOC 2) 125
Figura 35- Imagem referente a ocupação do Instituto pelos alunos em 2016, foto pública (DOC3) 127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Sumário da revista *O Tangará*, ano 5, n. 11, 1957 100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGCRJ	–	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Iserj	–	Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
CMEB	–	Centro de Memória da Educação Brasileira
Faetec	–	Fundação de Apoio à Escola Técnica
Cemef	–	Centro de Memória da FAETEC
Secti	–	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro
UDF	–	Universidade do Distrito Federal
Inepac	–	Instituto Estadual de Patrimônio Cultural
CFP	–	Curso de Formação de Professores
CAP/Iserj	–	Colégio de Aplicação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
Ibam	–	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
DESPS	–	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
IRPH	–	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA ESCOLA NA PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA 19

1.1 A escola como experiência educativa 19

1.2 Os periódicos produzidos por estudantes como expressões de suas identidades 26

1.3 O Centro de Memória da Educação Brasileira: onde presente e passado se encontram 30

2. DA ESCOLA NORMAL AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: A HISTÓRIA POR TRÁS DO PRÉDIO 38

2.1 Um panorama da história institucional 38

2.1.1 Tempos de itinerância 39

2.1.2 Um novo prédio para uma escola renovada 47

2.2 Projetos em harmonia: o escolanovismo e o movimento neocolonial em sintonia a favor de um Brasil 54

2.2.1 A construção da sede da Escola Normal como vitrine do escolanovismo 54

2.2.2 O traçado neocolonial para a materialização do nacionalismo brasileiro contido na proposta escolanovista 62

3. PERIÓDICOS ESTUDANTIS EM PAUTA: HISTÓRIA FEITA POR DENTRO 70

3.1 *Pharol* (1880-1881), um jornal dedicado aos interesses dos estudantes da Escola Normal 70

3.2 Por outras páginas: Instituto, Normalista, Estrela Azul, Mosaico, Voz do ITE e O Bandará 80

3.3 *O Tangará* (1953-1957), um jornal escrito por estudantes “alegres, obedientes e disciplinadas” 93

4. CAIXA DE OFICINAS 114

OFICINA 1 - REFAZENDO PASSOS ANTIGOS 117

OFICINA 2 - GÊNERO E UNIFORMES 120

OFICINA 3 - CIDADANIA E LUTAS ESTUDANTIS 124

CONCLUSÃO 128

REFERÊNCIAS 129

INTRODUÇÃO

Trabalhar a história de uma instituição quase sesquicentenária como o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj) não nos parece uma tarefa fácil. Naturalmente, foram feitas escolhas, recortes e caminhos nesta Dissertação. Porém, em tempos neoliberais, quando a máxima das políticas governamentais se dá pelo desmonte dos serviços públicos, em prol de uma lógica privatista, faz-se, apesar dos percalços, mais do que necessário. Como educador, professor de História, colocar-me diante dessas questões, enfrentá-las, configura-se num dever de ofício. Esse é o meu lugar de fala, a educação pública, o espaço escolar.

Em essência, a educação pública é o *locus* privilegiado de minha formação. Isso ocorreu tanto na Educação Básica, quando cursei o Ensino Fundamental na Escola Municipal Estácio de Sá e o Ensino Médio no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, como na Superior, formando-me no curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em 2001. Outro espaço fundamental na minha formação profissional e de cidadão é o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), instrumento classista que viabiliza, por meio de formações, campanhas, paralisações e greves, a luta por uma educação pública de qualidade para todos.

Profissionalmente, desde 2002, atuo na Educação Básica, trabalhando em redes públicas de ensino, sempre ingressando por meio de concursos públicos. Atualmente, leciono na Escola Municipal Rachide da Glória Salim Saker, pertencente à Fundação Municipal de Educação de Niterói, e no Iserj, que faz parte da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), órgão que integra a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (Secti).

O Iserj é uma instituição secular que consta na lista de bens tombados do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), bem como do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Sua origem remonta ao período imperial, em 1880, quando era chamada de Escola Normal da Corte, sendo vinculada ao Ministério do Império. Em 1889, com a proclamação da República, passou a ser chamada de Escola Normal da Capital Federal, primeiro ligada ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e, posteriormente, à Prefeitura do Distrito Federal, já sendo denominada Escola Normal do Distrito Federal. A sede própria da Escola Normal viria a ser construída a partir de um debate sobre a necessidade da construção de edifícios escolares com instalações adequadas e respondendo aos anseios da Reforma Educacional de 1928, realizada dentro dos marcos do movimento da Escola Nova, no Distrito Federal, implementada por Fernando de Azevedo, à época diretor da Instrução Pública.

Nesse contexto, pela ação de educadores como o citado Fernando de Azevedo, o prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior, adquiriu, em 1927, um terreno localizado na rua Mariz e Barros, no bairro da Tijuca, para construção do novo prédio da Escola Normal, tendo sido organizado um concurso em que o projeto vencedor foi o dos arquitetos Brunhs & Cortez, e a construção em estilo neocolonial terminada em 1930.

Em 1932, Anísio Teixeira, diretor da Instrução Pública da época, obteve do prefeito Pedro Ernesto o decreto nº. 3.810, de 19 de março de 1932, transformando a Escola Normal em Instituto de Educação. Com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, o Instituto de Educação foi incorporado a ela por iniciativa do seu primeiro reitor, Anísio Teixeira. Essa efêmera experiência finda sob o período do Estado Novo (1937-1945), quando, em 1939, ocorreu a extinção do curso superior da Escola de Professores.

Na década de 1960, no contexto da transferência da capital do país e criação do Estado da Guanabara, o Instituto passou a ser chamado de Instituto de Educação do Estado da Guanabara, vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a instituição passou a ser denominada de Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

A condição atual da instituição se configurou na década de 1990. O Instituto passou para a alçada da Faetec, em 1997, pelo decreto nº. 23.482, de 10 de dezembro, sendo, portando, vinculado à Secti. Em 1998, pelo decreto nº. 24.338, de 3 de junho, foi transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e pelo decreto nº. 24.665, de 18 de setembro do mesmo ano, foi criado pelo Governo do Estado, o Colégio de Aplicação (CAP/Iserj), sendo composto por Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio (formação geral e técnico). Ainda nesse ano, no mês de outubro, o Conselho Estadual de Educação credenciou o Iserj, autorizando o funcionamento do Curso Normal Superior.

Ao iniciar o trabalho no Iserj, fui percebendo as possibilidades de utilização desse rico patrimônio cultural na minha prática docente, quando comecei a explorar seus espaços, as suas histórias e múltiplas memórias em minhas aulas. Esse processo era, de alguma forma, um movimento contrário ao que realizava em minhas práticas de ensino até então. Inicialmente, vislumbrava e promovia aulas em espaços que estimulassem a apropriação da cidade por parte dos alunos num processo que partia do reconhecimento de si como sujeito histórico e da cidade como construção histórica, mosaico de memórias e identidades. Sem desconsiderar essa importante prática, uma vez que a efetivamos no Instituto com as nossas turmas, como, por exemplo, as aulas passeios realizadas no centro histórico do Rio de Janeiro, a experiência de

lecionar no Iserj me despertou a possibilidade de trabalhar a história da escola em minha prática docente. Nesse sentido, o meu olhar passou a ser sobre a escola sempre em articulação com a sociedade nos diferentes momentos de sua história. Esse movimento vinha ao encontro de anseios que já trazia na minha trajetória profissional de valorização da educação pública, do seu espaço de excelência, a escola.

Assim, através da minha prática de ensino, poderia promover o conhecimento da história da escola à comunidade escolar, mais precisamente aos alunos e alunas do Iserj, e fazer com que se reconhecessem como parte dessa história. A construção dessa identidade constitui um importante papel na valorização do espaço escolar por parte de sua comunidade e também na defesa da educação pública.

Outra questão que emerge nessa dinâmica de conhecimento e reconhecimento da história da escola e de seus espaços constituintes é o fato de a instituição possuir um centro de memória – Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) – com riquíssimos acervos que datam do período imperial e ser um espaço pouco utilizado pela comunidade escolar, sendo interessante redimensionar o seu uso. Parte significativa da pesquisa realizada para esta Dissertação e para o seu respectivo produto pedagógico foi realizada na casa de guarda da instituição.

Para viabilizar esse caminho o Mestrado Profissional foi se consolidando como possibilidade de aprimoramento de minha prática docente. Isso por ser uma proposta de qualificação profissional que valoriza a experiência da sala de aula e promove o diálogo entre a História e a docência, reconhecendo as especificidades do ser professor de História da Educação Básica.

Embora tenha entrado nesse programa de pós-graduação, o Mestrado Profissional em Ensino de História da Unirio, interessado, inicialmente, num tema que valorizava o prédio do Iserj como patrimônio cultural, as aulas assistidas, as pesquisas realizadas por mim e as preciosas orientações dadas na Qualificação da Dissertação foram levando o presente estudo a se aproximar das identidades dos estudantes da instituição nos séculos XIX e XX, expressas em periódicos produzidos por eles mesmos.

Porém, a construção do prédio demarca um momento de inflexão na história da escola, quando adquire uma sede própria que, por sua vez, expressava uma concepção de educação – a Escola Nova – e um estilo arquitetônico – o neocolonial. Dessa forma, busquei trabalhar a história da escola na Dissertação através da história da construção de sua sede e por meio das identidades delineadas nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957).

Se, por um lado, a história da construção do prédio coloca em evidência políticos e educadores renomados, por outro, a análise dos periódicos estudantis permite que essa história seja enfocada de dentro para fora e de baixo para cima, revelando o protagonismo de outros atores sociais na história da escola.

Compreendendo, entretanto, o entrelaçamento das identidades estudantis à escola, ou seja, partindo da concepção de que estas identidades são fruto da instituição frequentada por eles e que essa instituição estabelece algum laço entre eles ao mesmo tempo em que constrói sua representação na sociedade, procuro neste trabalho delinear as identidades estudantis construídas no cruzamento da história do Iserj e da escrita daqueles estudantes nos citados impressos estudantis.

No processo de busca e análise de fontes que dessem suporte ao trabalho aqui desenvolvido acessei diversos impressos produzidos pelos estudantes do atual Iserj. Além dos já apontados *O Tangará*, com destaque para a sua primeira diretoria, entre 1953 e 1957, e o *Pharol* (1880-1881), temos: *Instituto* (1941); *Normalista* (1948); e *Estrela Azul* (1954). E esses não foram os únicos periódicos estudantis existentes na longa trajetória do Instituto, a qual foi iniciada no ano de 1880. Ao longo do processo de análise das fontes selecionadas, encontrei menções a outras produções periódicas estudantis: *O Bandará* (1953), *Mosaico* (1955) e *A Voz do ITE* (1956), contudo não foram localizados exemplares para a consulta. Daqueles que estão acessíveis aos pesquisadores, *Pharol* (1880-1881) está depositado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os outros compõem o acervo do CMEB.

Ao dividi-los em duas categorias: periódicos de opinião – *Pharol* – e jornais escolares – todos os outros periódicos do século XX elencados anteriormente –, houve a necessidade de efetuar uma seleção de fontes que dessem sustentação à proposta da Dissertação. Então, foram definidas como fontes privilegiadas o *Pharol*, por ser o mais antigo periódico produzido por estudantes na história da instituição escolar e o único representante da categoria "jornal de opinião", e *O Tangará*, por ser o mais longevo dentre os jornais escolares, percorrendo temporalidades diversas da trajetória da escola, e por conter uma boa quantidade de exemplares disponíveis para consulta.

Também foram utilizadas como fontes diversas notícias acerca do Instituto de Educação na grande mídia impressa, fotografias e desenhos da escola desde a sua fundação; plantas arquitetônicas da sede, inaugurada em 1930; documentos produzidos pela própria administração escolar; documentos sobre os processos de tombamento da instituição. Para isso, foi fundamental, ainda, pesquisar em outras instituições como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), o Arquivo

Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

Outra estratégia desenvolvida ao longo da elaboração desta Dissertação, já utilizada em minha prática de ensino, mas agora refletida à luz do programa ProfHistória, foi a visita aos espaços do Iserj com as turmas para as quais leciono. Na medida em que pesquisava e escrevia o presente trabalho, pensava sobre os espaços da instituição junto aos meus alunos e alunas. Um momento importante nesse processo foi a visita guiada ao CMEB. Na ocasião, as turmas tiveram oportunidade de conhecer documentos de natureza diversa que permitiam ter contato com a história da instituição desde a sua fundação no período imperial. Entre esses documentos, os periódicos estudantis. Assim, a ida ao laboratório de informática permitiu consultar *O Tangará*, que foi digitalizado e disponibilizado pela equipe do CMEB, do mesmo modo ocorreu, com o jornal *Pharol*, só que este foi consultado no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Cada turma foi dividida em grupos, ficando responsáveis por analisar certo número de edições. Nessa análise, deveriam selecionar matérias interessantes para eles e com as quais, de alguma forma, se identificassem. As fontes selecionadas pelas turmas foram de suma importância para o desenvolvimento do produto pedagógico proposto (Capítulo 4).

Todo esse material foi selecionado e analisado para fomentar a pesquisa que tem como diretriz os seguintes objetivos específicos: discutir o uso da história do Iserj na prática do ensino de História; apresentar as histórias que envolvem o sediamento da então Escola Normal, apresentando um panorama geral de sua inauguração até os dias atuais; compreender as identidades que emergem nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957); apresentar propostas de trabalhos práticos para a disciplina de História junto às classes de estudantes da Educação Básica acerca do estudo desenvolvido nesta Dissertação.

Os conceitos de ensino de História, identidade, memória e patrimônio cultural caracterizam o estudo que se apresenta e são balizados pelo referencial teórico composto por Bittencourt (2009), Ferreira & Franco (2013), Lacerda et al (2015), Le Goff (2003), Lopes (2006), Moraes & Franco (2013), Nora (1993), Oriá (2003), Pollak (1989) e Souza (2007). Do diálogo com tais autores, o qual orientou o trato das fontes, resultou um texto composto por quatro capítulos que, para finalizar esta Introdução, apresento a seguir.

No Capítulo 1 discuto como a História é multifacetada e pode ser contada a partir de olhares diversos, chamando a atenção para a especificidade do trabalho do professor de História, em distinção ao trabalho do historiador. Ainda neste capítulo, apresento o CMEB destacando a importância dos centros de memória como instituições de guarda que viabilizam

a escritura da história a partir de imagens, depoimentos, fragmentos de memória que vão além do tradicional documento oficial escrito.

No Capítulo 2, ao apresentar as histórias que compõem a trajetória institucional do atual Iserj, desde sua criação em 1880 e instalação no prédio da Escola Politécnica, a construção da sua sede definitiva, na região da grande Tijuca, ganha dimensão por representar os projetos e tensões que envolviam a educação pública no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A associação entre os movimentos educacional escolanovista e artístico neocolonial é o destaque aqui.

O Capítulo 3 apresenta os periódicos estudantis consultados e também o esforço promovido no sentido de se delinear as identidades dos estudantes por meio da análise de *Pharol* (1880-1881) e de *O Tangará* (1953-1957) a partir das temáticas abordadas e dos discursos acerca da escola e da vida de estudante impressos em suas páginas.

Por último, no Capítulo 4, proponho três atividades reunidas numa "Caixa de Oficinas", as quais valorizam as fontes selecionadas para este estudo e que dialogam diretamente com os questionamentos que o estimularam. A primeira delas é intitulada "Refazendo passos antigos" e seu foco é o conjunto arquitetônico do Iserj. A segunda, chamada "Uniforme e gêneros", tem por objetivo destacar as lutas das mulheres por direitos em nossa sociedade. E a última, nomeada "Cidadania e lutas estudantis", coloca em destaque o protagonismo dos estudantes nos debates acerca de questões sociais em diferentes fases da história da Instituição.

1. **AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA ESCOLA NA PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA**

> [...] ter condições de refletir sobre tais acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural, de maneira que fique preservado das reações primárias: a cólera impotente e confusa contra os patrões, estrangeiros, sindicatos ou o abandono fatalista da força do destino" (SEGAL, 1984, p. 103 apud BITTENCOURT, 2009, p. 122).

O presente capítulo traz uma discussão teórica acerca de conceitos caros para o desenvolvimento desta Dissertação, tais como ensino de História, patrimônio cultural, memória e identidade. A articulação destes conceitos visa nortear uma prática de ensino de História voltada para a construção de uma cidadania em que os alunos e alunas possam se perceber como sujeitos históricos. A formação dessa consciência crítica é primordial para a ressignificação do espaço escolar, no caso, o prédio sede do atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj), constituindo-se num fator identitário fundamental para a defesa da educação pública.

Para além disso, dedico a seção que encerra este capítulo ao Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), casa de guarda vinculada ao Iserj e lugar onde se encontram as principais fontes para o desenvolvimento da pesquisa que aqui é apresentada, bem como do produto pedagógico dela derivada. Naquele lugar, encontram-se documentos em variados suportes, essenciais para o conhecimento da história da instituição e que abrem um sem número de possibilidades de pesquisas históricas em Educação.

1.1 A escola como experiência educativa

> Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos de sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (BRASIL, 1999, p. 36).

Ao longo de minha trajetória profissional, atuando em escolas na Educação Básica, em consonância ao que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, recorri em diversos momentos às ruas como recurso didático. Fosse pelo acesso ao novo ou pela possibilidade de ver com outros olhos os espaços já tão plasmados no cotidiano da cidade, o mundo extramuro escolar encantava e animava os alunos a empreender "descobertas", a aprimorar o olhar sobre as marcas da nossa história. Por vezes, um passeio guiado em

instituições tradicionalmente abertas e preparadas à mediação pedagógica, como o Museu Nacional, o Centro Cultural Banco do Brasil e o Museu de Astronomia e Ciências Afins, outras, uma aula-passeio entre a Praça XV e a Cinelândia, eixo nevrálgico em torno do qual a cidade se movimenta especialmente a partir do século XIX, ou entre a Praça Mauá e a Gamboa[1], região cujas marcas da herança africana e da imigração têm sido ressaltadas, vertendo-se num importante eixo geográfico para a história da população periférica no período da e pós escravidão.

Portanto, até então, a escola, ou melhor, o espaço escolar intramuros, era o local da prática docente calcada nos instrumentos clássicos do processo ensino-aprendizagem. Isto, vale ressaltar, não se configurava num apego à metodologia da pedagogia tradicional, mas na permanência de um olhar ainda imaturo para as potencialidades da cultura material escolar. Apesar da consciência da historicidade que envolve a concepção e a construção das escolas públicas brasileiras, o meu olhar sobre isto foi apurado a partir do momento em que comecei a lecionar no Iserj, ainda muito conhecido como Instituto de Educação ou "o colégio das normalistas", como alguns, mais saudosistas, ainda falam.

Ao adentrar o conjunto arquitetônico que compõe aquela unidade escolar, quase que imediatamente fui percebendo as possibilidades de utilização de suas referências em minha prática docente. Considerado patrimônio cultural, trata-se de uma construção da década de 1920, em estilo neocolonial, um prédio pensado para abrigar a Escola Normal e que visava não só educar quem ali estudasse, mas a sociedade como um todo. Ainda assim, quando comecei a explorar os espaços do Iserj, suas histórias e múltiplas memórias em minhas aulas, era movido, principalmente, por uma necessidade de valorização desse espaço público, um certo *ethos* profissional docente, no sentido atribuído por Nóvoa (2011):

> O compromisso social. Podemos chamar-lhes diferentes nomes, mas todos convergem no sentido dos princípios dos valores, da inclusão social, da diversidade cultural. Educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras que, tantas vezes, lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade. Hoje, a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola. Comunicar com o público, intervir no espaço público, faz parte do *ethos* profissional docente (NÓVOA, 2009, p. 205).

E, ainda de acordo com o mesmo autor, "a educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um excesso de discursos, redundantes e repetitivos, que se

[1] Atividade interdisciplinar realizada pela equipe de História do Ensino Médio, em parceria com equipes de Geografia, Filosofia, Sociologia e Psicologia, visando a apropriação pelos alunos e alunas dos espaços sociais da nossa cidade.

traduz numa pobreza de práticas" (NÓVOA, 2009, p. 204). Foi justamente almejando contribuir no desenvolvimento de práticas promotoras de mudanças que, inicialmente, pensei trabalhar a história do prédio do Iserj. Tais práticas têm como diretrizes o combate à noção de espaço público como espaço de ninguém, no sentido de que não havendo responsabilidade individual pela preservação do que é público, seria permitido o descaso com esse espaço, e a necessidade de se refletir sobre a representação social daquela escola, em particular.

Conforme apontam Lacerda et al (2015), a escola, assim como todo bem patrimonial, é um espaço que evoca memórias de acontecimentos, vivências e eventos num passado mais remoto ou recente. Mesmo sendo um bem tangível, o prédio escolar tem seu valor assegurado pela sua intangibilidade, ou seja, por dimensões relacionadas ao seu valor afetivo, simbólico, relacional e integracional. Em outras palavras, pelo que representa socialmente. A escola é compreendida como um espaço de convivência de inúmeras gerações e do exercício do direito à educação formal. Compreendê-la nesta perspectiva contribui para sua defesa e preservação como referência cultural de uma comunidade.

> O pressuposto é o de que a sensibilização para o valor dos bens culturais tangíveis e intangíveis da vida social antecede as políticas de patrimônio e mesmo a sua compreensão por parte dos poderes públicos escolares. As atividades voltam-se, portanto, para uma iniciação ao patrimônio a partir da vida cotidiana e das práticas culturais em curso (LACERDA et al, 2015, p. 08).

A imponência do prédio, bem como as histórias e memórias relacionadas a ele são elementos que compõem a cultura material escolar do Iserj. São elementos, portanto, produzidos em lugares e tempos determinados, logo são partes constituintes da historicidade de determinado povo. Nessa perspectiva:

> (...) desviar o olhar para dimensões do universo educacional – edifícios, mobiliário, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos etc. – quase sempre tomamos como um dado natural, evidentes por si mesmos, sem maior relevância, ainda que sejam suportes de práticas, instrumentos mediadores da ação educativa e elementos estruturais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino (SOUZA, 2007, p. 11).

Ao levar para o interior da sala de aula os elementos do espaço que a circundam – no caso dos estudantes do Iserj, o próprio conjunto arquitetônico da escola onde estudam – pretendo desenvolver o ensino de História capaz de não só por em destaque, mas articular as especificidades da cultura escolar na qual estão inseridos, com suas problemáticas, pensando contradições e possibilidades. Trata-se de um exercício de construção da consciência histórica que

> [se constitui] mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana (RÜSEN, 2001, p. 66-67).

Diante disso, delineia-se um caminho para trabalhar a história da escola: a abordagem do histórico da construção do prédio para a concretização da prática do ensino e do uso do patrimônio cultural[2] nas aulas de História, uma vez que o conhecimento da trajetória da nossa Instituição e a discussão sobre a construção do seu espaço de atuação e pertencimento são fatores importantes na constituição de uma identidade coletiva que é própria à comunidade escolar.

Refletindo sobre o papel do professor no processo de aprendizagem como o responsável por transformar o saber a ser ensinado em saber a ser aprendido e a importância da interdisciplinaridade em História para o ensino, Bittencourt (2009) sugere o estudo do patrimônio e da memória coletiva como uma das aproximações conceituais fundamentais para introduzirem os alunos no método de investigação científica. Relacionados ao meio onde se desenvolve a prática pedagógica, articulam-se o conhecimento escolar e o *saber docente*. Afetados por uma multiplicidade de fatores, como por exemplo, memórias e identidades que atravessam a cultura escolar, aquele conjunto de saberes é mobilizado pelos professores em sua prática cotidiana, incidindo sobre o que, como e por que se ensina, além de, é claro, incidir também sobre aquilo que o aluno apreende.

Entende-se que o *saber escolar* está imbricado nos estudos sobre "a relação entre escola e cultura" e em sua função na "produção de memória coletiva, de identidades sociais e na reprodução das relações de poder" (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 131), e todos esses aspectos estão estreitamente ligados a outro importante conceito, o de "seleção cultural escolar". Nesse sentido, Fourquin (1992) aponta que o conhecimento escolar é formado a partir de uma prévia seleção da herança cultural que norteia a vida de uma sociedade. Entendendo a escola como uma "microssociedade":

---

[2] Ricardo Oriá (2003), ao abordar a mudança do conceito de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural na Constituição Brasileira, sinaliza que tal mudança contribuiu para ampliar a noção de patrimônio. Fala ainda sobre a questão da memória e do poder e de como a memória é construída de cima para baixo perpetuando a memória dos vencedores em detrimento da memória dos vencidos. Ao relacionar a necessidade da valorização e preservação da memória para a formação da identidade, o autor destaca que o conhecimento e compreensão da história e da memória de nossa comunidade são fatores fundamentais para criarmos laços de pertencimento com o grupo do qual fazemos parte, no caso em questão, a comunidade escolar.

> [...] circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder, ela é também um local – o local por excelência nas sociedades modernas – de gestão e de transmissão de saberes e símbolos (FOURQUIN, 1992, p. 28).

Para o autor, no ambiente escolar também se dão "conservação e transmissão da herança cultural do passado". Por isto, entendo que valorizar o Iserj como um espaço de construção de memória e identidade enriquece a educação pública em geral e o ensino de História, em particular.

É importante destacar que toda essa discussão apresentada está amparada no campo do Ensino de História, consolidado no entrecruzamento da Educação com a História, e que resulta da necessidade de se pensar as demandas da História enquanto disciplina escolar e que, portanto, reivindica condições e questionamentos próprios do contexto escolar, diferentes daqueles que definem e orientam o ofício do historiador, conforme apontam Monteiro e Penna (2011). Segundo tais autores, o ensino de História pode ser definido como um *lugar de fronteira* por reunir arcabouços teóricos da História (historiografia) e da Educação, com destaque para Didática/Currículo. A questão das fontes, temporalidade, narrativa histórica, operação historiográfica, dentre outras, é problematizada enquanto configura-se em conhecimento escolar, ou seja, na medida que se reconhece as diferenças entre os objetivos do professor e do historiador, desenvolve-se o conhecimento escolar como uma categoria de análise que designa um conhecimento de organização cognitiva próprio e nascido das necessidades da educação escolar.

Para além das análises acerca do processo de ensino-aprendizagem da disciplina História, o campo do Ensino de História propõe sua expansão ao relacioná-lo a diversos fatores culturais, políticos, econômicos, sociais e ideológicos que o atravessam e constituem. Trata-se de um exercício que leva em consideração o ambiente escolar como um organismo construtor da criticidade, na medida em que se configura como espaço privilegiado para a problematização das demandas da comunidade dentro da qual a escola está inserida. Neste espírito, proponho junto ao meu alunado a inserção de um trabalho baseado no patrimônio cultural e na memória visando a reflexão crítica acerca da cidadania.

Retomo, então, a definição de Rüsen (2001), para quem a consciência histórica configura-se como um fenômeno do mundo vital, imediatamente ligada à prática, sendo compreendida como: "(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possa

orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RÜSEN, 2001, p. 57). Portanto, considero ser fundamental para a constituição de uma consciência histórica que os alunos se entendam como construtores de sua própria história e de seus próprios espaços. Importante também, ao refletirmos sobre a nossa prática, considerarmos a perspectiva de Ilmar Mattos ao propor um conceito de aula como espaço produtor de conhecimento histórico.

> Uma leitura singular que revela o fato de nós (os professores de História) estarmos imprimindo à nossa prática cotidiana um significado diverso, provocando talvez uma surpresa e rejeitando uma inferioridade. De modo categórico, afirmamos ainda uma vez que, por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de História (MATTOS, 2007, p. 11).

Bittencourt (2009), inclusive, destaca em seus estudos que a escola se constitui em espaço privilegiado para a formação do sujeito dotado de consciência histórica quando, para além do acesso ao conhecimento sistematizado, dá vida, junto ao alunado, a um currículo ancorado em conteúdos sociais e culturais, valores e ideários políticos e que, principalmente, encontram pontos de contato com a realidade vivida por ele. Sendo estes os responsáveis por atribuir sentido à aprendizagem de História, tirando os alunos da condição de simples espectadores, inserindo-os na dinâmica envolvida na promoção do pensamento crítico por parte dos alunos.

Mas como escolher, estruturar e colocar em prática um tema e sua abordagem? Não é uma tarefa simples. Mais uma vez, é Bittencourt (2009) quem me serve de aporte:

> A escolha de conteúdos apresenta-se como tarefa complexa, permeada de contradições tanto por parte dos elaboradores das propostas curriculares quanto pela atuação dos professores, desejosos de mudanças e ao mesmo tempo resistentes a esse processo. A opção de seleção pelos conteúdos significativos decorre de certo consenso sobre a impossibilidade de ensinar 'toda a história da humanidade' e a necessidade de atender os interesses das novas gerações, além de estar atento às condições de ensino (BITTENCOURT, 2009, p. 138).

Portanto, que conteúdos devem ser ensinados numa aula de História da Educação Básica? De qual maneira o professor ensina História? De que forma os alunos aprendem essa disciplina escolar? Levando-se em conta que o trabalho que aqui se desenvolve não se propõe a pensar o currículo de História como um todo, mas empenha-se em apresentar uma proposta de trabalho específico, comprometida com a visão crítica do ensino de História, os questionamentos que me orientam são: como estudar o patrimônio cultural em sala de aula? Como trabalhar a história do prédio do Iserj pode contribuir para a valorização da educação pública e democrática, tão ameaçada na atualidade? Como o uso desse objeto pode atuar na

transposição didática, ou seja, tornar as aulas de história próximas à realidade do alunado? Para Bittencourt a finalidade principal do ensino de História na atualidade é cooperar para a construção da identidade do "cidadão político", ou seja, capaz de ponderar acerca de acontecimentos sociais/históricos, levando em consideração as variáveis que os situam num tempo, lugar, contextos específicos, bem como na inter-relação entre os fatos de ordem política, econômica e cultural (SEGAL, 1984 apud BITTENCOURT, 2009, p. 121).

Ferreira e Franco (2013) contribuem para pensar a questão do ensino de história como objeto de estudo considerando as múltiplas possibilidades de interpretações da construção do conhecimento histórico no espaço escolar.

> O ensino escolar ganha na medida em que pode se utilizar da diversidade de interpretações como forma de expor a multiplicidade de enfoques, própria do conhecimento. Nesse sentido, compreender as lógicas de elaboração da escrita da história pode contribuir para a autonomia da história ensinada, tendo por base a sua diversidade. A compreensão das questões e dos métodos utilizados pelos historiadores, sem pretender fazer com que professores e alunos reproduzam práticas tal qual historiadores profissionais, ajuda na dinâmica da aprendizagem e aproximam conhecimentos que são, na verdade, complementares (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 128).

Após décadas permeando a mentalidade do carioca como "a escola dos Anos Dourados", a referência em qualidade de educação, tal como os demais estabelecimentos de ensino público do Estado do Rio de Janeiro vem sentindo os reflexos de uma política de sucateamento da educação pública, facilmente percebida pelas condições de trabalho dos profissionais da educação. Diante de tal realidade, trabalhar a história desse importante espaço público da educação brasileira junto ao nosso alunado constitui-se numa forma de resistir, por meio da minha prática, ao que se impõe. Enfrentando um processo de "enxugamento" progressivo de conteúdos, um clima de controle da ação docente, bem como de elogio ao cerceamento de liberdade de pensamento, as discussões propostas pelo campo do Ensino de História se fazem ainda mais essenciais para fundamentar a proposta que se delineia nesta Dissertação. Além da interface com um objeto originalmente afeito aos estudos de áreas como a Museologia, Arqueologia e Arquitetura, mas que desde a segunda metade do século XX vem recebendo novas abordagens por parte dos historiadores, faz-se necessário apresentar outros dois conceitos caros aos estudos relacionados ao patrimônio cultural: memória e identidade. São elas as bases sobre as quais se fundamenta o desenvolvimento da seção seguinte.

1.2 Os periódicos produzidos por estudantes como expressões de suas identidades

> Atualmente, recorrer ao uso de documentos históricos em sala de aula não é tarefa fácil. Sabemos que os desafios se encontram por toda parte e vão desde a busca por documentos que tenham potencial para enriquecer as aulas de História até a questão, muitas vezes conflitante, que repousa em como utilizá-los de forma proveitosa. No entanto, é interessante considerar que as fontes constituem um instrumento pedagógico insubstituível, pois possibilitam o contato mais concreto com um passado que, geralmente, nos parece abstrato (VERONA, 2018).

Ao levar para a sala de aula a discussão acerca da patrimonialização do edifício escolar ocupado pelo Iserj a história institucional emerge como fio condutor do processo, contudo, faz-se necessário problematizar esta imersão "natural". Conforme aponta Oriá (2003), estão envolvidas ali relações complexas entre memória e poder, em que este tradicionalmente se impõe determinando o enredo do que seria digno de ser lembrado. Portanto, diante do predomínio de uma memória construída de cima para baixo, construída quase que exclusivamente por homens de classe social privilegiada, dirigentes políticos, verdadeiros "heróis", torna-se candente contar essa história de outros ângulos, buscar outros protagonistas, acessar diferentes memórias (ORIÁ, 2003). A necessidade se impõe diante do compromisso com a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva, em que o protagonismo de grupos e segmentos historicamente excluídos, invisibilizados, permite permear de cores e matizes discursos construídos e solidificados ao longo do tempo por um modelo de sociedade que não nos é mais afeito.

Como fonte de acesso a outros elementos que possibilitassem os alunos a olhar sob novas perspectivas a história de sua escola e perceber que ali também se constitui num espaço de produção de conhecimento, voltei o foco para o que era gerado pelos próprios alunos, buscando uma alternativa ao saber construído de cima para baixo, chancelado por intelectuais e autoridades, sobre a instituição de ensino. Enquanto o mundo "corria", estudantes da antiga Escola Normal, e, depois, Instituto de Educação, organizavam-se na produção de periódicos. Uns de curta duração, outros, persistentes; uns, simples, artesanais, outros, elaborados e quase profissionais; uns, sob a chancela da direção e professores, outros, independentes. Mas o que todos têm em comum é a oferta de espectros da realidade delineados pelos próprios estudantes. Assim, ao analisar os periódicos estudantis, procurei me distanciar de uma perspectiva reducionista em que são compreendidos como circunscritos apenas às preocupações discentes sobre universo escolar, mas percebendo-os capazes de fornecer indícios que possibilitam trazer à tona a concepção de mundo daquelas moças e rapazes, as formas como se relacionavam com a realidade em que viviam e como foram protagonistas de uma história do cotidiano. Dalí

emergem preocupações com a vida do trabalho, com o papel da mulher, das professoras e do magistério na sociedade.

Como já foi exposto, a partir dessa pesquisa, será desenvolvido um material didático-pedagógico. Esses periódicos servirão de fontes para a elaboração do referido material. No dizer de PEREIRA & SEFFNER (2008, p. 120),

> Na escola, o ensino de história coloca os estudantes diante das representações que as gerações passadas produziram sobre si mesmas (nossas fontes) e , ao mesmo tempo, estimula-os a elaborar a crítica das representações que hoje produzimos sobre nosso próprio passado. Então, ao ensinarmos história na escola, pomo-nos a ensinar a ler o passado através das representações que sobre o passado estão sendo ou foram produzidas, mas também, quem sabe, através dos vestígios deixados pelas gerações anteriores.

O *Pharol* é, dentre os que deixaram vestígios materiais, o mais antigo periódico voltado aos interesses dos alunos da Escola Normal da Corte e produzido por eles mesmos. Depois dele, tem-se *Instituto* e *Normalista*, ambos da década de 1940, e *O Tangará* e *Estrela Azul*[3], estes, da década de 1950. Desses, destaca-se *O Tangará* por sua longevidade. Com primeira edição publicada no ano de 1953, o periódico resiste até os dias atuais, apesar dos longos e irregulares intervalos entre seus números, sendo esta uma das coleções sobre as quais a presente Dissertação se detém – a outra, o *Pharol*. Também ampara a seleção feita por mim, o fato de que *O Tangará* é o periódico – dos já citados anteriormente – que perpassa pela maior e mais intensa variedade de quadros políticos brasileiros, períodos em que as políticas voltadas para a formação do professor, assim como do exercício da profissão, passaram por transformações significativas. E, como não poderia deixar de ser, essas variações são percebidas na produção e leitura de *O Tangará*.

Enquanto a escolha de *Pharol* está atrelada ao fato de ser o mais antigo periódico produzido por alunos na história da instituição, ainda quando era chamada Escola Normal da Corte. Diferente de *O Tangará*, era fruto de uma iniciativa exclusiva de estudantes e não possuía vínculo formal com a escola. Levando-se em conta a época e o lugar de fala, esses dois periódicos são diametralmente opostos, mas carregados de elementos por meio dos quais é possível se pensar as identidades do alunado, em suas aproximações e distanciamentos.

Naquelas páginas é possível captar as diversas identidades dos estudantes que passaram pelo estabelecimento à época de sua fundação e da publicação do *Pharol*, em 1880, e na década

[3] Os quatro periódicos citados estão disponíveis para consulta. O *Pharol*, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e os outros, no Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), em funcionamento nas dependências do Iserj. Além destes, foi identificada a existência de outros periódicos estudantis, como por exemplo, o *Mosaico* (década de 1950), contudo, não foram localizados exemplares para consulta.

de 1950, quando foram publicados os números atribuídos a primeira geração de *O Tangará*. Diversas, pois identidades são construídas socialmente, dentro de um contexto estrutural e conjuntural, por isso elas são cambiáveis, "contingentes", sempre em reelaboração. É o que se depreende de Azevedo, para quem as identidades coletivas são moldadas por dois princípios que se relacionam: o da "alteridade" e o da "representação ou encenação", sendo este último o resultante de "determinados valores, interesses, ideias que fornecem uma imagem com a qual um conjunto de atores se identifica" (AZEVEDO, 2003, p. 43).

E quais são, então, as identidades construídas pelo alunado do Instituto ao longo do período aqui analisado? Grosso modo, percebe-se que os normalistas incorporaram no comportamento e na escrita as questões ligadas a seu tempo. Se inicialmente as mulheres que ocupavam as carteiras da Escola Normal eram vistas com estranhamento, na década de 1950 elas passam a único público habilitado a frequentar aquelas mesmas cadeiras. Nesse processo, o exercício do magistério na educação básica foi assumindo um caráter missionário, para as professoras, "casadas" com o magistério, as salas de aula ocupariam o espaço de exercício da maternidade. Munida do conhecimento e do espírito maternal, forneceriam as bases da cidadania brasileira, ocupando um lugar que até fins do Império cabia quase que exclusivamente à família.

Colocadas na condição próxima a de missionárias, comprometidas apenas com o aprendizado de seus alunos – estes, tratados tal como filhos pelos "tios" e "tias" –, desprendidas de ganhos, livres de ambição. As normalistas da década de 1950 assumiram essa autoimagem, a qual pode ser apreendida nos trechos do artigo publicado no periódico das estudantes do Instituto de Educação, *Normalista*, intitulado "As professoras que seremos", escrito pela aluna do 2º Ano Normal, Maria Alice de Lucas:

> A medida que o tempo passa e eu vejo aproximar-se o dia da nossa formatura, fico pensando nas responsabilidades que nos aguardam como professoras primárias. Fico pensando no que a Pátria espera de nós e no que podemos nós oferecer à Pátria.
> Não bastarão, no desempenho de nossa delicada missão, apenas os conhecimentos adquiridos através de um longo curso. É preciso, principalmente, amor, desprendimento, abnegação.
> Devemos lembrar, sempre, que não seremos somente mestras e sim, compete à nossa condição de mulher, mães (NORMALISTA, ano IV, n. 5, 1952, p. 04)[4].

Em outro trecho da matéria, mesmo reconhecendo o papel da mulher na sociedade, o espírito missionário da professora é evidenciado: "O papel da mulher, na sociedade, tem, hoje

[4] Todas as citações tiveram a grafia atualizada de modo a tornar mais confortável a leitura, sem, contudo, interferir no sentido do texto.

em dia, sob todos os pontos de vista, uma importância notável. Nas inúmeras e variadas profissões em que a mulher se tem havido com valor, sobressai, sem dúvida, a tarefa árdua da professora primária" (NORMALISTA, 1952, p. 04).

Esse caso pode ser interpretado e "solucionado" por meio da categoria memória coletiva e/ou individual. Segundo Pollak (1989), aquela categoria é construída com bases no envolvimento de indivíduos e/ou grupo com acontecimentos e pessoas experienciados diretamente ou "por tabela", sendo que nesta última hipótese, o indivíduo recorda aquilo que ele mesmo não vivenciou senão pelas memórias do grupo ao que pertence. É interessante notar que tais experiências podem se distanciar por muitos anos entre o momento em que o fato propriamente ocorre e o momento em que é "re-sentido", assim como podem se distanciar no espaço. E o gatilho que conecta essas experiências são os lugares. Estes podem ser públicos ou privados, mas têm em comum as lembranças que neles se aportam e, por esta razão, são chamados "lugares de memória".

Tal como as identidades, as memórias também são construções estabelecidas na negociação constante com o outro, ou seja, são valores disputados individual e coletivamente. E, além disso, intimamente ligadas:

> Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1989, p. 05).

O prédio ocupado pelo Iserj, assim como os periódicos estudantis *Pharol* e *O Tangará*, todos trazem em si o peso da tradição institucional. Envolvidos pelo papel a se cumprir e manter de centro formador de profissionais da educação básica, são representações não só das memórias e identidades enquadradas oficialmente, mas também das múltiplas memórias e identidades ali presentes e não apenas evocadas pela política oficial.

Partindo, então, dos conceitos de memória e identidade, bem como de patrimônio cultural, projeto uma prática de ensino que atua na percepção de que somos todos sujeitos da história, bem como coloca os alunos em posição ativa como pesquisadores – guardadas as proporções que limitam o ensino de História e o ofício do historiador – e produtores de conhecimento sobre a instituição em que estudam, introduzindo-os aos métodos de pesquisa histórica, discutindo o conceito de fonte e as suas múltiplas possibilidades interpretativas (BITTENCOURT, 2009; MORAES; FRANCO, 2013).

Tendo em vista que o produto pedagógico a que esta Dissertação se dedica tem como pilar a experiência do fazer história enquanto ciência ou saber formal, o trabalho fundamental junto aos alunos se desenvolve sobre as fontes. À luz das discussões teórico-metodológicas que caracterizam a construção do conhecimento histórico, os alunos podem mobilizar fontes de naturezas distintas, tais como: plantas arquitetônicas; fotografias e outros registros iconográficos; objetos materiais; relatos escritos e orais; jornais da época; documentos da instituição, seus processos de tombamento tanto no âmbito municipal quanto estadual, entre outros. Apesar da importância e da necessidade de acesso a diversas instituições de guarda para a obtenção de algumas fontes, o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) se destaca. Primeiro, pelo volume documental que reúne acerca de alunos, funcionários e instituição e, segundo, por estar localizado nas dependências do Iserj, o que possibilita, de forma facilitada, o contato dos estudantes com as fontes analisadas.

Pelo destaque que tal Centro possui na pesquisa aqui apresentada, dedico a próxima seção a ele.

1.3 O Centro de Memória da Educação Brasileira: onde presente e passado se encontram

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 07).

Tendo como ponto de partida a elaboração de um saber escolar que priorize a formação crítica do sujeito, penso que o professor tem como papel ressaltar que existe história para além do que se lê nos livros didáticos, sendo, estes, recortes considerados informações/conhecimentos básicos para a formação do cidadão brasileiro. Mas existe mais do que isso. Existem o regional, o local, o estudo de caso e todos têm sua importância na composição ou desdobramento da história. Além disso, é um exercício de suma importância no combate ao crescimento da "opinião" como equivalente ao "argumento". Exercitar junto aos alunos a operação historiográfica contribui na visibilidade da História como ciência sem perder de vista a consideração, já apontada, sobre as especificidades do conhecimento escolar.

Partindo de um incômodo, de um questionamento, o primeiro passo na jornada de investigação histórica se constitui na busca pelas fontes. Conforme apontei anteriormente, a

maior parte das fontes elencadas neste estudo está disponível no CMEB, um espaço onde se procura preservar a memória da Instituição desde quando ainda era a Escola Normal da Corte. No entanto, tal espaço ainda é pouco frequentado, demonstrando a necessidade de redimensionar o seu uso pela comunidade escolar.

Para refletirmos sobre a importância de um centro de memória faz-se necessário pensar o conceito de lugar de memória desenvolvido por Pierre Nora (1993). O autor trabalha a ideia de que no mundo moderno, com a velocidade das transformações, não podemos mais contar com a memória espontânea, pois esta não estaria em todos os lugares, nem tampouco seria vivida espontaneamente por todos. Daí a criação de lugares de memória (estátuas, museus, datas comemorativas, centros de memória) que seriam organizados por alguns membros da sociedade. A compreensão desse conceito nos ajuda a entender a função de um centro de memória, mais especificamente, o Centro de Memória da Educação Brasileira, a instituição de guarda do Iserj. Porém, para isto, torna-se fundamental verificar as condições, anseios e necessidades que levaram à criação desse lugar de memória.

Nascido Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Cemi-Iserj), o atual CMEB foi criado em 9 de dezembro de 2005, sendo inaugurado pelo professor José Gandra, diretor do Colégio de Aplicação da casa, e pelo secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. No evento, estava a professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos, idealizadora do projeto, quando coordenava o projeto político pedagógico e que escreveu, de forma resumida, a história institucional, a partir de documentos cedidos por empréstimos pelos professores e funcionários da instituição. Até então, inexistia um espaço ou órgão responsável que disponibilizasse documentos e informações aos pesquisadores interessados na história do Instituto de Educação. Não existia, por parte das diferentes direções gerais que estiveram à frente da instituição ao longo de sua história, uma preocupação com a preservação do rico acervo que vinha se acumulando desde a fundação da Escola Normal, ainda no período do Império. Muitos acervos se encontravam preservados graças aos funcionários e professores, assim como muitos se perderam pela falta de um espaço de referência que fosse responsável por uma política de preservação. Então, para corresponder a questões dessa natureza, foi fundado o Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Cemi-Iserj), por iniciativa de profissionais da casa, como a professora Heloísa Helena Meirelles dos Santos, que se tornou a primeira coordenadora do Centro de Memória.

Na apresentação do projeto, destacam-se os objetivos com a criação do novo espaço:

> Assim, o Iserj cria, a partir de nove de dezembro de 2005, um espaço que passa a denominar-se Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Cemi-Iserj), onde se pretende reunir, preservar, catalogar e difundir o acervo institucional entre a comunidade intra e extramuros possibilitando: criar uma consciência do passado institucional e do uso de um espaço público preservado; facultar acesso a pesquisadores sobre a história da instituição e de uma grande parte da história da educação brasileira ali vivenciada; pesquisar aspectos da história da instituição que de alguma interfiram ou possam interferir no seu cotidiano; consubstanciar o aspecto diferenciado da instituição na rede Faetec e, termos de incorporação à memória do aspecto identitário do Iserj (Projeto Cemi-Iserj, disponível no CMEB).

Em relação ao último objetivo apresentado, nota-se uma preocupação em afirmar a singularidade da história do Iserj que havia, recentemente, sido incorporado à rede Faetec.

Em fevereiro de 2006, o Cemi-Iserj iniciou suas atividades ocupando o torreão do prédio central do Instituto, sendo transferido, em maio, devido ao volume de documentos, para a sala 300, de aproximadamente 100 m², localizada também no prédio central. Em 2007, o Centro de Memória passou a ocupar uma sala de cerca de 30 m² no prédio anexo onde fica a biblioteca. Essa nova realidade fez com que parte do acervo voltasse aos seus departamentos de origem. Ainda no prédio da biblioteca, foi transferido para uma sala de aproximadamente 50 m², coligada a uma pequena sala destinada à guarda de livros raros, onde funciona atualmente. Os diferentes lugares ocupados pelo centro de memória podem ser compreendidos por uma necessidade de espaço físico para guarda adequada do acervo ou, até mesmo, evidenciam transformações políticas que a instituição vivenciou e vivencia ao longo da sua história.

O Cemi-Iserj também fazia visitas guiadas com excursões aos espaços do Iserj, como o teatro, ginásio, salão nobre, museu de história natural, oferecidas a comunidade escolar e aberta ao público, mediante agendamento, no intuito de preservar e difundir a memória institucional.

Em 2012, o centro de memória passou a ser nomeado Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB). Segundo a ex-coordenadora Marlucia Stfansen[5], a mudança de nome ocorreu pelo entendimento de que o CMEB incluiria toda a instituição, englobando todo o campus do Iserj, que faria parte do seu acervo de memória. Nesse sentido, justifica-se a nova denominação dada ao centro de memória, ficando o espaço onde está localizado como uma sala de referência. Um outro sentido para a mudança do nome pode ser atribuído à própria história do Instituto, sendo uma referência na formação de normalistas, que reflete a história da Educação brasileira, uma vez que foi fundado no período imperial, em 1880, atravessando toda a república até os dias atuais.

[5] Em depoimento no vídeo "O papel da mídia na Educação – CMEB Iserj" apresentado no 26º Uerj Sem Muros, em 2015. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ujjWFZSfRAE>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Atualmente, o CMEB funciona segunda, terça, quinta e sexta-feira, de 9h às 17h. A quarta-feira é destinada a reuniões e outros serviços internos. Para ter acesso, o pesquisador precisa pedir autorização ao Centro de Memória da Faetec (Cemef), onde deverá preencher um formulário de solicitação de autorização para pesquisa na Rede Faetec, junto a carta de apresentação da instituição a qual está vinculado, cópia do projeto de pesquisa, da identidade e, se funcionário da Rede Faetec, do contracheque. Após esse trâmite, com a autorização, o pesquisador envia um e-mail[6] para o CMEB marcando um atendimento para pesquisa. É possível marcar uma visita guiada ao CMEB em que é apresentado o acervo com riqueza de detalhes. A equipe é formada por uma coordenadora e três funcionários para o atendimento ao público.

Em reportagem do jornal *O Globo*, intitulada "Colégios da grande Tijuca escondem muitas histórias e contam com grande acervo", o Iserj é uma das escolas do bairro destacadas por contar, além de sua imponente estrutura física, com bustos e esculturas de grande valor arquitetônico, Centro de Memória com acervo de fotografias, peças e documentos importantes que possibilitam conhecer sua história. Em relação ao Centro de Memória, lia-se na reportagem:

> Em uma das salas do Instituto funciona um ambiente especial: o Centro de Memória, onde é guardado um acervo com documentos raros e muitos outros objetos antigos, que mostram o quanto o Iserj é tradicional. Móveis; uniformes; carteirinhas; bilhetes de bonde; materiais de laboratórios de Química e Física; rostos de diversas etnias utilizados nas aulas de Sociologia, História e Geografia; convites de formatura; medalhas; carimbos; mata-borrões; apontadores de mesa para lápis; contrato de professores famosos, como o maestro e compositor Heitor Villa-Lobos; e uma grande preciosidade chamou a atenção da equipe: uma tese da escritora Cecília Meirelles que se preparava para se tornar professora do instituto, intitulada "Espírito Victorioso", de 1929 (O GLOBO *ON LINE*, 23 mar. 2017).

Um outro ponto em destaque na matéria sobre a instituição é o piso formado de desenhos de suástica no subsolo de seu teatro. O espaço é retratado como um mistério a ser explicado e não existe consenso quanto à sua construção. Para alguns, seria um piso decorativo, presentes em outros prédios da cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a suástica é um símbolo utilizado já há milênios por diferentes povos. Para outros, devido à época de sua construção, em 1930, conjuntura marcada pela ascensão de regimes totalitários, pode ter sido um espaço criado por inspiração nazista. Inclusive, Kessel (2002), em sua Tese de doutoramento, chega a apontar alguma aproximação entre membros do movimento artístico neocolonial ao movimento integralista brasileiro.

[6] cmeb@yahoo.com.br

A forma como o CMEB dispõe seu acervo permite que o pesquisador tenha acesso a outras peças do acervo, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1- Estante disposta no salão de consultas

Fonte: CMEB.

Estão expostos aos olhos dos pesquisadores artefatos utilizados por professores e alunos durante as aulas de Antropologia, documentos produzidos pela administração escolar e imagens de personalidades ligadas ao Instituto. Mas esta não é a única estante/parede com tais características. Todas as paredes estão ocupadas de forma semelhante. Trata-se de uma herança mantida desde a criação do Cemi-Iserj e que aumenta potencialmente a descoberta de novos documentos, possibilitando o traçado de novos caminhos de pesquisa pelo entrecruzamento de dados que talvez nem fossem imaginados pelo pesquisador.

> Este diálogo entre suportes é comum e necessário para fugir do que Foucault (1994, p. 48) chamou de escrita disciplinar porque se até à moldura de seu suporte sem possibilidades de integrar-se com os demais artefatos e suportes existentes. O que no Cemi não tem ocorrido pela facilidade de documentos textuais estarem lado a lado aos artefatos do Museu de Instrumentos e Equipamentos Escolares e do Museu de História Natural (Projeto Cemi-Iserj, disponível no CMEB).

Assim, o Livro de Porta, livro no qual eram registradas as matrículas, possibilita consultar o número de discentes da Escola Normal em 1880, como também fornece informações sobre o número de alunos e alunas inscritos. A relevância desses dados é apontada pela professora Heloísa Helena Meirelles dos Santos:

> Da mesma forma verifiquei que o número de alunos do sexo masculino foi maior do que o feminino nos primeiros anos da Escola Normal da Corte e que tal situação vai se modificando, especialmente, após a República. Descobertas que modificam hipóteses divulgadas de feminização deste curso desde o seu início, e que somente vai fazer parte da história institucional a partir do início do século XX, com a profissionalização e feminização do magistério primário (Projeto Cemi-Iserj, disponível no CMEB).

Por meio das Atas da Congregação, livro de registros das reuniões docentes, é possível constatar os temas abordados no cotidiano escolar e as negociações e conflitos entre os docentes para encaminhá-los.

Nas edições publicadas do periódico Arquivos do Instituto de Educação encontramos informações preciosas sobre a história e o funcionamento da instituição. A pesquisa permite o conhecimento do Boletim de Educação Pública, publicação trimestral da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, onde encontraremos um artigo de Fernando de Azevedo abordando a Escola Nova e a Reforma de 1928. A matéria traz também o projeto para a Escola Normal do Distrito Federal dos arquitetos Cortez e Bruhns.

No livro de Atos de Investidura e de Licenças, de 1898 a 1933, localizam-se registros sobre os profissionais que passaram pelo Instituto, enquanto os Históricos Escolares nos fornecem informações sobre seus alunos e alunas.

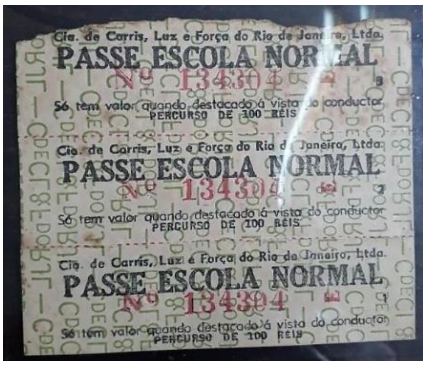
No CMEB também é possível pesquisar os periódicos estudantis *Instituto, Normalista*, O *Tangará* e *Estrela Azul*. A análise dessas revistas, além de revelar a visão de mundo dos estudantes, lança luz sobre a história do Instituto de Educação a partir de outros olhares, proposta, inclusive, que orienta o terceiro capítulo desta Dissertação.

Da mesma forma, artefatos como as fichas utilizadas para o sorteio das arguições orais (Figura 2), o convite de formatura (Figura 3) e o passe de bonde para estudantes da Escola Normal (Figura 4) permitem, dentro da perspectiva da cultura material, conhecer sobre o universo escolar.

Figura 2- Fichas para sorteio das arguições, regulares no processo de avaliação dos estudantes

Fonte: CMEB.

Figura 3- Passe para transporte público utilizado por estudantes da escola Normal



Fonte: CMEB.

Figura 4- Convite de formatura

Fonte: CMEB.

De acordo com o exposto no projeto Cemi-Iserj,

> Cada fonte instiga o pesquisador, como eu mesma fiz, a pesquisar outras. De suportes diferentes, ou do mesmo suporte, que permitem descortinar um pouco mais da cultura escolar do hoje Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Estas fontes podem estar no Cemi e/ou completarem-se com outras, de outros lugares de memórias (Projeto Cemi-Iserj, disponível no CMEB).

Um aspecto que precisa ser notado é a precária condição estrutural em que se encontra o Centro de Memória, bem como os outros lugares de memória que compõem o campus. No próprio prédio da biblioteca, onde está localizada a sala de referência do CMEB, existe um

espaço em que está guardado um grande acervo bibliográfico, porém em condições inadequadas e inacessível aos pesquisadores. Isso demonstra a ausência de uma política pública por parte das autoridades competentes. Por outro lado, é preciso ressaltar a ética profissional e o espírito público que motivam os funcionários e funcionárias que viabilizaram e viabilizam esse espaço de memória de referência. Para isto, volto a Nora (1993), não precisamente para falar de lugar de memória, mas para lembrar e reconhecer daqueles que pelo esforço do seu trabalho, em condições adversas, constituem a memória do lugar.

2. DA ESCOLA NORMAL AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: A HISTÓRIA POR TRÁS DO PRÉDIO

Neste capítulo, apresento um histórico do Instituto de Educação desde o período imperial, quando foi fundado com o nome de Escola Normal da Corte por meio de leis e decretos, passando do Império para a República, pelos diferentes endereços ocupados pela instituição até a sua fixação na sede atual e pelas mudanças de denominações que refletem as transformações políticas ocorridas ao longo dos tempos.

Busca-se, aqui, compreender a construção do novo prédio da então chamada Escola Normal, em 1928, como expressão de uma concepção pedagógica – o movimento escolanovista –, com ênfase no pensamento e na ação política do diretor da Instrução Pública, Fernando de Azevedo, que traz em seu bojo a necessidade de reflexão acerca da arquitetura neocolonial, padrão adotado na construção do prédio em pauta e nos demais prédios escolares construídos ou reformados durante sua gestão.

Baseados em amplo debate acerca dos valores culturais sobre os quais a brasilidade deveria ser construída, os princípios da Escola Nova aproximavam-se do movimento neocolonial enquanto este colocava-se em embate contra o movimento modernista que vinha se avolumando e que pode ter como efeito direto a ausência de uma política de preservação por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre um prédio tão simbólico quanto o do Iserj. Sobre esta questão específica, trabalha-se, por fim, neste capítulo os processos de tombamentos estadual e municipal desse prédio.

2.1 Um panorama da história institucional

A história do Instituto de Educação remonta a tempos imperiais, quando foi fundada a Escola Normal da Corte, em 1880. Marcada por certa itinerância, na medida em que ocupou diferentes prédios, sempre em caráter transitório, sua história institucional tem o ano de 1930 como um momento de inflexão, quando ganha uma sede própria que celebra, também, uma mudança de paradigma educacional capitaneada pelos educadores escolanovistas.

Já ocupando sua sede permanente, o estabelecimento de ensino voltado à formação de professores carregou ao longo dos anos sua marca identitária – o pensamento escolanovista –, mesmo após terem saído da administração pública as figuras que lhe davam suporte e para além das mudanças de governo, das diferentes políticas públicas voltadas para a educação e dos muitos gestores que por lá passaram a partir da década de 1930.

Segue-se, então, a história do Instituto organizada em dois momentos.

2.1.1 Tempos de itinerância

O conjunto arquitetônico que compõe o atual Iserj foi construído entre os anos de 1928 e 1930, durante a gestão de Antônio Prado Júnior (1926-1930), a frente da prefeitura do Distrito Federal. O terreno localizado na rua Mariz e Barros, no bairro da Tijuca, foi adquirido pela administração pública com vistas à construção da nova sede da Escola Normal. Até aquele ano, o estabelecimento de referência na formação de professores já havia passado por três prédios desde o início do seu funcionamento, no ano de 1880, quando era chamado Escola Normal da Corte.

Criada pelo Decreto n. 6379/1876[7] – foi fundada efetivamente apenas em 1880, pelo Decreto n. 7684, de 06 de março – a intenção era que começasse o seu funcionamento já em 1877.

> O governo poderá, contudo, nomear desde já interinamente os professores e contratar os mestres a fim de que as escolas normais comecem a funcionar no próximo ano de 1877, espaçando a época da matrícula e da abertura e encerramentos das aulas, e mandando abrir os concursos dentro de um ano. Os professores interinos não terão nenhum direito de preferência para o provimento definitivo das cadeiras (BRASIL, 1876, p. 1149-1150).

Ao que parece a demora na inauguração da Escola Normal da Corte deveu-se às dificuldades orçamentárias e às disputas políticas do período. Um exemplo dessas disputas foi a Reforma Leôncio de Carvalho ensejada no Decreto n. 7247/1879, que visava dar uma nova organização ao ensino elementar e ao secundário no município neutro, e ao ensino superior em todo o país. Sobre a situação do ensino na segunda metade do século XIX, o jornal *Diário de Notícias* reproduziu um capítulo de *História do Brasil,* de Rocha Pombo, em cujo trecho, a seguir, demonstra as resistências para a implementação do projeto educacional e os avanços e recuos inerentes aos processos políticos:

> A reforma Leôncio de Carvalho encontrou grande oposição nas câmaras e o ministro saiu sem ter tido o ensejo de executá-la. E, no entanto, podia se dizer, muitas das ideias dessa reforma estavam vitoriosas, tais como: a frequência livre nos cursos superiores, e o consequente direito de serem admitidas a exame todas as pessoas que o requeressem: a criação de escolas para adultos, e de cursos noturnos; a fundação de

[7] Em seu Art.1º, lê-se: "Ficam criadas, no Município da Corte, duas escolas normais, uma para professores e outra para professoras de instrução primária. A Escola Normal de professores será externato e a de professoras internato" (BRASIL, 1876, p. 1144).

> uma escola normal no município da corte, etc. E mais valiosa ainda do que isso foi a grande renovação de estímulos que o ministro suscitou entre a mocidade, e o vivo interesse despertado em toda a opinião pública, entre os atos da munificência que por aqueles dias se praticaram, alguns foram de relevância excepcional, como por exemplo, a doação de duzentos contos feita pelas companhias de carris urbanos, para serem aplicados aos serviços da instrução popular (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 out. 1930, p. 04).

Cabe ressaltar que a década de 1870 – em que pesem as dificuldades no orçamento devido aos gastos decorrentes da Guerra do Paraguai (1864-1870) – foi um período marcado por grandes transformações, que visavam modernizar o Estado e também ao que era considerado progresso da nação. A conjuntura foi marcada pela Lei do Ventre Livre, a Lei de Reforma do Código do Processo Criminal e a Reforma do Código Comercial. Em meio a esse contexto, o governo procurou intervir e reformular instituições educacionais que seriam um dos espaços para difundir tal projeto de modernização.

Assim, passados quatro anos de sua criação, a Escola Normal da Corte, de caráter gratuito e misto, atrelada ao Ministério do Império, é fundada nas dependências do Imperial Colégio de D. Pedro II (Figura 5), na rua Larga de São Joaquim, atual rua Marechal Floriano, em 5 de abril de 1880.

Figura 5- Fachada do Colégio Pedro II

Fonte: AGCRJ.

O evento foi celebrado em sessão solene, com a presença dos imperadores.

> [...] em um dos salões do Externato do Imperial Colégio de D. Pedro II, na augusta presença de Suas Majestades Imperiais, e perante o Sr. Ministro do Império, Barão Homem de Mello, e numeroso concurso de pessoas gradas, realizou-se a cerimônia da inauguração da Escola Normal, proferindo então o Sr. Dr. Diretor interino um discurso análogo ao ato (BRASIL, 1882, Anexo C, p. 03).

Essa, na verdade, não era a primeira organização de um estabelecimento voltado para a formação de professores no Império. Segundo Lopes e Galvão (2008), a criação da Escola Normal Livre do Município da Corte, formada por iniciativa dos próprios professores, mesmo com sua breve existência (1874 e 1875), foi um marco para a posterior criação de uma escola normal pública na cidade do Rio de Janeiro. As autoras sustentam que a Escola Normal da Corte possivelmente sofreu influência da efêmera experiência anterior. Analisando o funcionamento e a organização das instituições, constatam que:

> O exame do corpo docente da nova escola revela a incorporação de alguns professores ao seu quadro funcional. As semelhanças encontradas entre as matrizes curriculares, horários de aula e conteúdos disciplinares também apontam nesse sentido. Assim, arriscamos a hipótese de considerar a Escola Normal Livre do Município da Corte (1874/75) como um ensaio para a adoção de um modelo profissional de formação de professores na cidade do Rio de Janeiro (LOPES; GALVÃO, 2008, p. 10).

Originalmente, a ideia era fazer a Escola Normal funcionar em algumas salas cedidas do Externato, contudo, o volume de busca por vagas excedeu o esperado. Tal situação exigiu a ampliação do prazo de inscrições dos candidatos, assim como a busca por um espaço alternativo para a instalação das aulas.

> Designado o edifício do Externato do Imperial Colégio de D. Pedro II, como o local onde provisoriamente deveria funcionar a escola, empossados o corpo docente e mais funcionários. Mandou a Diretoria abrir a inscrição para exames, de 25 a 30 de março, prazo que, reconhecido como insuficiente pela grande afluência de candidatos, foi prorrogado até fins do mês seguinte. [...]
> Na Secretaria da Escola nos dias que decorreram de 25 de março a 28 de abril apresentaram-se como candidatos à matrícula na 1ª série, 288 indivíduos, dos quais 6 não exibiram os documentos de que tratam os arts. 6º e 13, e matricularam-se 282, sendo 105 do sexo masculino e 177 do feminino (BRASIL, 1882, Anexo C, p. 03).

A solução para o problema se deu pela transferência da Escola Normal para a Escola Politécnica, localizada no Largo de São Francisco de Paula, em 30 de abril de 1880 (Figura 6).

Figura 6- Escola Politécnica, local de funcionamento da Escola Normal da Corte entre os anos 1880 e 1888

Fonte: AGCRJ

As aulas começaram no dia 8 de maio e contaram com a presença de um grande público.

> No dia 8 de maio, abriram-se as aulas da escola Normal com tamanha concorrência de alunos e assistentes como talvez igual não registre a história dos nossos institutos de instrução pública, e da qual pode formar-se ideia sabendo que, afora os alunos, frequentam a escola 753 ouvintes e 154 pessoas a quem se concedia entrada franca (BRASIL, 1882, Anexo C, p. 06).

Entre os anos de 1888 e 1914, a Escola Normal passou ao prédio que antes abrigava a Escola Mista da Freguesia de Sant'Anna, onde funciona atualmente a Escola Rivadávia Corrêa (Figura 7).

Figura 7- Fachada do prédio que abrigou a Escola Normal entre 1888 e 1914

Fonte: AGCRJ.

Com o advento da República, em 1889, o governo tentou adequar a educação às novas matrizes políticas e ideológicas do regime, visando uma ruptura com os paradigmas imperiais, tal afastamento fica evidente com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública em abril de 1890, sua função era a de implementação dessa nova política de reestruturação do ensino (GLABER, 2016). A escola, então, passa a chamar-se Escola Normal da Capital Federal, conforme decreto n. 407, de 17 de maio de 1890. Em que destacamos:

> Art. 1º. A Escola Normal é um estabelecimento de ensino profissional: tem por fim dar aos candidatos à carreira do magistério primário, a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho de deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária.
> Art. 2º. O ensino é gratuito, integral e destinado a ambos os sexos.

A Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892, estabeleceu a organização municipal do Distrito Federal. A partir dessa data os órgãos e repartições do município foram assim designados, passando a Escola Normal a ser chamada de Escola Normal do Distrito Federal. Determina a Lei em seu Art. 1º: "O Distrito Federal, compreendendo o território do antigo Município Neutro, tem por sede a cidade do Rio de Janeiro e continua constituído em município".

Ainda no período republicano a escola foi transferida mais uma vez, antes de conquistar seu endereço definitivo. Ela funcionou na Escola Estácio de Sá, depois chamada Escola Pedro Varela, na rua São Cristóvão, 18, na atual rua Joaquim Palhares[8] (Figura 8).

Figura 8- Escola Modelo Estácio de Sá vista da antiga Rua de São Cristóvão

Fonte: Malta, 1906. Acervo do Museu da República.

Pela ação de educadores como Fernando de Azevedo, à época diretor da Instrução Pública, o prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior, adquiriu em 1927 um terreno para construção da nova sede da Escola Normal. Tratava-se de um terreno localizado na rua Mariz e Barros, local utilizado como depósito das carroças que faziam a entrega de carne para a

[8] Inclusive, é nesta fase que surge uma interessante "associação" entre a Escola Normal e o samba carioca. Segundo Muniz Sodré (1998), localizada no bairro Estácio, a Escola Normal serviria de inspiração para os sambistas cariocas: "Finalmente, em 1927, com Nascimento, Saturnino, Ismael Silva e muitos outros fundamos as Escola de Samba Deixa Eu Falar, a primeira do Brasil. A designação escola de samba está associada à escola normal, que funciona no Estácio sendo os sambistas de fama então chamados de mestres ou professores. Surgiram depois as escolas de samba da Portela, Mangueira e Unidos da Tijuca, contaria Heitor dos Prazeres em uma entrevista para Muniz Sodré, da Revista Manchete, em 1966" (MUNIZ SODRÉ, 1998). Também escreve sobre isto, a historiadora Rachel Sohiet: "Da reunião desses blocos surgiram, em fins dos anos 20 e início dos 30, as escolas de samba. O nome "escola" proviria de um grupo desses "malandros" que se reunia para beber e fazer música num botequim no Largo do Estácio, que ficava em frente a uma escola normal. Ismael Silva, outro expoente da nossa música popular, inspirando-se nesta, sugeriu que aquele grupo, se comparado aos demais sambistas, compunha-se de "professores", membros de uma escola de samba" (SOHIET, Rachel. A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas).

população. Assim foi instituído um concurso para a escolha do projeto da Escola Normal, em que os vencedores foram os arquitetos Brunhs & Cortez, e a construção em estilo neocolonial terminara em 1930 (Figura 9).

Figura 9- Fachada da sede da Escola Normal, inaugurada em 1930.

Fonte: AGCRJ.

A inauguração do prédio da Escola Normal estava marcada para o dia 12 de outubro de 1930. O evento ocupava grande espaço nos jornais da época. Um fato muito noticiado foi a visita da Associação Brasileira de Imprensa ao edifício da Escola Normal a convite do diretor de Instrução Pública, Fernando de Azevedo[9].

> Marcada para ontem a visita dos jornalistas cariocas ao novo estabelecimento de Ensino Normal reuniram-se mais de 25 sócios da nossa principal organização de imprensa os quais, ao chegarem ao prédio da Rua Mariz e Barros, foram recebidos pelo senhor Fernando de Azevedo e altos funcionários da Diretoria de Instrução (JORNAL DO BRASIL, 5 out. 1930, p. 09).

[9] A matéria sobre a visita publicada no *Jornal do Brasil* constitui um rico material para percebermos a importância dada ao evento, as impressões sobre a obra e as concepções educacionais que nortearam a construção do prédio, aspectos que são mais detidamente tratados na seção 2.2.1, desta Dissertação.

Contudo, o evento oficial de inauguração com a presença de Fernando de Azevedo nunca aconteceu. Devido à "Revolução" de 1930, o educador deixou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública e retornou para São Paulo. No *Jornal do Brasil* do dia 11 de outubro de 1930, assim como em outros vários jornais, a mesma nota padrão foi publicada informando sobre o adiamento da inauguração da Escola Normal. A nota não prestava esclarecimentos sobre os motivos do adiamento, como podemos verificar: "O sr. Prefeito resolveu adiar para dia que será oportunamente noticiado, a inauguração do novo edifício Escola Normal que havia sido marcada para 12 de outubro corrente" (JORNAL DO BRASIL, 11 out. 1930, p. 08).

Estava em curso a "Revolução" de 1930 e circulava a notícia de que Getúlio Vargas estava vindo com tropas "revolucionárias" do sul do país, procurando lugar para se aquartelar no Rio de Janeiro. Diante dessa possibilidade, numa conjuntura marcada por incertezas políticas, ocorreu o adiamento da inauguração e a mudança, às pressas, da Escola Pedro Varela, no bairro do Estácio, para o novo prédio da rua Mariz e Barros. Interessante notar que a ocupação do novo prédio do Instituto de Educação não foi noticiada. E a enxurrada de artigos contendo imagens e minuciosos comentários entusiastas do "mais puro estilo" arquitetônico, foi contida por aquela discreta nota comunicando o adiamento da inauguração da construção.

Lopes (2006), ao analisar as datas comemorativas do Instituto de Educação, por meio de entrevistas com professores e alunos que passaram pela instituição, nos fornece informações sobre esse processo de mudança de endereço da Escola Normal. Trata-se de uma entrevista com a ex-aluna Marília Marques da Costa, que se formou na turma de 1937, assim, temos:

> Eu queria mesmo era ser médica, mas não podia…. Aí, entrei para a Escola Normal no início de 1930. Nesse mesmo ano se deu a mudança para o prédio novo. Era a época da Revolução, sabe? A diretoria foi avisada que viriam uns soldados do Rio Grande do Sul para se instalar no primeiro prédio público que se encontrasse vazio, o prédio que estava vazio era o do Instituto de Educação que ainda não tinha sido inaugurado. Então, foi feita a mudança em menos de uma semana e fomos para o instituto. Isso aconteceu em outubro, no final do mês, eu acho, mas não me lembro o dia (LOPES, 2006, p. 04).

Em que pese a imprecisão das datas, as informações são importantes pois confirmam que a mudança ocorreu de forma rápida devido a possível ameaça de ocupação do novo prédio pelas tropas "revolucionárias" vindas do sul do país. Analisando os fatos, embora não possamos afirmar, considerando as incertezas do processo político em curso, é provável que o adiamento da inauguração tenha sido parte de uma estratégia adotada pelas autoridades do Distrito Federal envolvidas no projeto de construção da nova sede da Escola Normal para desviar a atenção e efetivar a ocupação de forma rápida e discreta. Na edição de 11 de novembro de 1930 de *O*

Jornal (p. 02) foi encontrada uma matéria sobre o local onde estavam aquarteladas as forças nacionais, consta que o 3º B. Militar do Rio Grande do Sul ficou aquartelado no antigo prédio da Escola Normal.

Assim, com o prédio tomado há alguns dias, a inauguração foi remarcada para fins do mês de outubro, retomando as atividades escolares oficialmente, a partir de então, na sede permanente da Escola Normal do Distrito Federal.

2.1.2 Um novo prédio para uma escola renovada

Após turbulento processo de transferência da Escola Normal para a nova sede, a instituição passa por novas reformas. Em 1932, foi publicado o Manifesto do Pioneiros da Educação Nova. Os intelectuais que assinaram o documento cerravam posição na defesa de uma escola pública, laica e gratuita. Entre os vinte e seis signatários do manifesto, constavam educadores importantes na história da instituição. Além de Fernando de Azevedo, que esteve à frente da elaboração do documento, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, estavam também envolvidos no movimento Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Venâncio Filho, Cecília Meireles, Edgar Süssekind, J. P. Fontenelle, Paschoal Leme e J. C. Frota Pessoa. Conforme Veiga (2007), esse grupo, embora não fosse homogêneo, se formou em meio ao contexto das reformas de ensino estaduais, das conferências de educação da Associação Brasileira de Educação e da criação do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Lopes e Breglia (2006), entre os renovadores, em especial Anísio Teixeira, havia um sonho de uma escola que oferecesse a todos os indivíduos as mesmas oportunidades, fornecendo condições para o exercício consciente da democracia.

Anísio Teixeira, quando exercia a função de diretor geral de Instrução Pública do Distrito Federal no período de 1931 a 1935, obteve do prefeito Pedro Ernesto o decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, transformando a Escola Normal em Instituto de Educação. O Instituto abrangeria todos os graus de ensino: Pré-Escola, Escola Primária, Escola Secundária e Escola de Professores. Essa escola era oferecida num curso de nível superior, formando professores de nível primário (em dois anos) e secundário (em três anos), sendo criada no intuito de aperfeiçoar e valorizar o profissional do magistério do Distrito Federal. Ao criar a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, tornando-se seu primeiro reitor, Anísio Teixeira incorporou o Instituto de Educação a ela, sendo nomeado diretor o prof. Lourenço Filho. A Escola de Professores viraria a Escola de Educação da UDF, cumprindo com a essência pedagógica de sua proposta inicial.

Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), demarca-se um período de autoritarismo no país. Nessa esfera repressiva, Anísio Teixeira foi perseguido politicamente e vários cursos da UDF foram incorporados à Universidade do Brasil. Entre as medidas, o curso de formação de professores secundários foi retirado do Instituto de Educação, ficando responsável apenas pela formação de professores em curso normal de nível médio. Em 1939, ocorreu a extinção do curso superior da Escola de Professores. Villanova (2008) faz a seguinte reflexão sobre o período:

> O silenciamento da memória dos pioneiros no Instituto de Educação do Distrito Federal teve como fatos emblemáticos a extinção da Escola de Educação, o retorno ao Curso Normal e a marca do civismo associada às imagens religiosas que assumem lugar de destaque, principalmente em 1940 (VILLANOVA, 2008, p. 61).

Em 1947, ao elaborarem o hino do Instituto de Educação, os professores França Campos e José Vieira Brandão deixam transparecer tal marca apontada por Villanova:

> Afirmamos no ardor do civismo
> Nossas vidas ao bem consagrar
> Santa Cruz jamais viu patriotismo
> Tão grandioso o seu nome exaltar!
> Prometemos formar paladinos
> Conduzi-los em luz e labor
> Corações que proclamem os hinos
> Da justiça, da paz e do amor!!
>
> Salve! Glória te rendemos
> Com orgulho juvenil
> Passo firme caminhemos
> À vanguarda do Brasil! (CAMPOS; BRANDÃO, 1947)[10]

Hino, este, que se consolidou após a criação de outros dois nos anos de 1886 e 1941. O mais antigo deles foi composto por maestro Cardoso, ainda no período da Escola Normal da Corte, em 1886. O segundo, de 1941, foi composto a pedido do diretor do já Instituto de Educação, coronel Arthur Rodrigues Tito, para que os alunos pudessem cantar nas cerimônias, a exemplo do que acontecia em outros estabelecimentos de ensino municipais, e, na realidade, tratava-se de uma adaptação da letra sobre a melodia original.

> Já se possuía música adequada, escrita, em tempos idos, por um compositor patrício. Com a letra anterior, fora o hino cantado, pela primeira vez, na sessão solene de 15 de maio de 1886. Sobre a direção do seu autor, maestro Cardoso. Sem quebrar, portanto, a tradição, bastara adaptar-lhe nova letra onde palpitasse, agora, o coração fremente da gente moça.

[10] Disponível em: <http://institutodeeducacao.blogspot.com.br/2006/08/hino-do-instituto-de-educao-em-midi.html>. Acesso em: 29 nov. 2017.

> Zelosamente empenhado em seu intento mandou o diretor abrir concurso de poesia, circunscrito aos professores do Instituto. Designada a comissão julgadora, cuidadosamente estudadas, sob rigoroso sigilo, as composições apresentadas, todas elas sem assinaturas. Terminado o trabalho e entregue o laudo, verificou-se que fora unanimemente classificada em primeiro lugar a do professor Theobaldo Recife (INSTITUTO, ano I, n. 1, out./dez. 1941, p. 09).

Theobaldo Recife, advogado de formação, escrevia poesias muitos anos antes de assumir a cadeira de História no Instituto de Educação. Algumas delas foram publicadas, entre os anos de 1900 e 1901, no periódico *Gazeta de Petrópolis* e, mais tarde, também em periódicos do Rio de Janeiro, folhas onde se pode perceber também o forte envolvimento do professor com a comunidade alemã de Petrópolis e associações católicas. A letra do hino produzida por ele é marcada pela exaltação da pátria, da nação e do dever cívico.

> Somos filhos da terra mais bela,
> À mais nobre nação pertencemos;
> Ruja, embora. Feroz e procela
> Nós, vencidos, jamais tombaremos
>
> Brasileiros, ouvi nosso canto,
> Transbordante de amor, de esperança;
> Destas vozes um coro tão santo;
> Altos cimos de glórias alcança
>
> [Refrão]
>
> Valimento e sabor conquistamos
> Num instante labor, varonil;
> E a bandeira da paz desfraldamos
> Entre os povos irmãos do Brasil
>
> [Refrão]
>
> Do mais puro civismo a centelha
> Todo o nosso Instituto ilumina;
> E a grandeza da Pátria se espelha
> No divino esplendor da doutrina
>
> [Refrão] (RECIFE, 1941)

Certamente respondendo à necessidade de se demarcar novos tempos políticos – afinal, o Estado Novo teve seu fim no ano de 1945 –, um novo hino foi criado para o Instituto. Se, por um lado, mudava-se o regime de governo, por outro, deixavam marcas os valores políticos cultivados até então. Nesse contexto, ambos os hinos preservam a mesma marca.

A década de 1950 constitui um importante momento para refletirmos sobre a história da instituição. Sobre esse período, escreveu Lopes (2006):

> Há cerca de duas décadas, difundiu-se amplamente, sobretudo no Rio de Janeiro, o mito dos anos dourados, relacionado a um momento mágico de nossa história que corresponderia aos anos de 1950, fase em que a cidade, ainda capital da República,

> afirmava sua identidade como polo da cultura nacional. Na interpretação da historiadora Ângela de Castro Gomes (1991), esses foram os tempos de JK, identificados com o espírito otimista, democrata e empreendedor do "presidente bossa-nova", como passou a ser chamado. Tempos de desenvolvimentismo, de crescimento econômico acelerado e, sobretudo, tempo em que ainda se apostava na educação e na escola pública de qualidade como meio de democratização e ascensão social (LOPES, 2006, p. 01).

Nesse contexto, no imaginário social, as lembranças dessa época em relação ao Instituto de Educação são bem positivas. Também contribuiu para a construção dessa imagem a minissérie exibida pela TV Globo, em 1986, *Anos Dourados*, gravada no Instituto de Educação. Na contramão dessa perspectiva, analisando depoimentos de profissionais que passaram pelo Instituto de Educação durante a década de 1950, Lopes (2006) verifica que esses anos significaram, na perspectiva desses profissionais, um período que demarcou o início de um processo de decadência evidenciado pela queda da qualidade de ensino oferecido pelo Instituto.

Assim, o depoimento da professora Maria Violeta Coutinho Vilas Boas, formada em 1934, aluna da primeira turma da Escola de Professores, professora na Escola Primária e depois no Curso Normal, lecionando disciplinas de Didática e Prática de Ensino, foi analisado por Lopes (2006) e nos parece fundamental.

> Contrariando o senso comum, apontou a década de 1950 como o momento da primeira grande crise vivida pela instituição: Os fatores determinantes para a crise foram, a seu ver, a necessidade de formar um maior número de professores, face à demanda pelo Ensino Primário, intensificada no início dos anos 1950, além dos motivos 'eleitoreiros', que levaram políticos populistas a ampliar o número de vagas na instituição para além da capacidade do prédio escolar. Com isso, o espaço físico foi degradado: gabinetes, salas especializadas, transformaram-se em salas comuns; laboratórios foram desativados e prédios anexos ao Instituto foram alugados para absorver o grande contingente de alunas. Evidentemente, para atender a essa demanda, foi preciso ampliar o quadro de docentes e o critério de recrutamento passou a ser a indicação de políticos (LOPES, 2006, p. 04).

Para análise, o depoimento da professora é significativo, pois demarca um momento de inflexão na história da instituição, quando ocorre um distanciamento da concepção de prédio escolar idealizado para atender aos anseios da Reforma de 1928, em que "a escola, de um auditório que era, passou a ser um laboratório, em que o mestre ensina os alunos pelo trabalho, de que participa, estimulando, orientando e praticando com eles todas as atividades escolares, meramente educativas ou de finalidade utilitária" (BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, jan./mar. 1930, p. 13). Ao ter redefinido o uso de seus espaços antes destinados a gabinetes, salas especializadas e laboratórios para salas de aula tradicionais, além de alugarem prédios anexos para atender a demanda, no Instituto forma-se um ambiente que tendia a uma reaproximação com o método intuitivo, tão criticado pelos escolanovistas.

Assim, com as transformações ocorridas no Instituto de Educação para atender a demanda do Ensino Primário, houve uma redefinição do uso dos espaços da instituição, descaracterizando o seu sentido original, fazendo com que a escola deixasse de ser um laboratório e se transformasse em um auditório. Mesmo com essas transformações, o Instituto continuaria a ser uma referência na formação de professores.

Nas instâncias administrativas, o Ensino Normal do Instituto de Educação passou a ser subordinado, a partir de 1946, diretamente à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. A partir de então, outras mudanças ocorreram e, apesar de extravasar o recorte temporal desta Dissertação, são importantes para a compreensão do que é hoje o Iserj.

Em 1960, com a transferência da capital do país para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, a instituição passou a ser denominada de Instituto de Educação do Estado da Guanabara, vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Guanabara.

Já estávamos no período autoritário dos governos do regime militar e, em 1971, foi promulgada a Lei n. 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. De acordo com essa lei, o Curso Normal passou a ser chamado Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau (CFP), sendo o magistério incorporado às demais habilitações oferecidas no segundo grau. Granato e Lopes (2004) analisam os impactos dessa lei.

> Em consequência disso, perdeu sua especificidade, na medida em que se transformou em habilitação de 2º grau como qualquer outra. O curso assumiu um caráter propedêutico, recebendo todo o impacto negativo sofrido pela política de profissionalização do 2º grau. Assim, seus currículos caíram no esquecimento do imediatismo, com a inevitável carga de superficialidade e compartimentalização do saber. A promulgação dessa lei, como se sabe, coincidiu com a expansão da demanda por educação, em particular em nível superior, ligada às aspirações de ascensão social da classe média. Esses fatos refletiram na queda de procura pelo CFP, com evidente enfraquecimento dos critérios de seleção e da formação oferecida (GRANATO; LOPES, 2004, p. 05).

Durante o período militar ocorreu um favorecimento da expansão da rede privada de ensino em detrimento do investimento na pública, fato que fica evidente no artigo n. 45, da Lei 5.692/1971.

> As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo (BRASIL, 1971).

Em 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a instituição passou a ser denominada de Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Veiga (2007), ao analisar a crise econômica e social que marcou a passagem da década de 1970 para 1980, período marcado por greves seguidas de repressão pelas autoridades, destaca como a escola pública foi afetada por essa realidade. Assim a educação pública seria afetada pela falta de infraestrutura nas escolas, investimentos precários na formação de professores aliado a baixos salários, passando pelas taxas de evasão e repetência escolar. Nesse contexto, a autora afirma "a normalista de azul e branco não seria a mais cantada em versos: sua voz ecoava em protestos de rua" (VEIGA, 2007, p. 316).

Essa perda de prestígio pode ser percebida pela diminuição de notícias sobre o Instituto de Educação e seus eventos nos jornais a partir da década de 1970. Por ocasião do centenário da instituição, em 1980, percebe-se uma cobertura sobre o evento muito menor do que em outras épocas. A data comemorada refere-se ao dia da inauguração da Escola Normal da Corte, 5 de abril de 1880, porém devido à Semana Santa as comemorações ocorreram no dia 12 de abril. Numa coluna chamada *Inconfidências*, que ocupava o lado esquerdo na parte inferior da página, o *Jornal do Commercio* assim noticiava:

> Com a presença de diversas autoridades foi comemorado solenemente ontem o centenário de fundação do Instituto de Educação. O ponto alto das comemorações foi o desfile das normalistas de todos os tempos ao som da banda do Regimento Andrade Neves. Entre elas, a atriz Tônia Carrero, muito festejada pelos estudantes (JORNAL DO COMMERCIO, 13 abr. 1980, p. 05).

A década de 1980 foi também marcada pelo processo de redemocratização e o periódico estudantil *O Tangará* nos ajuda a perceber a participação das normalistas do Instituto de Educação nessa conjuntura. A sugestiva charge na capa da edição de junho de 1981 (Figura 10) nos fornece indícios de uma crítica que vai para além dos muros do Instituto, demonstrando uma sensibilidade que capta os anseios sociais daquele momento.

Figura 10- A charge em O Tangará, jornal escrito por estudantes do Instituto de Educação [11]

Tangará

ÓRGÃO DO CLUBE DE JORNALISMO DO IERJ – JUNHO – 1981

TANGATUANDO

Depois de algum tempo em recesso "O Tangará voltou. Após muitas reuniões e debates, estamos hoje lançando uma nova proposta: "renovar e integrar para ficar".

Gostaríamos de contar com a participação de todos os turnos: tragam-nos idéias, críticas e colaborações gerais.

Em primeiro plano estamos envolvidos em fazer renascer o Conselho de Alunos para que o corpo discente tenha voz ativa na elaboração das atividades do IERJ. Queremos também promover encontros com alunos de todas as séries, criar uma consciência crítica e analítica em relação aos problemas existentes em nossa casa.

Com o apoio de vocês pretendemos convidar escritores, atores, grupos teatrais e incentivar os grupos aqui existentes no intuito crescente de trazer uma maior integração, fazendo do jornal um porta-voz das necessidades dos alunos.

Estamos de portas abertas e contamos com todo apoio para que nossa proposta seja aceita em planos maiores dentro do IERJ.

Para isto estamos tentando renovar e integrar para ficar do lado do aluno. Contem conosco que nós estamos com vocês.

UFFA!! CUSTOU, MAS SAÍ!

Malfa

CHAMADA

IERJ – Um futuro cada vez menos promissor. Ou não? pág. 2

Dar voz a nosso discurso pág. 2

BARME – O que é? pág. 3

A hora e a vez do adicional. pág. 6

Top-tanga

Cruzadas

Horóscopo

E muito mais...

EXPEDIENTE

1º grau: Silvia Frota (703)
2º grau:
1º ano: Andréa C. de Morais
David Israel
Ilma O. M. Machado
Marcelo Ferro
Márcio Regina R. da Silva

2º ano: Aluísio Júnior
Lucília P. de Amorim
Norma M. Salgado

3º ano: Ana Maria A. Madeira
Anneliese Schmidt da Silva
Cristina Helena M. Patrão
Jane M. Mendonça
Janete Cirilo
Rebeca Alexandrina

Adicionais: Nelilda O. Braga

Professor Orientador:
MARIA DA CONCEIÇÃO VAZ LINO DE SOUSA

nelilda 81

NÃO MORRA COM A PALAVRA NA GARGANTA – O TANGARÁ LIBERA A SUA VOZ

Fonte: CMEB

Na edição de setembro de 1984, foi publicada uma matéria sobre as manifestações das "Diretas Já" e a defesa da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, além da reivindicação do pagamento de meia passagem nos transportes públicos para os estudantes. Em 1988, na edição de abril, *O Tangará* noticia o ciclo de palestras sobre o tema "O negro na sociedade brasileira" em comemoração aos cem anos da abolição da escravatura. Em três

[11] Transcrição da charge: "Não morra com a palavra na garganta – O Tangará libera a sua voz".

momentos distintos da década de 1980 podemos perceber, analisando as páginas do *Tangará*, a participação das normalistas do Instituto de Educação se posicionando politicamente e intervindo na sociedade.

Durante a década de 1990, o Instituto de Educação viria a passar por uma série de transformações. Em 1997, pelo decreto n. 23.482, de 10 de dezembro, o Instituto passaria para a alçada da Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica), sendo vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em 1998, pelo decreto n. 24.338, de 3 de junho, o Instituto de Educação seria transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, pelo governo do Estado. Essa mudança estava em consonância com a lei de Diretrizes e Bases n. 9.494/96 que previa a formação de professores de 1ª a 4ª séries em curso de nível superior. Também foi criado através do decreto n. 24.665, de 18 de setembro de 1998, pelo governo do Estado, o CAP/Iserj - Colégio de Aplicação, sendo composto por Educação Infantil (creche e pré-escolar), Ensino Fundamental e Ensino Médio (Formação Geral, Informática). Em seguida, no dia 13 de outubro de 1998, o Conselho Estadual de Educação credencia o Instituto Superior de Educação (Iserj), autorizando o funcionamento do Curso Normal Superior conforme processo n. E-03/100.248/98 e parecer 258/98. O curso teve início em junho de 1999.

2.2 Projetos em harmonia: o escolanovismo e o movimento neocolonial em sintonia a favor de um Brasil

> No dizer de Azevedo, o neocolonial poderia imprimir aos edifícios públicos imponência e visibilidade, destacando-os dos demais prédios e transformando-os em signos de poder. A construção de escolas neste estilo aliava uma preocupação estética-nacionalizante a uma necessidade de propaganda e difusão do pensamento reformista. Os monumentos, erguidos pelo diretor, revelavam uma nova concepção educacional. Era importante a escola diferenciar-se da aparência cotidiana e doméstica das construções. Deveria "...impressionar, causar admiração e fazer aflorar sentimentos, emocionar, como os espaços da boa arquitetura religiosa"[12]. Como, também, deveria demonstrar que educar era tarefa de profissionais. A edificação de escolas-monumento efetuaria a necessária separação entre a esfera doméstica-popular e a técnico-científica" (VIDAL, 1994, p. 41).

2.2.1 A construção da sede da Escola Normal como vitrine do escolanovismo

Analisando o Boletim de Educação Pública de março de 1930 percebemos a preocupação de orientar os professores sobre os principais pontos da reforma da educação

[12] WOLFF, S.F.S. Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 52.

implementada no ano de 1928 e também informar ao público mais amplo. Quanto ao ideal da reforma, a parte destinada a Escola do Trabalho é bastante elucidativa.

> A sociedade atual apoia-se na organização do trabalho daí o princípio econômico da escola do trabalho. É outra face da mesma questão: outro princípio adotado na lei do ensino. A escola do trabalho é a escola em que atividade é aproveitada como instrumento ou meio de educação. Nada se aprende senão fazendo: trabalhando. O trabalho manual é empregado não somente como meio de expressão, mas como um instrumento de aquisições (BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, jan./mar. 1930, p. 13).

O fato é que para tornar possível a concretização da reforma de ensino era necessário superar obstáculos estruturais. A questão da necessidade de construir prédios escolares adequados já era bastante debatida conforme decreto n. 1572, de 05 de janeiro de 1914.

Ainda no ano de 1890, a Escola passa por uma reforma por meio do decreto n. 982, que, dentre outras medidas, implementara aulas de Sociologia e Moral no currículo da instituição[13]. Segundo Veiga (2007), a educação deixou de ser facultativa e o espaço escolar constituiu-se num importante elemento para o desenvolvimento do indivíduo e da nação que se reconstruía, o que levou a construção de um novo modelo educacional naquele período de grandes mudanças sócio-políticas.

> Desde a última década do século XIX, os movimentos de renovação da pedagogia e da prática escolar estiveram sintonizados com as novas dinâmicas da sociedade: o desenvolvimento das ciências e de tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo, a heterogeneidade social (VEIGA, 2007, p. 217).

Havia uma busca por efetivar inovações pedagógicas baseadas, por exemplo, na perspectiva de pensadores como Rousseau, Pestalozzi e Froebel. As inovações pedagógicas passavam pelo estímulo ao interesse da criança, propiciando um aprendizado de acordo com suas possibilidades, visando a integração da mesma ao meio ambiente e também a sua integração social. Essa nova pedagogia chamada “Escola Nova”, “Escola Ativa” e “Escola do Trabalho” variava de nome segundo autores e tradições locais. Para viabilização dessas inovações pedagógicas, fez-se necessário repensar o espaço escolar, como observa Veiga:

> A aplicação dos princípios da nova pedagogia suscitou alterações no espaço escolar, modificou o padrão da sala de aula e introduziu materiais pedagógicos inovadores. Também se impôs a criação de novos ambientes, como os destinados a prática da educação física, atividade da vida cotidiana e a alimentação (VEIGA, 2007, p. 229).

[13] Lei n. 85, de 20 de outubro de 1892.

É preciso ressaltar que nas primeiras décadas da República de acordo com o federalismo implantado pela Constituição de 1891, excetuando o nível superior sob a alçada do governo federal, os demais níveis de ensino ficavam a cargo das secretarias do interior de cada estado, resguardando total autonomia em sua organização. Logo, até 1930, época da criação do Ministério da Saúde e da Educação, as reformas educacionais eram de responsabilidade dos estados. Foram essas reformas que introduziram os debates e os métodos da Escola Nova no Brasil.

Portanto, a construção da sede da Escola Normal estava inserida num projeto de reforma educacional que visava a reestruturação e o aperfeiçoamento da instrução pública da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sem, contudo, descartar o que já existia no sistema de ensino local. Sendo assim, Fernando de Azevedo, Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) e idealizador da reforma, junto a sua equipe, promoveu sistematizada análise do quadro escolar da capital a partir dos dados coletados em recenseamento do público escolar. A partir disto, a sobredita Diretoria iniciou o processo de averiguação dos espaços físicos que acomodavam os estabelecimentos de ensino público nos diversos distritos escolares[14] da cidade sede do país. O efeito imediato dessas ações foi o alcance da esfera pública e a progressiva adesão da opinião pública acerca da necessidade de remodelação de prédios em uso e a construção de novos, de acordo com a finalidade agregada pela reforma ao ensino público.

> Na produção de um discurso renovador da escola pública no Distrito Federal, os educadores, envolvidos com a reforma de instrução proposta por Fernando de Azevedo, distinguiam as novas orientações pedagógicas, associadas aos princípios escolanovistas, das anteriores, afirmando a centralidade da criança no processo educativo e propondo práticas escolares que se diferenciavam das, então, em voga por apropriarem-se de novos objetos ou ressignificarem materiais existentes nas escolas e por estabelecerem uma relação mais próxima entre a instituição escolar e a comunidade. [...] Sintonizavam-se aos preceitos da educação ativa que pretendia não apenas a observação, máxima do ensino intuitivo, mas principalmente a

[14] De acordo com documento produzido pelo Arquivo Fernando de Azevedo, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), os distritos escolares estavam divididos em duas zonas: urbanas e rurais. As Zonas Urbanas eram: 1ª - Candelária, Santa Rita, Sacramento e São José, sob a chefia do dr. Francisco Furtado Mendes Vianna; 2ª - Sant'Anna e Santo Antônio, do Dr. Virgilio Varzea; 3ª - Gamboa, do Dr. Henrique Baptista Pereira; 4ª - Santa Tereza, do Dr. Caldas Britto; 5ª - Espírito Santo, do Dr. José Cândido da Costa Senna; 6ª - Glória, do Arthur de Oliveira Maggioli; 7ª - Lagoa, do Dr. Charmont de Britto; 8ª - Copacabana, do Dr. Domingos Magarinos de Souza Leão; 9ª - São Cristóvão, do Dr. Leopoldo Diniz Júnior; 10ª - Engenho Velho, de José Custódio Nunes Junior; 11ª - Engenho Novo, do Dr. Cesário Alvim; 12ª - Andarahy, do Dr. Luiz Cirne Lima; 13ª - Méier, do Dr. Arthur Joviano; 14ª - Gávea, do Dr. Aristides Solano Carneiro da Cunha; e 15ª - Tijuca, do Antônio Cícero Peregrino da Silva. E as Zonas Rurais: 1ª - Inhaúma, do Professor Venerando da Graça Sobrinho;2ª - Irajá, do Dr. Oscar Águia Moreira; 3ª - Jacarepaguá, de Carlos Ayres de Cerqueira Lima; 4ª - Campo Grande, do Dr. Durval Ribeiro de Pinho; 5ª - Santa Cruz, do Professor Deodato de Moraes; 6ª - Guaratiba, de D. Maria Cunha Machado; e 7ª - Ilhas, do Dr. Secundino Ribeiro (INSTITUTO de Estudos Brasileiros. **A reforma de Ensino no Distrito Federal (1927 - 1930)**, 2000, 205 f. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acesso em: 31 out. 2018).

> experimentação como forma de aquisição de saberes escolarizados pelos alunos (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2000, p 11).

Munido da teoria e dos dados coletados no campo, além do apoio da administração local, Fernando de Azevedo engendrou seu projeto de Reforma do Ensino, o qual, submetido ao Conselho Municipal, foi alvo de intensos debates impetrados por opositores pontos importantes, tais como a instauração de concurso público como único meio de acesso dos profissionais da educação aos cargos almejados, assim como à adoção de plano de cargos e salários na carreira do magistério. Apesar disto, o plano foi aprovado sem alterações e sancionado pelo prefeito Antônio Prado Júnior em janeiro de 1928.

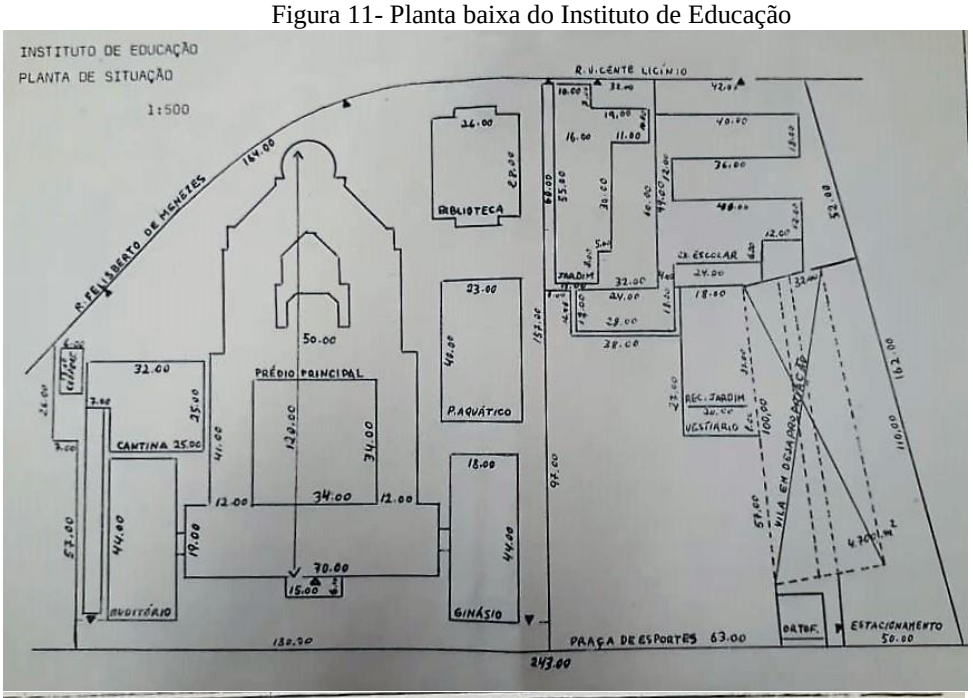
Dada a importância da escola, e, por conseguinte, dos professores, no discurso reformador da Diretoria Geral de Instrução Pública, antes mesmo da aprovação da Reforma do Ensino, a Escola Normal era tomada como símbolo da profissionalização da educação e lugar do saber científico em nome do fortalecimento da nação. O conceito de ensino renovado não permitia o fechamento de ensino sobre si mesmo e a nova sede, em construção desde 1928, deixava clara tal vertente. O conjunto localizado na rua Mariz e Barros também tinha como público privilegiado a comunidade do entorno, a sociedade, estreitando os vínculos entre elas e a escola, conforme sugere a matéria a seguir relatando a visita dos jornalistas da Associação Brasileira de Imprensa à nova sede da Escola Normal, em que é possível extrair informações sobre a planta arquitetônica:

> Passaram em seguida os visitantes ao auditório de música e canto coral, dotado de excelente acústica e constituindo uma peça completamente isolada do resto do edifício como convém aos fins no qual foi destinada. A sala de reunião da congregação percorrida após, é muito ampla e guarnecida com a necessária austeridade. O ginásio, departamento exigido pelas modernas normas de educação, possui todos os aperfeiçoamentos modernos inclusive sala de banhos, renovação automática de ar e uma varanda circular para os espectadores. O teatro onde poderão ser realizadas as conferências, exibições cinematográficas, etc., tem capacidade de mil espectadores nas melhores condições de higiene e comodidade. "...O novo edifício tem a capacidade de dois mil alunos, e possui na porta da frente três pavimentos entre o museu e as aulas há 52 salas, tendo todas relógios elétricos incomunicantes, telefônicos automáticos. O mobiliário é inteiramente novo e obedece a princípios pedagógicos e higiênicos (JORNAL DO BRASIL, 5 out. 1930, p. 09).

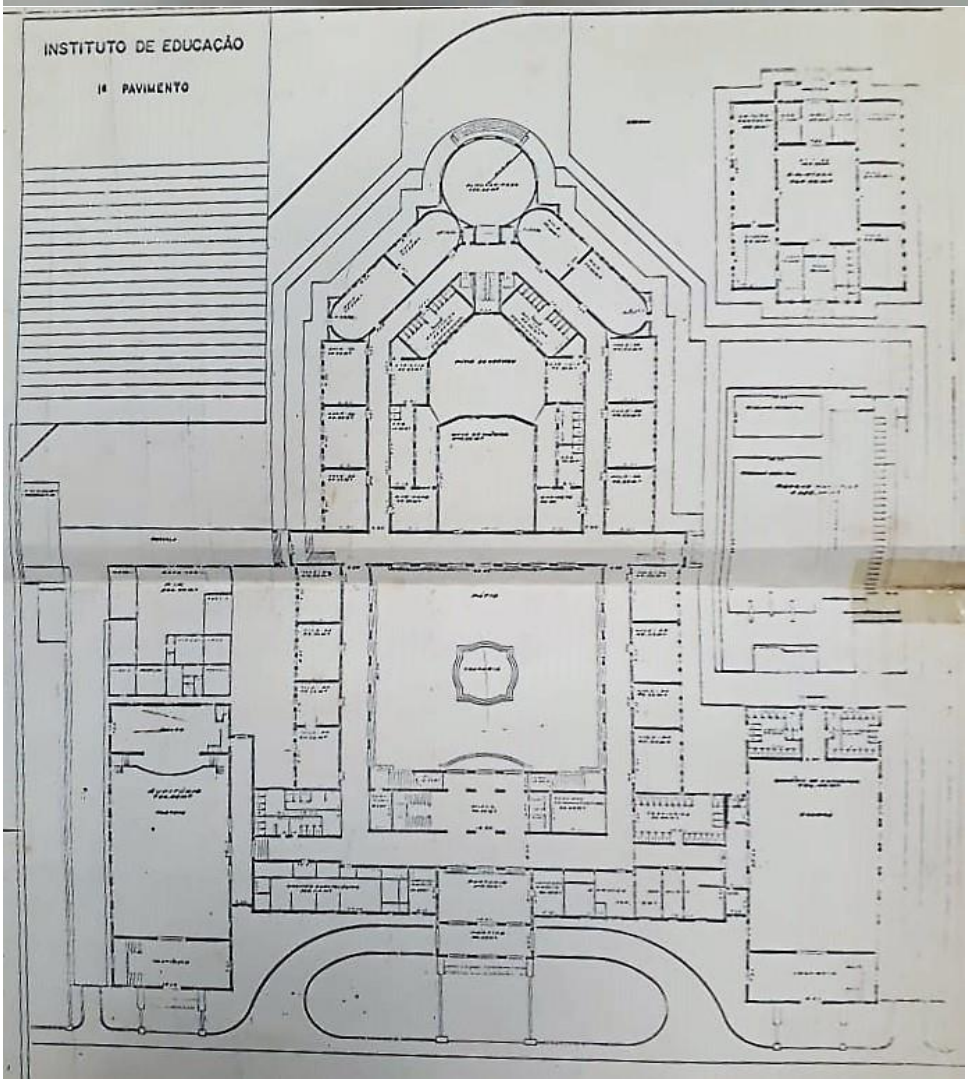
Segundo Veiga (2007), esses espaços (auditórios para fins diversos, teatros, salas de reunião etc.) se caracterizam como espaços de socialização não só para a comunidade escolar, mas para as famílias e o público em geral (Figura 11).

Figura 11- Planta baixa do Instituto de Educação

(A)



(B)



Fonte: CMEB

Outra preocupação que transparece nos trechos é a questão da higiene. Tal fato, no olhar de Veiga (2007), aponta para as constantes críticas feitas às escolas do Império pelo fato de apresentarem instalações insalubres, inadequadas, tanto pelo mobiliário como pelos métodos que expunham os alunos a fadiga. Assim destaca a construção de novas edificações escolares higiênicas, a disseminação de métodos didáticos que incentivam a atividade dos alunos e a introdução das disciplinas de higiene, ginástica e educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias.

A visita segue o itinerário programado e percebemos que a apresentação do prédio aos jornalistas expressava nitidamente os princípios pedagógicos da Escola Nova que nortearam a construção do edifício. Dessa forma, nota-se a organização da escola, os materiais e até o tipo de didática que se pretendia, em consonância com a ideia da escola laboratório exposta no Boletim de Instrução Pública como constatamos neste trecho:

> O material dos laboratórios, aparelhos médicos foram importados da Alemanha. A construção durou 18 meses. O porteiro tem um luxuoso edifício que ocupa um anexo. Cinquenta e cinco bebedouros e 56 aparelhos de Hygia. O pavilhão do jardim da infância para criança de 04 a 07 anos é, completamente [ilegível]. Existe ainda um bar para pequenas refeições. Os aparelhos higiênicos, que são os mais modernos existem na proporção de um para cada vinte alunos, arquivo de ficha e a biblioteca obedecem ao mesmo sistema do Ministério do Exterior. Existem também salas especiais de física, química, história natural, psicologia experimental: geografia, salas de trabalhos manuais, de desenhos, de leitura, museu de história natural, de higiene e de pedagogia (JORNAL DO BRASIL, 5 out. 1930, p. 09).

Ao final da visita quando foi indagado por que dera grande vulto à obra, Fernando de Azevedo respondeu que procurou fugir de todas as tradições de ensino, fazendo uma obra para o futuro. De fato, a obra despertava um grande interesse verificável em periódicos de grande circulação, os quais publicavam matérias, por exemplo, sobre a visita dos professores uruguaios Dardo Regules, presidente da Sociedade de Pedagogia e professor de Filosofia e Sociologia da Universidade de Montevidéu, e José Pedro Segundo, decano do ensino preparatório e secundário e também professor de Literatura da mesma universidade. A visita tinha o intuito de verificar nas escolas da capital, o que se estava fazendo no campo educacional com a implementação da Reforma de 1928. Depois de visitarem várias escolas e verificarem os respectivos trabalhos em desenvolvimento naqueles estabelecimentos de ensino, “dirigiram-se depois ao novo edifício da Escola Normal cuja a instalação, lhes despertou tanto interesse que não podendo ser percorridas com vagar senão algumas dependências, ficou sendo o objeto de nova visita que se deverá realizar amanhã” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 out. 1930, p. 04).

Mas o novo prédio da Escola Normal também seria tema de debates na Câmara do Distrito Federal[15], quando o sr. Nelson Cardoso respondia às acusações feitas pelo sr. Dormund Martins em relação à construção do prédio da Escola Normal, como observamos no trecho:

> Sr. Presidente, todas as contas, quer, da concorrência do prédio, quer do mobiliário, foram processadas regularmente e todas foram pagas pelo Sr. Diretor de Fazenda.
> Disse o Sr. Dormund Martins que o Sr. Prefeito do Distrito Federal por que tinha um seu parente como diretor, inspector, ou contratante da construção do edifício da Escola Normal havia mandado pagar integralmente a importância combinada, sem autorização do Diretor da Fazenda.
> Nunca, Sr. Presidente, foi pago um real sequer, que não fosse visado pelo Sr. Diretor de Fazenda, porque V. Ex. conhece o caráter do Sr. Diretor de Fazenda e não fará a injustiça de julga-lo capaz de se deixar influenciar em ponto tão importante por qualquer chefe ou colega (JORNAL DO COMMERCIO, 2 out. 1930, p. 24).

O impacto da construção e inauguração da sede da Escola Normal foi positivo em diversos aspectos para a economia do bairro onde se instalara (RODRIGUES, 2003). A questão passa desde um revigoramento do comércio, até mesmo pelo aumento no fluxo de pessoas na área, como também pode ser percebida pela escola ter se tornado uma referência em anúncios nos jornais da época, como observamos: "Aluga-se em casa de família, bom quarto a pessoa que trabalhe fora: fica perto da nova Escola Normal: a rua Senador Furtado n. 30" (JORNAL DO BRASIL, 16 dez. 1930, p. 04).

Com as questões que envolveram a suspensão da inauguração da escola em 12 de outubro e a posterior transferência para a nova sede, o primeiro evento oficial tem a data de 27 de outubro, quando tiveram início as aulas, conforme aponta a matéria publicada em *O Jornal*: "O diretor interino da Escola Normal, comunicou ao diretor geral da Instrução a inauguração das aulas da referida escola segunda-feira, 27, no novo edifício, a rua Mariz e Barros e convidando essa alta autoridade do ensino a presidir o ato" (O JORNAL, 26 out. 1930, p. 07).

Em consonância com a agitação política do país, a última semana do mês de outubro foi mesmo bastante intensa na Escola Normal. Além do começo das aulas no novo prédio na segunda-feira, uma comissão de alunas do 3º Ano, liderada pela aluna Maria Maggioli de Souza, compareceu ao Palácio do Catete, sendo recebida pelo capitão Raphael Danton Teixeira, do gabinete da Junta Governativa. O motivo da ida foi para se queixar do Secretário da Escola Normal, o Sr. Victor Carvalho de Souza, que se recusava a hastear a bandeira nacional no novo prédio.

[15]A ata da sessão n. 68, realizada em 29 de setembro de 1930, na Câmara do Distrito Federal foi publicada na edição em destaque do *Jornal do Commercio*.

> Adiantou a senhorita Maria Maggioli que, haviam deliberado fazer esse protesto de forma mais violenta, por isso que não com pareceriam mais às aulas enquanto o pavilhão nacional não tremulasse no mastro da Escola.
> O capitão Danton, ouvindo a reclamação, prometeu providenciar junto à Prefeitura, a fim de que o referido secretário atendesse aos desejos patrióticos das alunas [sic] (O JORNAL, 30 out. 1930, p. 10).

Na sexta-feira da mesma semana, uma comissão de representantes da Escola Normal esteve presente ao Palácio do Catete para prestigiar a chegada de Getúlio Vargas.

> Esteve no palácio do Catete uma Comissão de professores da Escola Normal que veio representar aquele estabelecimento de ensino na chegada do Dr. Getúlio Vargas. Essa comissão era composta dos professores srs. João Pecegueiro do Amaral, Aramis de Mattos, Walter Frankel e Ribas Carneiro (O JORNAL, 1º nov. 1930, p. 03).

Para além da publicidade e das turbulências políticas interessa o fato de que havia um projeto de educação que procurava representação nas estruturas dos prédios escolares. A Escola Nova demandava uma diversidade de espaços que os prédios públicos tradicionais não davam conta de absorver, além disso, a referida tendência pedagógica trazia em si uma concepção de educação que não se limitava aos muros da escola, fazia, na verdade, parte de um projeto de nação em que a educação tinha papel estratégico, pois era a conformadora de um certo tipo de "espírito".

Partindo da ideia que "espíritos" não são formados apenas pelas letras, mas de tudo que os cercam, Fernando de Azevedo partiu em busca de referências culturais que estivessem em consonância com seu projeto, formando uma sinfonia afinada. Na arquitetura, o neocolonial cumpria tal papel.

Assim, a aparência da Escola Normal não estava reduzida a puro apelo estético. Suas medidas e composições estavam amparadas num discurso que também fora adotado por setores da Educação, uma vez que a associação entre o projeto de Fernando de Azevedo e o movimento neocolonial – este, capitaneado no Rio de Janeiro por Marianno Filho – foi costurada durante congressos e conferências sobre educação na segunda metade da década de 1920. De modo geral, esses eventos tinham por objetivo divulgar e promover discussões sobre a Escola Nova e seus métodos, partindo de um consenso de que só era possível promover a educação escolarizada de qualidade se houvesse condições estruturais para isto[16].

[16] Rodrigues (2003), ao analisar as ideias que fundamentam a construção e reforma das escolas públicas no município do Rio de Janeiro na década de 1930, encontra nelas um princípio que chama de modernização iluminista, com foco na implementação da cidadania ativa e da nação por meio da promoção da escola de qualidade como direito a todos.

Para eles, o prédio escolar deveria ser estimulante para o alunado, funcional aos administradores e professores e pedagogizante não só para aqueles que viviam o cotidiano do seu interior, como para toda a sociedade. Para além disso, conforme apontado anteriormente, havia uma carência real por novas edificações escolares. Kessel (2002), assim como outros estudiosos sobre o assunto, aponta que foram nove as unidades concluídas, incluindo neste total os anexos construídos junto a prédios já usados como escolas e os edifícios novos – as escolas Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Antônio Prado Júnior e Normal. Em comum, entre elas, está o fato de todas terem sido construídas de acordo com as concepções arquitetônicas do movimento artístico e cultural chamado neocolonial.

2.2.2 O traçado neocolonial para a materialização do nacionalismo brasileiro contido na proposta escolanovista

> O encontro de educadores aclamou a tese de José Marianno, aprovando uma resolução aconselhando "(...) que os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem vazados em estilo tradicional do país". A recomendação foi seguida pela prefeitura do Distrito Federal, então ocupada por Prado Júnior; por iniciativa do titular da diretoria de Educação e Cultura, o intelectual paulista Fernando de Azevedo, o programa de reconstrução de escolas da municipalidade determinou o aproveitamento de elementos da arquitetura colonial, civil e religiosos. Como resultado, surgiram no Rio de Janeiro entre 1928 e 1930, diversos prédios que ainda existem dos quais se destaca o atual instituto de educação (Antiga Escola Normal) cujo o projeto foi escolhido em concurso que tinha o neocolonialismo como estilo obrigatório (KESSEL, 2002, p. 17).

Em fins da década de 1920, o Diretor Geral da Instrução Pública previa a construção de cem escolas para suprimir a carência da rede pública. Segundo estudo que mandou desenvolver, Azevedo constatou que as escolas funcionavam em prédios alugados ou cedidos. Na maioria das vezes, construções que não foram pensadas para atender às necessidades de uma escola – ao menos, de uma escola inserida na concepção azevediana, a qual considerava a existência e disposição específicas de salas, banheiros, pátios e outros elementos, num conjunto que visava a promoção de ambiente saudável, agradável e propício à formação do nacional fora da concepção livresca à qual o ensino estava submetido até então.

Em busca de uma arquitetura capaz, ao mesmo tempo, de construir edifícios escolares adequados à concepção escolanovista de espaço escolar e de consolidar a nacionalidade brasileira, os educadores abraçaram o movimento artístico e cultural chamado neocolonial. Ou seja, a construção do prédio do Iserj se insere num contexto de popularização e institucionalização do neocolonial como estilo, entre disputas e tensões com outras correntes,

tendo grande aceitação entre arquitetos e intelectuais que percebiam nele a possibilidade concreta de uma releitura do Brasil.

Inclusive, anos mais tarde, Fernando de Azevedo explicou a adesão a tal vertente arquitetônica, tendo em vista a crescente ascensão da arquitetura moderna e uma certa aproximação entre esta e o movimento reformista da educação, tendo em vista serem movimentos marcados pelo rompimento com a tradição em suas áreas. A questão era que Azevedo considerava primordial vincular as novas gerações à história de seu povo

> Se é verdade que um indivíduo, na civilização atual, se vai subtraindo cada vez mais às influências de determinado agrupamento, para se submeter, como cidadão do mundo, às influências universais, não é menos verdade que o único meio de cultivar a nossa personalidade, e enraizá-la na tradição nacional, e nutrir a nossa alma daqueles que nos precederam sobre a terra hereditária, é continuá-los e prolongá-los (AZEVEDO, s/d, p. 124-125 apud VIDAL, 1994, p. 39).

Assumia esta função, a arquitetura neocolonial, que, segundo sua visão,

> Longe de entrar em conflito com a escola nova, a nova política de instalações escolares se subordinava também por esta forma, a um de seus princípios fundamentais, 'o princípio do meio imediato', segundo o qual se deve assentar a base da educação, como verdadeira ciência da vida e da pátria, na experiência da vida regional e no conhecimento do meio ambiente, das coisas, da tradição e das atividades circundantes (AZEVEDO, s/d, p. 124-125 apud VIDAL, 1994, p. 39).

Em 1926, quando ainda vivia em São Paulo, Fernando de Azevedo defendeu o neocolonial como a expressão de uma estética genuinamente brasileira e, por isto, capaz de difundir valores nacionalizantes importantes num contexto em que o país corria o risco de "desaparecer" diante da influência estrangeira nas artes e na sociedade.

> Somos um país de imigração, diz-nos, e todo o nosso esforço organizador deve ser conduzido, tomando em conta o elemento estrangeiro [...]. Da obra de educação depende transformarem-se ou não as formidáveis massas imigratórias em energias colaboradoras harmoniosas da nossa cultura em formação. (...) A criança estrangeira, ou de descendência estrangeira, será do mesmo modo induzida a entender e estimar os nossos costumes, a nossa inteligência, o nosso ritmo político - amoldadas pela pureza e constância dos aspectos de influência expressos no ambiente escolar, resultando daí a assimilação do elemento estrangeiro, como um dos intuitos primordiais do sistema de educação (AZEVEDO, 1927 apud VIDAL, 1994, p. 37).

Vidal (1994) analisou a relação entre as ideias norteadoras da reforma implementada por Fernando de Azevedo e os fundamentos sociológicos do movimento neocolonial, encontrando como intersecção a proposta subjacente de plasmar e absorver o elemento externo e dispensável ao conceito de nacional sobre o qual se apoiavam. Tal qual ocorre no processo

biológico da fagocitose, tratava-se da anulação do elemento nocivo tornado alimento para a defesa do organismo social brasileiro.

Ainda em Vidal (1994), o estrangeiro é reconhecido como o elemento nocivo à construção e consolidação de dado ideal de cidadão brasileiro, mas é em Kessel (2002) que se percebe com mais clareza os desdobramentos do caráter eugênico do movimento artístico neocolonial, cujo principal defensor e patrono foi José Marianno Filho. Pois, capitaneada, na década de 1910, por Araújo Pena e Ricardo Severo[17], no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, o movimento neocolonial surgiu como reação ao ecletismo francês que vinha se fortalecendo nas manifestações artísticas desde fins do Império, mas que atingiu seu auge no período da Belle Époque, sendo o estilo predominante na arquitetura da reforma urbana da capital da República. Kessel (2002) qualifica tal reação como nativista, contudo, tratava-se de uma reação em favor da tradição colonial portuguesa, desqualificando ou mesmo excluindo os elementos indígena e africano do caldo de cultura nacional.

Mas foi na década de 1920 que o movimento neocolonial iniciado na década anterior angariara a simpatia popular e a adesão institucional. Suas curvas e azulejaria faziam emergir novamente aos olhos as origens do Brasil e, por isto, passou a ditar a estética das escolas construídas e reformadas durante a gestão de Fernando de Azevedo a frente à Diretoria Geral de Instrução Pública. Vale lembrar que a demanda era de cem escolas, contudo, apenas nove foram construídas. Dentre estas, a mais emblemática era a Escola Normal.

A instituição responsável pela formação de professoras ganhou um projeto arquitetônico diferenciado, escolhido por meio de um concurso cuja regra básica era o respeito ao conceito neocolonial. Sua importância residia no fato de que se constituía no principal polo de capacitação daquelas que simbolizavam o primeiro contato da criança no processo de formação cultural e intelectual de acordo com o interesse, ou parâmetro público. Não se pode desconsiderar que até poucos anos antes da implementação da Reforma de 1928, especialmente a elite brasileira tentava preservar o direito de educar seus filhos na casa e viam a educação escolarizada como uma intervenção indevida do Estado sobre os direitos da família e, ainda, consideravam o espaço da escola pública como impróprio para a frequência de suas filhas. Assim, afirmava Fernando de Azevedo em entrevista concedida ao jornal *A Noite*:

> O prédio a ser atacado será a Escola Normal. Dentro de quinze dias dever estar publicado o edital de concorrência do Concurso Nacional de Projetos, com o prêmio de dez contos de réis.... Pretendemos a construção da Escola Normal, assim como dos

[17] Araújo Pena foi professor da Escola Nacional de Belas Artes e Ricardo Severo, arquiteto e engenheiro de nacionalidade portuguesa.

> demais edifícios escolares, inspirados no estilo tradicional brasileiro [...] o intuito essencial é imprimir à construção, interna e externamente, os signos naturais do clima e da raça, o cunho nacional. Prevalecerá o critério do ambiente educativo... as salas amplas, harmoniosas... o edifício terá um pátio central, ponto de confluência da população escolar, circundado de colunas de arcaria... as paredes internas serão cobertas de azulejos [mostrando] a evolução política da nacionalidade.... Procuraremos afastar do ensino toda monotonia. Cada disciplina terá sua sala de aula, e cada sala um ambiente educativo próprio (AZEVEDO, 1927 apud VIDAL, 1994, p. 37).

Um marco de suma importância no processo de fortalecimento das construções identitárias implícitas e explícitas no *corpus* do discurso neocolonial foi a nomeação de Marianno Filho, em 1926, para o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas Artes, enquanto também presidia a Sociedade Brasileira de Belas Artes (KESSEL, 2002, p. 144). Enquanto esteve ali, Marianno Filho estimulou concursos entre os alunos envolvendo o desenvolvimento de estudos e projetos de temática neocolonial. E, apesar do curto tempo na gestão do principal centro de formação de arquitetos do Brasil, o movimento neocolonial manteve influxo com a entrada de Antônio Prado Júnior na prefeitura do Rio de Janeiro e de Fernando de Azevedo na direção geral da Instrução Pública (KESSEL, 2002, p. 153).

Conforme apontado anteriormente, as escolas projetadas durante a gestão de Fernando de Azevedo assumiram uma arquitetura neocolonial por motivos que extrapolavam a estética. Havia nessa escolha toda uma concepção de sociedade brasileira em diálogo entre reformistas da educação e arquitetos. Tanto que Marianno Filho escolheu o II Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido no ano de 1928, para apresentar sua tese intitulada *Da arquitetura, fator de nacionalização,* em que defendia a necessidade de se construir escolas em arquitetura fundamentada na tradição brasileira por ser naqueles estabelecimentos onde o brasileiro era formalmente atado à sua nacionalidade.

Com a ascensão de um antigo discípulo da arquitetura neocolonial convertido ao modernismo para o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas Artes, a década de 1930 foi marcada pelo acirramento das disputas entre os dois movimentos citados. Lúcio Costa, a quem o trecho anterior faz referência, negou o reconhecimento do neocolonial como movimento artístico que representava o resgate da funcionalidade arquitetônica colonial, relegando-o a um estilo ornamental com referências tradicionais (KESSEL, 2002, p. 8).

O falecimento de Marianno Filho, em 1946, marcava o momento em que "o Neocolonial deixaria o palco da polêmica para continuar ocupando um espaço cada vez menos destacado na arquitetura [...], incorporando por vezes elementos hispanizantes e diluindo-se na livre combinação dos elementos que o caracterizavam" (KESSEL, 2002, p. 3).

A arquitetura neocolonial pode ser compreendida como lugar de memória na medida em que revisita "experiências que em teoria tocam a todos, movidos por uma memória comum" (KESSEL, 2002, p. 38). No que tange à história da educação, tem uma ligação com a ação jesuíta tanto na construção de edificações quanto no lugar que a educação ocupa na concepção de sociedade ideal, um forte elemento para a construção imaginária da nação, formação do cidadão nacional e elaboração da identidade nacional.

O conflito entre modernistas e defensores do movimento neocolonial pode ter reflexos, inclusive, na política de exclusão de muitos prédios de arquitetura neocolonial da lista de construções tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), dentre eles o prédio do Iserj.

Embora não conste na lista de construções tombadas pelo Iphan, o Iserj consta na lista de bens tombados do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac)[18], bem como do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)[19].

O primeiro processo de tombamento do Instituto de Educação ocorreu na década de 1960, numa conjuntura marcada pela transferência da capital do país para Brasília e pela criação do Estado da Guanabara, sendo vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Guanabara.

Na década de 1960, mais precisamente em 20 de outubro de 1965, o Instituto de Educação foi tombado na esfera estadual, sendo a justificativa para tal ato:

> O tombamento representa o reconhecimento da importância histórica da mais tradicional instituição de formação de professores do Brasil. Por outro lado, inclui no acervo do patrimônio arquitetônico fluminense o edifício que melhor simboliza o estilo neocolonial em voga nos decênios de 1920 a 1940 (...).[20]

No dia 12 de outubro de 1965, o governador Carlos Lacerda compareceu às festividades organizadas no Instituto de Educação. Na realidade, as festividades envolviam uma série de datas importantes como a Semana da Normalista, a Semana das Crianças, o 85° aniversário do Instituto e o IV Centenário da cidade. Em meio a essas importantes datas, que foi anunciado pelo governador Carlos Lacerda o tombamento do Instituto de Educação, fato que evidencia a

[18] O ISERJ foi tombado durante a gestão de Carlos Lacerda, constando na lista de bens tombados da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), da Secretaria da Educação e Cultura, através do Decreto n. E 875, de 20 de outubro de 1965, em decorrência do processo administrativo n. 03/300.462/65. O DPHA, após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, foi transformado em Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

[19] O IRPH é um órgão da administração municipal do Rio de Janeiro, criado na gestão de Eduardo Paes através do Decreto n. 35.879, de 5 de julho de 2012, absorvendo as atribuições da antiga Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SUBPC), que teve sua origem no Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC, criado em 1986. O ISERJ foi tombado durante a gestão do prefeito Luiz Paulo Conde pelo Decreto n. 19.010, de 5 de outubro de 2000, resultante do processo administrativo n. 12/001.236/83.

[20] Disponível em: <www.inepac.rj.gov.br/indexphp/bens_tombados>. Acesso em: 15 nov. 2017.

importância do educandário como símbolo representativo da cidade. Em matéria de *O Jornal*, assim foi noticiado o evento:

> Com uma rosa vermelha na mão - oferecida por um grupo de estudantes - o governador Carlos Lacerda apagou a vela que marcou o 85º aniversário da inauguração do Instituto de Educação, comemorado festivamente, na manhã de ontem, com a realização de ginásticas no pátio do educandário e competições de piscina.
> Delirantemente aplaudido, o governador, durante seu discurso, disse que ontem assinaria decretos tombando o prédio do Instituto, para que nunca seja modificado, transformando a Gávea Pequena em colônia de férias do educandário e a Ilha de Brocoió para as escolas públicas do Estado. Prometeu, também um aumento para as professoras primárias a partir de 1966 (O JORNAL, 13 out. 1965, p. 10).

Porém, ao pesquisar no Inepac sobre o processo de tombamento da instituição, verifiquei em data anterior a visita do governador ao Instituto, em 26 de setembro de 1965, uma notificação do diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, Marcello Moreira, ao diretor do Instituto de Educação.

> Ilustríssimo Senhor Professor Sólon Leontsinis
> M.D. Diretor do Instituto de Educação
> Para os fins estabelecidos no Decreto N, n. 346, de 31/12/64, comunico a V. Sª. que estou propondo o tombamento do edifício do Instituto de Educação, situado à rua Mariz e Barros, 273, de acordo com o que consta o processo n. 03/300462/65.

O tombamento do Instituto de Educação fica consolidado com o Decreto E, n. 875, de 20 de outubro de 1965, conforme verificamos em seu artigo 1º:

> Art. 1º: Fica tombado, para fins de inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do estado da Guanabara, o edifício do Instituto.

O tombamento do Instituto de Educação pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro ocorreu em 2000, quando era prefeito da cidade Luiz Paulo Conde, arquiteto de formação. Nessa época, o Instituto de Educação estava, desde 1997, integrado à Rede Faetec, fazendo parte da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo denominado, a partir de 1998, de Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, como já foi apontado em seção anterior.

No ano de 2000, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tombou 11 escolas municipais, 164 obras de arte e 38 imóveis da cidade, quando o prefeito deu celeridade a um processo que estava em curso desde 1997 pelo que pude verificar analisando os ofícios do Conselho

Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural[21], disponíveis no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. O primeiro desses ofícios data de maio de 1997, quando o presidente do Conselho solicita aos senhores conselheiros:

> Venho submeter à apreciação de vossas senhorias o tombamento das escolas, abaixo relacionadas, integrantes do Relatório Final dos Bens Culturais do bairro da Tijuca, elaborado pelos técnicos Selma Maria Tavares e Celso Vargas da Divisão de Patrimônio Cultural e já de conhecimento dos senhores conselheiros (Proc. n. 12/001236/97, fls. 3, 27 maio 1997).

Entre os imóveis relacionados estava o Instituto de Educação e a base para o tombamento conforme o relatório era: "A importância desses imóveis, tanto para a história da arquitetura como para a história do bairro da Tijuca justifica a presente solicitação" (Proc. n. 12/001236/97, fls. 3, 27 maio 1997).

Percebe-se que a dimensão arquitetônica ainda é ressaltada, porém o referencial educacional não é destacado, ficando diluído na importância para a história do bairro da Tijuca. Talvez isso tenha ocorrido por estar relacionada num processo junto a outras escolas do bairro e não em um processo único.

Após um longo período de tratativas administrativas, em março de 1999, a Secretaria Municipal de Cultura, Helena Severo, despacha para o prefeito:

> Tendo em vista o pronunciamento do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, às fls. 101 do p.p., submetemos a Vossa Excelência a proposta de tombamento definitivo das escolas situadas no bairro da Tijuca, abaixo relacionadas, aprovado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro e com a qual estamos de acordo, para que seja determinado o prosseguimento do processo ou o seu arquivamento, nos termos da Lei 166/80.

Embora o prefeito fosse arquiteto de formação, parece que o ato era uma resposta às críticas que vinha recebendo. "Preocupado com insinuações de que estaria liberando muitas construções, o prefeito Luiz Paulo Conde, de uma só penada tombou mais de duzentos bens, entre lojas, casas, prédios, estátuas, fontes e chafarizes (...)" (JORNAL DO BRASIL, 7 out. 2000, p. 20). De qualquer forma, o Iserj, através do decreto nº 19.010, de 05 de outubro, junto a outras escolas do bairro da Tijuca, foi reconhecido como patrimônio histórico e cultural da cidade do Rio de Janeiro.

[21] Órgão pertencente a Secretaria Municipal de Cultura. Seu presidente era Zoé Noronha Chagas Freitas.

O Iserj foi a primeira escola do estado a ter um plano diretor de conservação histórica. Finalizado em março de 2009, pela equipe do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) em parceria com os profissionais da instituição. O documento era uma exigência dos órgãos estadual e municipal responsáveis pelos processos de tombamento da instituição e pode ser assim definido:

> O PD-Iserj é o instrumento básico de ordenamento do espaço físico do campus Iserj e de orientação para a preservação do patrimônio tombado, caracterizando-se como documento essencial para a gestão e a tomada de decisões pelas instituições direta ou indiretamente vinculadas a este espaço. (NAME; VALLADARES, 2011, p. 54-55)

Trata-se de um documento que faz um diagnóstico da instituição, servindo como um referencial para futuras intervenções em suas instalações. Um aspecto ressaltado na análise foi a retomada do *campus* como laboratório pedagógico, reafirmando a sua identidade original ligada ao ideário da Escola Nova.

3. PERIÓDICOS ESTUDANTIS EM PAUTA: HISTÓRIA FEITA POR DENTRO

> A imprensa estudantil é um tipo de imprensa periódica educacional produzida em instituições escolares [...]. Por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional. Ou seja, é um espaço em que são expressados complexos processos de influência, de produção, de disseminação de opiniões e de informações acerca das relações entre estudantes, professores, direção, turmas de alunos, interações entre diferentes estabelecimentos escolares e com a comunidade externa à escola (WERLE, 2007, p. 83)

Sem perder de vista as especificidades do jornal estudantil, apontadas pela autora, ao buscar periódicos produzidos por estudantes do Instituto de Educação, desde sua fundação, em 1880, deparei-me com um bom volume de material que dividi em duas categorias, levando em consideração a época e as circunstâncias de sua publicação.

A primeira categoria é a de "periódico de opinião", gênero comum no século XIX[22]. Obedecendo a determinada orientação ideológica, o periódico deste tipo representa a visão de mundo de dado segmento social, grupo ou associação. Apesar da pretensa imparcialidade – característica que muitos periódicos tentavam assumir – demonstrada com as "notícias" ganhando espaço sobre os "artigos", aquela ainda era permeada pela pessoalidade do autor.

A segunda categoria de periódicos estudados aqui é a de "jornal escolar", produzido pelo alunado, pode ter um viés mais institucionalizado ou mais ligado às experiências pessoais ou coletivas do estudante, geralmente orientado pelo professor[23].

3.1 *Pharol* (1880-1881), um jornal dedicado aos interesses dos estudantes da Escola Normal

Encaixa-se na categoria "periódico de opinião", o jornal quinzenal *Pharol* (1880-1881[?]), que, em seu frontispício, até a quinta edição, era definido como um jornal de caráter literário, artístico e de notícias. Era escrito por um grupo de estudantes da Escola Normal da Corte (Militino Pinto, Luiz A. de Figueiredo e Fructuoso de Souza Leite). Em sua primeira

[22] Cf. Gomes (2007), em que a linguista estuda a forma e o sentido dos jornais pernambucanos do século XIX, destacando mudanças e permanências na consolidação da imprensa periódica naquele estado. Ao analisar suas fontes, a autora desenvolve uma metodologia de análise bastante útil àqueles que se dedicam ao estudo de impressos periódicos brasileiros do século XIX.

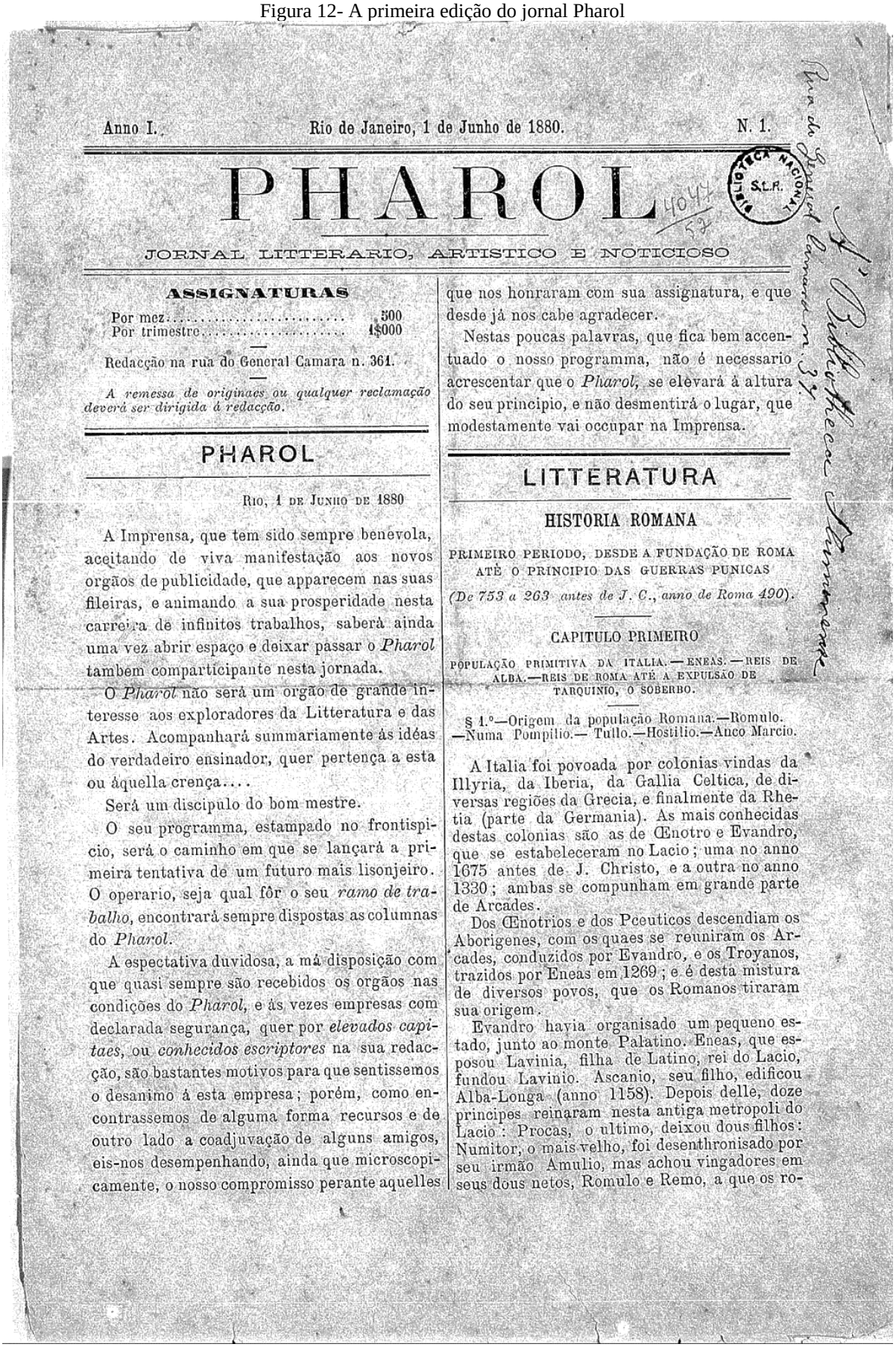
[23] A escola do termo "jornal escolar" se dá pelo fato dos periódicos analisados, a partir da década de 1940, enquadrarem-se no conceito de atividade escolar aprimorado por Freinet (1957). Nem sempre, o que se vê são jornais propriamente ditos. Algumas produções são identificadas como revistas, outras como jornais – apesar de alguns destes últimos também assumirem a forma de panfletos –, portanto, será respeitada a nomenclatura que o próprio periódico estudado reservava a si.

edição, na seção “Noticiário”, informavam que a partir da próxima publicação iriam tratar dos assuntos da recém-inaugurada escola.

> Do próximo número em diante começaremos na Escola Normal, analisando com imparcialidade os fatos, a fim de trazermos ao conhecimento daqueles que se interessam nela e àqueles que a apreciam, ou lá não tem ingresso, o verdadeiro caráter escolar de sua carreira, e ... o que por aí se dá.
> Tendo a nossa folha alguma aceitação da parte dos alunos, resolvemos também que dedicássemos, ou reservássemos espaço para tratar de seus principais fatos, concernentes somente às aulas (PHAROL, ano I, n. 1, 01 jun. 1880, p. 03).

Nenhum indício leva a crer que tal periódico fosse estimulado ou chancelado pela direção ou por qualquer professor do estabelecimento. E, provavelmente por isso, Militino Pinto – o normalista que assumiu sozinho a redação do *Pharol*, contando com colaboradores eventuais, a partir do número 6, de 15 de agosto de 1880 – sentia-se livre para fazer duras críticas aos professores, métodos de ensino, funcionários, estudantes e, também, à estrutura do prédio escolar. Percebe-se uma mudança no frontispício do jornal em que os dizeres “literário, artístico e noticioso” foram substituídos por “Redator Militino Pinto”. Contudo, as críticas ácidas são marcas identitárias presentes a partir da primeira publicação, em 1º de junho de 1880 (Figura 12), sendo um viés que ganhou corpo com a saída de Figueiredo e Leite da redação do jornal. Esta é uma conclusão a que se chega ao consultar os quinze números disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 12- A primeira edição do jornal Pharol



Anno I. Rio de Janeiro, 1 de Junho de 1880. N. 1.

PHAROL

JORNAL LITTERARIO, ARTISTICO E NOTICIOSO

BIBLIOTECA NACIONAL S.L.R. 4044 52

ASSIGNATURAS

Por mez..... 500
Por trimestre..... 1$000

Redacção na rua do General Camara n. 361.

A remessa de originaes ou qualquer reclamação deverá ser dirigida á redacção.

PHAROL

Rio, 1 de Junho de 1880

A Imprensa, que tem sido sempre benevola, acceitando de viva manifestação aos novos orgãos de publicidade, que apparecem nas suas fileiras, e animando a sua prosperidade nesta carreira de infinitos trabalhos, saberá ainda uma vez abrir espaço e deixar passar o *Pharol* tambem compartícipante nesta jornada.

O *Pharol* não será um orgão de grande interesse aos exploradores da Litteratura e das Artes. Acompanhará summariamente ás idéas do verdadeiro ensinador, quer pertença a esta ou áquella crença....

Será um discipulo do bom mestre.

O seu programma, estampado no frontispicio, será o caminho em que se lançará a primeira tentativa de um futuro mais lisonjeiro. O operario, seja qual fôr o seu *ramo de trabalho*, encontrará sempre dispostas as columnas do *Pharol*.

A espectativa duvidosa, a má disposição com que quasi sempre são recebidos os orgãos nas condições do *Pharol*, e ás vezes empresas com declarada segurança, quer por *elevados capitaes*, ou *conhecidos escriptores* na sua redacção, são bastantes motivos para que sentissemos o desanimo á esta empresa; porém, como encontrassemos de alguma forma recursos e de outro lado a coadjuvação de alguns amigos, eis-nos desempenhando, ainda que microscopicamente, o nosso compromisso perante aquelles que nos honraram com sua assignatura, e que desde já nos cabe agradecer.

Nestas poucas palavras, que fica bem accentuado o nosso programma, não é necessario acrescentar que o *Pharol*, se elevará á altura do seu principio, e não desmentirá o lugar, que modestamente vai occupar na Imprensa.

LITTERATURA

HISTORIA ROMANA

PRIMEIRO PERIODO, DESDE A FUNDAÇÃO DE ROMA ATÉ O PRINCIPIO DAS GUERRAS PUNICAS

(De 753 a 263 antes de J. C., anno de Roma 490).

CAPITULO PRIMEIRO

POPULAÇÃO PRIMITIVA DA ITALIA.—ENEAS.—REIS DE ALBA.—REIS DE ROMA ATÉ A EXPULSÃO DE TARQUINIO, O SOBERBO.

§ 1.º—Origem da população Romana.—Romulo.—Numa Pompilio.—Tullo.—Hostilio.—Anco Marcio.

A Italia foi povoada por colonias vindas da Illyria, da Iberia, da Gallia Celtica, de diversas regiões da Grecia, e finalmente da Rhetia (parte da Germania). As mais conhecidas destas colonias são as de Œnotro e Evandro, que se estabeleceram no Lacio; uma no anno 1675 antes de J. Christo, e a outra no anno 1330; ambas se compunham em grande parte de Arcades.

Dos Œnotrios e dos Pceuticos descendiam os Aborigenes, com os quaes se reuniram os Arcades, conduzidos por Evandro, e os Troyanos, trazidos por Eneas em 1269; e é desta mistura de diversos povos, que os Romanos tiraram sua origem.

Evandro havia organisado um pequeno estado, junto ao monte Palatino. Eneas, que esposou Lavinia, filha de Latino, rei do Lacio, fundou Lavinio. Ascanio, seu filho, edificou Alba-Longa (anno 1158). Depois delle, doze principes reinaram nesta antiga metropoli do Lacio: Procas, o ultimo, deixou dous filhos: Numitor, o mais velho, foi desenthronisado por seu irmão Amulio, mas achou vingadores em seus dous netos, Romulo e Remo, a que os ro-

Fonte: Hemeroteca Digital BN.

Aliás, a maior parte dos exemplares do jornal *Pharol* disponíveis na Hemeroteca Digital da BN são oriundos da Biblioteca Fluminense[24]. Era uma prática comum o envio de exemplares de revistas e jornais entre as redações e destas para instituições como bibliotecas, conforme verificamos na seção "Noticiário" do referido jornal.

> Remetemos à Biblioteca Fluminense a coleção do Pharol, solicitada por intermédio do seu respectivo secretário, o que poderia ter feito há mais tempo se não fosse a demora do recebimento do pedido, que conta a data de 7 de junho chegou-nos a 17 de agosto (PHAROL, ano I, n. 7, 1º set. 1880, p. 04).

Observa-se que até a publicação de n. 7 do periódico, o endereço de sua redação era a rua General Câmara, n. 361. Entre as edições 8 e 13, passou à rua Sete de Setembro, n. 65. Já nas duas últimas edições disponíveis, 14 e 15, constam como endereço da redação a rua da Saúde, n. 129. Todas as edições analisadas foram impressas pela Typographia do Brazil Catholico, cujo endereço era a rua Sete de Setembro, n. 65. Isso indica que durante algum tempo redação e tipografia funcionaram no mesmo espaço.

Quanto ao financiamento do periódico, ao que parece, era proporcionado pelas assinaturas. Da edição inaugural até a de n. 13, o valor da assinatura mensal era 500 réis e da trimestral, 1$000 réis. O valor foi alterado somente nas edições de n. 14 e 15, nas quais estavam disponíveis somente a assinatura trimestral no valor de 1$500 réis. O único anúncio publicado no *Pharol* aparece na edição de n. 14. Tratava-se da Livraria do Aguiar, localizada na rua Uruguaiana, n. 18 C. O que demonstra que não era uma fonte de receita considerável. Nas edições analisadas não existem dados sobre a tiragem do jornal. A única menção se dá no número inaugural, quando alegam que "tendo a nossa folha alguma aceitação por parte dos alunos..." (PHAROL, ano I, n. 1, 1º jun. 1880).

O jornal em pauta constitui-se numa importante fonte para conhecermos o cotidiano da Escola Normal da Corte e também se configura num espaço de críticas à instituição e defesa dos interesses dos alunos e alunas, mesmo considerando o fato de ser escrito apenas por alunos.

Ao começar a retratar os fatos na Escola Normal, é possível perceber pelas páginas do jornal, um tom crítico em relação à forma como eram recepcionados na Escola.

---

[24] Ferreira (2001) destaca que o Rio de Janeiro foi beneficiado pela instalação de várias bibliotecas públicas no decorrer do século XIX. Entre esses locais de leitura, destaca a Biblioteca Fluminense: "Instalada na rua do General Câmara n. 37, foi inaugurada em 11 de abril de 1847, como associação de leitura. Na década de oitenta, estava em plena expansão, tendo sido mandado construir novo edifício, na rua do Ouvidor n. 62. Possuía, na ocasião, 44.000 volumes sobre ciência, literatura e artes, nos mais diversos idiomas – português, francês, inglês, espanhol, italiano, alemão e latim – bem como manuscritos e mapas, jornais nacionais e estrangeiros".

> Na entrada encontram-se juntos a uma pequena mesa dois funcionários a repetirem, com um tom altivo, logo que a eles se chega qualquer pessoa estas palavras – deixe ver o cartão – e lá em uma folha de papel lançam o pobre número; e logo que o cartão tem o competente visto, dá entrada à toda parte da escola... O caso é engraçado, mas é sério. E se alguém teima a querer entrar sem essa formalidade, lá bradam eles, um depois do outro:
> - Tenha paciência, não posso consentir: venha lá o cartão. (PHAROL, ano I, n. 2, 16 jun. 1880, p. 01).

Em outros trechos, descreve o horário de intervalo dos alunos e alunas:

> Encontram-se aí por todos os lados bancos velhos que servem de recreio durante o intervalo das aulas. É aí onde se reúnem grupos, conversam, tratam de tudo quanto é útil e inútil, mas sem incomodar uns aos outros, até que o som do bronze, amortecido, desperta uma ideia nova: anuncia aula.
> Dispersam-se os grupos e cada qual procura o seu lugar. E assim, quem não pertence àquela turma, mas acode ao mesmo sinal, e que partilhava daquela palestra animada, aquele recreio, tem que procurar o seu rumo, que é no primeiro andar da escola, voltando por onde veio.
> Sobe-se uma escada larga (de ambos os lados) e vai-se ter em cima, onde por obra de não sei quem, quando chove, é um verdadeiro sacrifício para se atravessar pela quantidade d'agua que desce. Está em escola, porém [...] as alunas fazem o seu recreio no lugar em que se sentam para o exercício das aulas. Levantam questões entre si que dissolvem em riso; falam com vontade e com força; abrem seus livros, mostram, consultam, leem, fecham e, coitados!... servem às vezes de sustentáculo aos cotovelos. Sentadas mesmas, nunca faltam-lhes assuntos, não há intervalos, exceto quando chega algum professor; então ficam mudas. Com raras exceções, saem de seus lugares para saborearem outra conversa nova... a visita de alguma magia mais afeiçoada, para cumprimenta-la de perto, não tomando muito tempo este trajeto (PHAROL, ano 1, n. 2, 16 jun. 1880, p. 01-02).

Os inspetores também eram alvo de críticas expressas no jornal *Pharol*. A atuação destes era relatada de forma irônica:

> Está aqui a missão da fiscalizadora da primeira turma, sempre atenciosa às ordens, que lhe dão, repreendendo até os alunos quando falam um pouco mais alto; e, digo mais, tem mesmo mais queda para fiscalizar marmanjos. É tão excessiva as vezes no seu zelo, que até... cochila.
> Passo para a segunda turma. Temos aí uma fiscalizadora, embora o número de alunas seja inferior ao da primeira. A missão é a mesma. Porém, a sua posição é mais delicada e de mais preço, por que ela tem ajudante de ordens; ela pouco se move; sempre sentada, põe em movimento só os seus olhos, e raras vezes levanta-se para acompanhar alguma aluna. Parece uma rainha sem trono (PHAROL, ano 1, n. 3, 1º jul. 1880, p. 01-02).

Na mesma edição, há uma nota em resposta à fala de um professor da Escola Normal, segundo o redator, o professor Garcia afirmou que "qualquer chuva era motivo de não haver aulas".

> Ora, é claro que nesses dias não é possível que todos possam comparecer e a razão é comum; mas também é certo, que tem sempre comparecido alunos e alunas e se não

> há aulas, temos duas suposições que saldam a nosso favor: ou não comparecem também todos os professores ou então, se comparecem, entendem, que como não vêm cheios os bancos não devem falar a meia dúzia, quando não há número estipulado para funcionar qualquer aula. Todos têm razão; nós também temos. É só isto (PHAROL, ano I, n. 3, 1º jul. 1880, p. 02).

É interessante a apropriação dos ensinamentos da aula de religião para criticar a escola. Neste caso, tratava-se da doutrina de S. João Evangelista – amai-vos uns aos outros –, tida como base para a felicidade humana, segundo professor da disciplina.

> É interessante em certas ocasiões este ponto da doutrina "amar tanto a seu próximo como a si mesmo"; na Escola Normal, por exemplo, é difícil convencer desta verdade. Mas, é preciso aceitar ao menos por convicção, já que por obra não é possível se manifestá-la em geral. Por mim... (PHAROL, ano I, n. 3, 1º jul. 1880, p. 02).

Talvez, a crítica realizada no jornal refira-se a forma como foram tratados os alunos da primeira turma nos exames. Sobre essa questão temos:

> Não achei muito regular o modo por que as contestações eram feitas aos examinados. Sim, porque um aluno não é um lente, que tem aquela prática do ensino, acostumado a falar a tantos e muitas vezes. As contestações pareciam acompanhadas de certa repugnância pela sua expressão forte: está enganado.
> Ora, é claro que nessas ocasiões a moderação toda é pouca, e os examinados assim, com esse rancor, com essa negação tão pronta, desviam-se do seu plano às vezes bem combinado. É mau sistema (PHAROL, ano 1, n. 3, 1º jul. 1880, p. 02).

Outra situação que se enquadra nesse tipo de crítica observada no *Pharol* ocorreu na aula de música quando o professor retirou uma aluna de sala a puxando pelo braço. Esse fato foi alvo de denúncia no jornal.

> Tratamento que provocou sérios reparos da parte de muitas pessoas, que não encaram este abuso senão pelo lado da força dobrada, alimentada pela ponta franca em que sempre os professores têm a sua evasiva.
> Ingratidão! Já se pode dizer em uma escola onde os seus atos serão reproduzidos, composta de dois sexos, e ainda mais referindo-se a uma aluna – que será retirada da aula puxada por um braço! Ingratidão! Que crime é este que mereça semelhante represália?
> O fato merece a atenção do Sr. Diretor, a fim de indenizar esta falta.
> O ensino livre não é liberdade da ação que o professor possa empregar, não; merece mais atenção o regulamento; o respeito deve ser imposto por quem executa o cargo, que tem sobre si um mandato nobre, e ainda mais aqui (PHAROL, ano 1, n. 6, 15 ago. 1880, p. 02).

Outras críticas recorrentes nas publicações do *Pharol* diziam respeito ao trabalho dos professores, aos programas das disciplinas, seus métodos de ensino e compêndios adotados. A edição n. 6 sintetiza bem essa realidade:

> O ensino, os livros e os professores desandam de opinião.
> O ensino praticado com a mais simples forma do regulamento; os livros adotados não versam detidamente na matéria que se ensina; os professores não ensinam pelos livros. Ora, estamos diante de três opiniões, que se batem, e nós seremos a vítima de uma delas. Se seguimos os livros os professores desviam-nos com suas práticas; se seguimos os professores já os livros não têm merecimento; e, finalmente, o ensino assim será uma nulidade no fim do ano à vista do fantástico programa que se apresenta (PHAROL, ano I, n. 6, 15 ago. 1880, p. 01).

Um pouco mais a frente, continua a crítica:

> É interessante a nossa posição diante desses programas. Há aí uma certa desarmonia, que concorda com a tida com os professores se entendem. Querem uns exames de elevadas complicações e apontam os livros, que fazem o papel de mártires, e são sacrificados em lugar de seus autores, por não preencherem as formalidades. E isto se diz sem a menor cara feia, com o maior sangue frio! Ensinam às avessas e querem às direitas.
> Agora, resta-nos esperar pelo fim.
> Onde estão estes livros, que estes programas fundam sua autoridade sobre eles? Estão em algum lugar à venda (PHAROL, ano I, n. 6, 15 ago. 1880, p. 02).

Outro ponto bastante cobrado no jornal era a publicização dos programas das disciplinas. Isso devido preocupação com a realização das provas no final do ano. Diante da demora na divulgação dos programas, mesmo com as constantes cobranças, Militino Pinto publicou em seu jornal: “Os programas não há hipótese que os faça aparecer, porém, nós, que desejamos servir aos nossos assinantes, em breve distribuiremos um suplemento a este número do *Pharol*, contendo o programa de português” (PHAROL, ano 1, n. 10, 15 out. 1880, p. 02). A seguir, a folha suplemento com o referido programa (Figura 13):

Figura 13- Programa da disciplina de português

PHAROL

SUPPLEMENTO AO NUMERO 10

PROGRAMMA DE ENSINO

CADEIRA DE PORTUGUEZ

ESCOLA NORMAL DA CORTE

Primeira serie

LEITURA, ORTHOGRAPHIA, REGRAS DE LEXICOLOGIA E SYNTAXE

(Leitura ás Quinta-feiras)

Enunciação de trechos de prosa escolhidos pelo professor, feita para que os ouvintes attinjam o sentido das palavras e á simples noção do texto, em voz alta, pura, correcta e clara.

Enunciação de trechos de prosa e verso escolhidos pelo professor, congruente, expressiva, bella e desacompanhada de gestos, para que não somente se ouça o teor do texto, mas tambem se perceba o pensamento e as imagens, sentindo-se ao mesmo tempo os affectos que elle significa.

Livro.—*Ornamentos da Memoria*, edição de Garnier.

ORTHOGRAPHIA

(Terças e Sabbados)

I. Causas da irregularidade da orthographia portugueza.—II. Orthographia phonetica.—III. Orthographia usual.— IV. Orthographia etymologica.— V. Homonymos e paronymos.—VI. Uso das lettras maiusculas.—VII. Signaes orthographicos.—VIII. Modo de partir as palavras no fim das linhas.

Explicada pelo professor cada lição antes de ser estudada pelos alumnos, estes farão exercicios, copiarão em casa uma ou muitas vezes, segundo lhe prescrever o professor e conforme o texto por elle indicado, primeiramente palavras que representem seres ou cousas, que conheçam, e successivamente palavras que apresentem uma orthographia difficil, palavras estrangeiras mais ordinariamente adoptadas na lingua portugueza, pequenas phrases que contenham homonymos ou paronymos, phrases sobre noções usuaes, proverbios, maximas e sentenças moraes e curtas. O professor dictará no dia seguinte essas palavras ou phrases, ou outras equivalentes, e fará que corrijam mutuamente os erros commettidos os alumnos, que deverão escrever nos seus cadernos e reproduzir na pedra a palavra ou trecho que for mister corrigir designando o professor os que tenham de desempenhar esta ultima tarefa.

Livro.—*Lições Praticas de Orthographia*, de J. da Matta Araujo, 3ª edição.

Regras de Lexicologia e Syntaxe

(Segundas, Quartas e Sextas)

PONTOS PARA EXAME

1. GRAMMATICA.—Differentes qualificações dadas a esta palavra.—Grammatica portugueza e sua divisão.

2. Estudos das lettras.—Figuras de dicção.

3. Pronunciação.—Quantidade.

4. Accentuação.—Differentes especies de accentos.—Accento tonico.

5. Lexicologia ou estudos das palavras consideradas isoladamente.—Divisão das partes do discurso.

6. Substantivo.— Definição.— Substantivos communs, proprios, concretos e abstractos.—Do Genero; formação dos femeninos dos substantivos.—Do Numero; plural dos substantivos derivados de linguas estrangeiras.—Plural dos nomes proprios.

7. Artigo.—Definição.—Artigo definito, artigo indefinito.—Numero.—Genero.—Contracção.

8. Adjectivo.—Definição.—Adjectivos qualificativos, determinativos derivados, etc.— Formação dos femeninos dos adjectivos qualificativos e determinativos.—Gráo de significação dos adjectivos qualificativos.—Numero.

9. Pronome.—Definição.—Pronomes relativos, indefinitos.—Adjectivos empregados como pronomes.

10. Verbos.—Definição.—Verbos transitivos e intransitivos.— Verbos activos, passivos, reflexivos, neutros e impessoaes.—Radical.—Terminação.—Numero, pessoas, modos e tempos.—Conjugação.—Auxiliares.—Emprego dos auxiliares na conjugação.—Verbos conjugados interrogativamente.— Formação dos tempos.—Verbos irregulares e defectivos.

11. Participio.—Definição.—Distincção do participio presente e do adjectivo verbal.—Duplos participios.

12. Adverbio.—Definição.—Differentes especies de adverbios.—Palavras empregadas como adverbio.—Locuções adverbiaes.

13. Preposição.— Definição.— Differentes especies de preposições.—Locuções prepositivas.

14. Conjuncção.— Definição.— Diversas especies que ha.—Palavras que podem ser adverbios e conjuncções.—Locuções conjunctivas.

15. Interjeição.—Definição.—Diversas especies de interjeições.—Locuções interjectivas.

16. SYNTAXE.—Definição.—Divisão.—Syntaxe das palavras.—Sujeito, verbo, attributo e complementos.—Syntaxe de concordancia e de regencia.—Emprego nas diversas partes do discurso.

17. Syntaxe das proposições.— Proposições simples e compostas.—Proposição principal, proposição dependente.—Emprego dos modos e dos tempos nas proposições subordinadas.

18. Construcção.— Definição.— Diversas especies de construcção.—Figuras de construcção.

19. Idiotismo.—Locuções viciosas.—Barbarismos.—Solecismos.

20. PONTUAÇÃO.—Regras para bem pontuar.

Os alumnos farão themas e exercicios oraes e escriptos e o professor aproveitará o ensejo para corrigir-lhes qualquer expressão, phrase viciosa ou impropria da linguagem didactica.

Livros.—*Grammatica Portugueza*, por M. Olympio Rodrigues da Costa.—*Tratado Elementar de Pontuação*, edição de Laemmert.

Typ. do *Brazil Catholico*, rua Sete de Setembro 65.

Fonte: PHAROL, ano I, n. 10, 1880.

O fato é que após essa publicação, todos os programas foram divulgados, conforme verifica-se na edição n. 11 do mesmo periódico. Porém, no editorial, Militino Pinto faz críticas aos programas apresentados, como nos casos das disciplinas de religião, de desenho e de aritmética.

> O programa de Religião adota o resumo do catecismo "Perseverança e história", de Roquet, e, no entanto, mandou-se buscar em S. Paulo a fim de se venderem na secretaria livros como facultativo para o exame!
> O programa de Desenho adota o método do Sr. Pacheco, porém nunca o vimos e a princípio disseram que era o de Gama e Abílio! Que mistura é essa? O que pretenderão fazer enganando os alunos?
> O programa de Aritmética, pela forma em que se acha disposto, é uma matéria que só por si, dará ao aluno um ano de regalosos estudos; não traz método: não conhece hipocrisia (PHAROL, ano I, n. 11, 2 nov. 1880, p. 01)

Também nessa edição, Militino relata que foi chamado pelo diretor interino, professor Garcia, para adverti-lo por ter impresso o programa de Português em seu jornal, incorrendo em penas do Código Criminal. Entre conselhos e ameaças sofridos, Militino assim escreve sobre o fim da reunião: "Não era de estranhar que este fato se desse e que as ameaças surgissem para abrilhantar a cena: ou eu ou o senhor, disse o ilustre professor, sairá da Escola" (PHAROL, ano I, n. 11, 2 nov. 1880, p. 02).

Mereceu uma série de artigos a nomeação do professor interino da cadeira de Religião da Escola Normal. Segundo Militino Pinto, o professor não estaria apto ao cargo, não apresentaria as qualidades necessárias para a função. Como se pode observar no trecho transcrito a seguir, as críticas eram contundentes.

> O professor que não sabe expor um ponto a seus alunos, que, ou há de repetir *ipsis verbis* o compêndio por onde explica e saindo fora dele comete erros imperdoáveis a um menino de escola; o sacerdote que subindo à tribuna sagrada deixa o auditório perplexo, sem entender uma palavra do que ele diz; o professor que assassina a gramática, a ponto de pronunciar frases inteiras sem verbo, sem sentido, atirando sempre indiretas a uns e outros; professor que serve de risota a seus alunos perde, por um lado, a força moral e o direito de ser respeitado por eles; por outro, mostra que com estas bases não pode lecionar em parte alguma, a não ser prejudicando gravemente a seus alunos.
> Eis o resultado de nomear-se um professor sem exigir dele prova de seus conhecimentos. Eis o resultado talvez da proteção escandalosa que se vê em nosso país, desde o mais elevado até o mais baixo lugar que se procure ganhar a vida. E ature toda a mocidade que se dedique ao magistério um professor desta ordem (PHAROL, ano I, n. 13, 1º dez. 1880, p. 03).

Ainda sobre esse episódio, podemos perceber na crítica uma leitura mais refinada e reflexiva da realidade em que viviam, ao questionarem a maneira como as pessoas eram escolhidas para exercerem cargos de diferentes naturezas na sociedade.

Para além das críticas à instituição, os alunos da Escola Normal da Corte também interagiam e se posicionavam em relação às questões sociais de seu tempo. Assim, em relação à escravidão, em meio a campanha abolicionista, os alunos formaram uma comissão para organizar uma conferência em prol da libertação do escravizado José. Na seção destinada aos noticiários foi publicado, em 1º de agosto de 1880, o seguinte informe:

> Realizou-se no Domingo (25), com assistência do maestro Carlos Gomes a conferência promovida pelos alunos da Escola Normal em benefício da liberdade de um escravo, sendo o orador o ilustrado Sr. Dr. Vicente de Souza, vantajosamente conhecido nesta corte. É inegável que o jovem que profundo orador sempre na dianteira dos verdadeiros princípios do direito, e a causa mais digna do século – a liberdade – mais uma vez foi entusiasticamente aplaudido no desenvolvimento de suas ideias (PHAROL, ano I, n. 5, 1º ago. 1880, p. 04).

Em meio a discursos inflamados de figuras importantes como José do Patrocínio e Lopes Trovão, uma comissão formada por alunas recebia os donativos das pessoas em prol da liberdade do cativo José.

Na edição de n. 13, Militino Pinto se despede da redação e da propriedade do jornal *Pharol* alegando necessitar de tempo para os estudos. Porém, no retorno das férias, na edição de n. 14, a última do ano I, o jovem Militino permanece na redação do jornal junto a dois novos colegas, Aprigio dos Santos e Horacio Valle. Nessa nova fase, o jornal assume em seu frontispício os dizeres que caracterizavam a sua identidade: órgão dedicado aos interesses dos alunos da Escola Normal da Corte.

Na edição comemorativa de um ano de publicação do jornal *Pharol* – e último número disponível para consulta –, fez-se um balanço sobre a importância do jornal na defesa dos interesses dos alunos e dos obstáculos que enfrentaram para atingir tal propósito. Quanto às animosidades geradas por suas críticas, os alunos relembram uma das visitas de sua majestade à escola:

> Indagando o imperador a respeito dos escritos publicados pelo *Pharol* a um dos professores que o acompanhavam na sua visita, respondeu o dito professor que o periódico era redigido por vadios ou bandidos! Eis aí uma boa informação. Cada qual dá o que tem.
> Ora, a Escola Normal cheia de bandidos e o Sr. Diretor tolerava-os!... Era uma escola de baixa aprendizagem, criada por um decreto (PHAROL, ano II, n. 1, 1º jun. 1881, p. 01).

Ao analisar as quinze publicações disponíveis do *Pharol*, foi possível obter informações preciosas acerca do funcionamento da recém-inaugurada escola e também, através de suas páginas, perceber o universo escolar pela ótica de seus alunos. Assim, o periódico configura-se num espaço privilegiado para os alunos reivindicarem suas demandas e darem voz às suas

críticas, constituindo-se, como definiram os seus redatores, num órgão dedicado aos interesses dos alunos da Escola Normal da Corte.

3.2 Por outras páginas: Instituto, Normalista, Estrela Azul, Mosaico, Voz do ITE e O Bandará

Nos arquivos do CMEB, em busca de outros periódicos produzidos por estudantes, deparei-me com um considerável acervo composto por *Instituto*, *Normalista*, *Estrela Azul* e *O Tangará*. O mais antigo deles, o *Instituto* (Figura 14), começou a ser publicado no ano 1941. É importante destacar que este, provavelmente, não foi o primeiro jornal escolar produzido no Instituto no século XX. Certamente, existiram outros que simplesmente não chegaram até nós. E esta convicção reside no fato de tal prática se configurar numa atividade de sala de aula ou extraclasse popular entre os escolanovistas desde meados da década de 1920.

Figura 14- Primeira edição de Instituto

Fonte: CMEB.

Não se pode esquecer que o contexto de 1930 marcou de forma indelével a identidade pedagógica do Instituto de Educação com a consolidação da proposta da Escola Nova, um método ativo de ensino-aprendizagem caracterizado pelo “aprender fazendo”. Justamente como pensava Celéstin Freinet (1896-1966). Esse educador, referência do escolanovismo, difundiu os jornais escolares, a partir de 1924, como um exercício de estímulo à produção de texto livre.

Sem temáticas pré-determinadas e fugindo das atividades que impunham a fixação e repetição de regras gramaticais descontextualizadas, os estudantes acabavam por refletir e aprimorar o que aprendiam em sala de aula.

Abordando assuntos ligados ao cotidiano escolar, os estudantes deixaram aos pesquisadores de hoje importantes registros da vida da escola. Estão impressos naqueles papéis os indícios da simbiose entre escola e sociedade, pois, ao definir o foco, ao delimitar o olhar sobre a realidade vivida que precisava ou era digna de ser contada, o aluno fez refletir seus anseios, o universo escolar e a vida social que o cercava.

> Como recurso de ensino ou instituição escolar, oportuniza grande número de atividades, oferecendo ambiente propício para a criança aprender fazendo, isto é, realizando ela própria o aprendizado de conhecimentos e técnicas e a aquisição de hábitos e atitudes desejáveis, como o espírito de iniciativa, direção e solidariedade, hábito de trabalho em grupo e cultivo do amor à língua materna (FORTINI, 1940, p. 65 apud BASTOS, 2013, p. 08).

Para os professores da época, tal como se vê em Freinet (1957), a produção dos jornais escolares proporcionava o trabalho em equipe, a cooperação e a formação cívica, na medida em que, por um lado, exigia ao estudante iniciativa e foco, e, por outro, aproximava a escola da família e da comunidade. E é o que se pode ver nas coleções que chegaram até nós.

Estão disponíveis para consulta no CMEB, além do primeiro número de *Instituto*, seis números de *Normalista*, dois de *Estrela Azul* e 47 de *O Tangará*. A discrepância no volume de números disponíveis se dá por dois motivos. O primeiro, porque *O Tangará* teve vida mais longa, apesar dos hiatos representados por anos sem publicações, de tempos em tempos ele ressurge entre os estudantes do estabelecimento; e o segundo, além da pouca duração das publicações, o centro de memória conseguiu recuperar somente alguns números graças às doações de antigos alunos e funcionários.

A revista *Instituto* foi fundada em outubro de 1941, quando o Brasil vivenciava uma conjuntura marcada por regime político autoritário e nacionalista, o Estado Novo (1937-1945), e o mundo atravessava a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A publicação da revista antecede um pouco a entrada dos EUA na guerra, por ocasião do ataque japonês à base americana Pearl Harbor, no dia 7 de dezembro de 1941.

O periódico era um órgão oficial da Sociedade Literária do Instituto de Educação[25], cuja redação e administração ficava na sede da Sociedade Literária, constando o endereço do próprio

[25] Tinha por objetivo principal desenvolver o gosto pelas letras e a recreação para os alunos do Instituto de Educação. O idealizador da Sociedade foi o professor Dr. Júlio Nogueira, catedrático de Literatura da casa e os fundadores foram os alunos da 6ª série de 1941.

educandário, na rua Mariz e Barros, n. 273, como referência. No CMEB, existiam a primeira e a segunda publicação da revista, porém, quando fui pesquisá-las, o segundo exemplar não foi localizado.

Em consonância com o projeto político vigente no país, a revista apresenta forte caráter institucional. Colaborou para isto a presença do professor Júlio Nogueira como diretor-responsável da revista, enquanto as outras eram dirigidas pelos próprios alunos com ajudas pontuais de alguns professores. Mas essa característica provavelmente foi justificada pelo fato de *Instituto* ter sido uma iniciativa daquele professor junto aos alunos da 6ª série. Compunham o grupo: Thilde Cartaxo Pereira, na secretaria; Francisco P. F. Pessoa, redator-chefe; Oscar da Cunha Peixoto, Francisco L. C. Machado, Tasso Alves, Yedda Vaissié Navarro e mais colaboradores como redatores.

Outro aspecto a ser notado é a exaltação, nas matérias e reportagens do *Instituto*, de valores como pátria, civismo, nacionalismo, família, religião e, também, de respeito à ordem e à hierarquia, bem como apoio ao governo e ao presidente Getúlio Vargas[26].

Em sua apresentação, sob o título "Palavras de apresentação e de fé", ressaltou-se o apoio dado pelos professores e percebe-se a missão patriótica que inspirou os jovens para sua fundação.

> Não ignoramos as dificuldades da jornada que hoje empreendemos; sabemos que, infelizmente, não bastam impulsos generosos para levar a bom termo iniciativas deste gênero; mas uma chamada sagrada nos acende o peito, neste momento de efervescência nacional. Numa época em que todos se organizam, em que todos ocupam na sociedade o posto devido nessa cruzada em prol do progresso do Brasil, a mocidade do Instituto não pode ficar inerte, sem tomar parte neste concerto patriótico (INSTITUTO, ano I, n. 1, out./dez. 1941, p. 02).

Há também um agradecimento ao diretor do Instituto de Educação, o coronel Artur Rodrigues Pinto, e ao secretário da casa, professor Antônio Vieira, grande incentivador da Sociedade Literária. Assim, os alunos da 6ª série terminaram a apresentação agradecendo à Deus e pedindo bênçãos na tarefa de elevar o Brasil num patamar de grandeza.

Após a apresentação, segue-se uma página inteira com o retrato do presidente salientando a importância da educação dos jovens para o futuro e colocando Getúlio Vargas como grande amigo do povo e patrono da nação. Em seguida, sob a chancela do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um texto com o histórico da trajetória política do presidente, exaltando sua pessoa e o progresso do país.

[26] São exemplos, as matérias intituladas "Culto à pátria", "A família" e "A defesa nacional", do prof. Celso Kelly e "O panorama do ensino da Música na concepção moderna da educação", do maestro José Vieira Brandão.

> O Brasil, hoje, é um país próspero e certo de sua missão histórica, porque tem a frente um chefe lúcido, inflexível e fortalecido por sentimentos enérgicos de patriotismo. Assim explica a confiança unânime nos dias de hoje e de amanhã (INSTITUTO, ano I, n. 1, out./dez. 1941, p. 05).

Ao longo da edição, várias personalidades foram homenageadas, a primeira delas, foi o presidente Getúlio Vargas no artigo citado. Depois, em ordem hierárquica, vieram as demais homenagens: "S. Ex. ª Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, prefeito do Distrito Federal e um expoente da grande obra de embelezamento da cidade"; "S. Ex.ª Cel. Pio Borges, digno secretário geral de Educação e Cultura do povo brasileiro"; "S. Ex. ª Cel. Arthur Rodrigues Pinto, ilustre diretor do Instituto de Educação, fator decisivo da disciplina e progresso do educandário"; "o eminente prof. Dr. Júlio Nogueira, catedrático de Literatura e patrono da Sociedade Literária do Instituto de Educação"; "a srta. Yvone Braz Braga, ex-aluna, reconhecida como uma das mais brilhantes que passou pela instituição".

Havia ainda seções destinadas ao teatro, concurso de contos, textos de alunos e eventos do Instituto, como o dia da Bandeira.

O periódico era composto e impresso nas oficinas da Companhia Brasileira de Artes Gráficas, situada na rua do Riachuelo, n. 128, Rio de Janeiro.

Em relação ao financiamento da revista, creio que tivesse apoio da direção do Instituto, pois não há informações sobre a venda da revista, nem qualquer tipo de colaboração financeira dos leitores. E teve vida tão curta: apenas duas edições.

Em setembro de 1948, foi publicada a primeira edição do periódico *Normalista*, órgão das alunas do Instituto de Educação, cuja sede da redação e administração era a própria instituição. Existem seis números disponíveis no CMEB (Figura 15), abrangendo os anos de 1948 a 1953. Entre suas seções, na abordagem do universo escolar, eram tratados assuntos diversos tais como poemas, literatura, esporte, teatro, cinema e música. Também havia seções destinadas a charadas, palavras cruzadas, trechos de livros, artigos e reportagens de professores e alunos.

Figura 15- Coleção do periódico Normalista disponível no CMEB

Fonte: CMEB.

Na apresentação do periódico, o professor Jacques Raimundo exalta a união das alunas do Instituto, tanto do fundamental como do Normal, para viabilizar a produção de *Normalista*.

> Se um só e mesmo propósito as estimula, abrasando-as no interesse do espírito e do sentimento, é certo que, para externarem a bondade dos seus dos seus pendores e o amor às coisas do entendimento são, – arte, ciência e letras –, deviam há muito manter um órgão em signos de forma.
> Este aqui e agora o têm, uma revista em que, sob vistas de seus mestres e com eles, somada a anuência cordial da direção da casa, se divulguem as suas notas as suas observações, os seus trabalhos, afirmando-se-lhes assim a personalidade como a lisura e firmeza da atitude.
> O nome que se prefere, prova o empenho de se patentear quem aspirando-se a um só e mesmo destino, todas são uma só e cada um adverte a estima de espírito e coração da outra (NORMALISTA, ano I, n. 1, set. 1948, p. 02).

Na contracapa da primeira edição verificamos os nomes das responsáveis pelas publicações. A professora Carmen Alonso era a orientadora, as demais funções eram exercidas pelas alunas: Aidil Costa e Ruth Lucena Guimarães eram as diretoras; Jussara Guaraciara era a redatora-chefe; Maria Therezinha Lintz M. de Freitas e Nely Araújo, as ilustradoras; Ilza

Nóbrega, diretora de publicidade. A partir da terceira edição ocorreram mudanças nos membros da tesouraria e da seção comercial.

Quanto aos recursos para a publicação da *Normalista*, embora não tenha localizado informações sobre a comercialização da revista, pode-se afirmar que contava com colaboradores.

> Desejando patentear o nosso reconhecimento, agradecemos em nome do Instituto ao Dr. Paula Aquiles[27] e Sr. Rubens Mota, pela maneira cortês com que nos receberam emprestando-nos a sua colaboração e, compreensivamente, facilitando a impressão desta revista que é um antigo sonho que ora se realiza (NORMALISTA, ano I, n. 1, set. 1948, contracapa).

Os agradecimentos continuaram a edição de n. 2, lançada em março de 1949:

> *Normalista* agradece ao Exmo. Sr. Diretor deste Instituto – prof. Djalma Régis Bittencourt – o apoio moral e material com que tem prestigiado a iniciativa de alunas da casa.
> Nossos agradecimentos também aos profs. Antônio Vitor de Souza Carvalho e Edgard Süssekind de Mendonça, pelo estímulo espiritual e material que sempre dispensaram à nossa iniciativa (NORMALISTA, ano I, n. 2, mar. 1949, p. 17).

A partir da terceira edição do periódico, publicada em abril de 1950, percebe-se, também, uma outra estratégia de financiamento por meio de espaços reservados para a propaganda de empresas.

O nome dado à revista demarca a identidade da mesma. No artigo intitulado "Mensagem às novas normalistas", onde a aluna Jussara Guaraciara, redatora-chefe, fala sobre o cotidiano do Instituto para as calouras, encontramos uma passagem sobre a carreira do magistério:

> O magistério é um sacerdócio; é retirar das trevas do analfabetismo os homens de amanhã, formando-lhes o caráter, influindo no que eles possam ser mais tarde. Ser professora é sacrificar-se em prol da infância; é ter nas mãos o destino da Pátria, é instruir-se, é educar (NORMALISTA, ano I, n. 1, set. 1948, p. 04)!

No artigo "Por que serei professora?", assinado por Daysi Mary da Silva Mendes, estudante do 2º Ano Normal, encontra-se registrada a mesma perspectiva de vocação e de missão em relação à carreira do magistério, além de um sentimento de gratidão pelo que suas professoras fizeram por ela ao longo de sua formação.

[27] Francisco de Paula Aquiles publicou vários livros de poesia. Foi professor de História Geral no Instituto de Educação e de latim no Colégio Militar. Durante um tempo exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Imprensa Nacional.

> Serei, por isso, professora. Quero contribuir para a formação de um Brasil melhor de filhos fortes e cultos; e empregarei o melhor de meus esforços para auxiliar a criança a ser, no futuro, um brasileiro útil. Estarei, assim, contribuindo para a elevação de minha Pátria, e pagando um pouco do muito que as professoras por mim fizeram (NORMALISTA, ano I, n. 1, set. 1948, p. 5).

Foi dado um destaque especial ao orfeão Carlos Gomes na primeira edição de *Normalista*, sendo reconhecido como um bem do Instituto. O orfeão foi fundado em 1942 por um grupo de alunas voluntárias. A responsável pelo conjunto era a professora Hilda Nascimento da Silva. O nome dado ao orfeão foi sugerido por uma aluna, em 1944, na ocasião em que o conjunto recebeu o prêmio "Melhor Coro Orfeônico do Programa dos Novos", uma iniciativa do Serviço de Economia Escolar da Caixa Econômica, recebendo como prêmio o busto do maestro Carlos Gomes.

De fato, o conjunto musical alcançou notoriedade, realizando apresentações em programas de rádio educativos, nas estações Rádio Roquette Pinto, Rádio Ministério da Educação e Saúde, Rádio Globo (no programa Artistas Novos do Brasil), Rádio Mayrink Veiga (no programa Desfile da Juventude) e, ainda, no programa do Departamento de Imprensa e Propaganda (Figura 16).

Figura 16- Orfeão Carlos Gomes

Fonte: NORMALISTA, ano IV, n. 5, nov. 1952

O Orfeão Carlos Gomes foi oficializado pelo regulamento do Instituto de Educação em 1947. O conjunto era motivo de orgulho para a instituição, sendo defendido em *Normalista*

quando recebeu comentários negativos de Eurico Nogueira França, crítico do jornal *Correio da Manhã*, em matéria publicada em 5 de outubro de 1948, sobre a apresentação realizada pelo conjunto musical em concerto no Teatro Municipal, no dia 3 de outubro do mesmo ano.

> É fato, porém, que as orfeonistas deste conjunto, fazem bastante diferença entre cantar e gritar, que a mim também parecem coisas bem diversas. Se na música "O canário" tudo se passou como se houvesse uma solista, como diz o sr. Crítico, isso apenas vem provar a perfeição com que esta foi executada, não lhe faltando a apreciação rítmica e a delicadeza que toda ela encerra. Não me parece acertado que cada uma das oitenta meninas pronunciasse, separadamente as sílabas para se fazerem sentir, e aprova que todas juntas também sabem fazer o "piano" e "pianíssimo" tão difíceis no canto, e exigidos nesta página musical.
> Quanto a sua sugestão para a troca do nome do orfeão, é fora de propósito. Reconhecemos o indiscutível talento do nosso grande Villa-Lobos, devotamos-lhe o mais profundo respeito e admiração, aplaudimos maravilhadas o seu talento artístico, mas até o fim de seus dias, este orfeão continuará a ser "Orfeão Carlos Gomes", quer queira ou não o sr. crítico (NORMALISTA, ano I, n. 2, mar. 1949, p. 23).

Outro aspecto que chama a atenção na revista é a estreita ligação da sua direção com a diretoria do Grêmio Cultural Ruy Barbosa, o grêmio estudantil do Instituto. A partir da terceira publicação da revista, essa relação ficou mais evidente. O grêmio tinha espaço para divulgar suas atividades nas páginas da *Normalista*. Na primeira página desta edição, o periódico foi caracterizado como um órgão do Grêmio Cultural Ruy Barbosa. As páginas 2 e 3 foram destinadas às fotos das diretoras do grêmio e da revista.

Na edição de número 6, voltou a ser caracterizada de forma mais genérica como órgão das alunas do Instituto de Educação. Embora conste na contracapa da revista o nome da diretoria de 1953 daquele mesmo grêmio. Esse é o último exemplar disponível no acervo do CMEB, embora não possamos afirmar que seja o último número publicado, mesmo porque a revista seria citada posteriormente, em entrevista de *O Tangará*, com o diretor Mario Brito, em 1956: "[*O Tangará*] Consta de seus projetos dar uma verba oficial para a publicação de *Normalista*? [Dir. Mário Brito] Quando fui diretor de outra vez, consegui verba para esse fim. Se a minha permanência na direção permitisse ter "projetos", a verba em questão constaria de um deles" (O TANGARÁ, ano IV, n. 9, out. 1956, p. 37).

Portanto, há possibilidades que a revista tenha tido mais publicações, porém, não foram localizadas em arquivos.

Em maio de 1954, foi publicada a primeira edição da revista *Estrela Azul* (Figura 17). Era de alunas, de distribuição interna, redigida na sala 225. A diretoria era composta pelas alunas Vilma da Silva Freire, Anna Maria das Merces, Ely Le Masson Velloso, Lia dos Santos Caldas e Neide Velozo da Silveira.

Figura 17- Exemplares do periódico Estrela Azul

Fonte: CMEB.

Lia dos Santos Caldas, redatora-chefe, ao apresentar a revista fala da necessidade da criação de um espaço que pudesse servir de elo às alunas do Instituto. Assim, justifica:

> *Estrela Azul*, sendo estrela, deveria surgir no céu, não concorda? Porém, contrariando a expectativa, ela nasceu do idealismo que existe vibrando na alma de muitas normalistas que, como você, gostam de unir cada vez mais as futuras professoras, fazendo-as amigas pelo pensamento e ideal e, também, demonstrar que o Instituto é realmente nosso segundo lar; entretanto, sendo nosso colégio tão grande e nele estudando tantas moças, difícil seria conversar e travar relações com todas; a solução para este delicado e afetuoso problema apareceu com *Estrela Azul*, que dirá a você o que a colega de outra turma pensa, a alegria que ela sentiu ao ouvir uma música ou ao ver um filme, os seus poemas e pensamentos preferidos, algumas páginas que ela descreveu para sua sensibilidade, enfim, você poderá conversar com todas as colegas, respondendo-lhes também (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 01).

Um grande incentivador para a criação da revista foi o prof. Süssekind, o mesmo que se envolvia também na produção de *Normalista*. Em nota de agradecimento, percebe-se tal fato:

> Obrigada, estimado professor Süssekind, o senhor foi a verdadeira luz da, por certo, brilhante *Estrela Azul*; o seu entusiasmo e simpatia deram-nos a certeza de que a nossa revista, com que pretendemos unir ainda mais o Instituto de Educação, sairia e que este sonho de jovens é realmente uma suave realidade.
> Meu estimado professor, um obrigado é pouco para este agradecimento vindo do coração, mas, como disse no princípio, resume toda a emoção diante de qualquer coisa que nos domina por sua magnificência (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 02).

Além da ajuda financeira de alguns professores e da venda dos exemplares, outra estratégia utilizada para seu custeio foi o espaço destinado a propagandas. Podemos citar:

Instituto Técnico Oberg; Casa Mattos; Vestibular Fritz de Lauro; Fotógrafo Saul Teixeira; Bar Almeida; Emacol – Empresa de materiais de construções Ltda; Edições Melhoramentos; Colégio Paiva e Souza; Revista do Ensino. Porém, no segundo número editado não consta a presença de anunciantes. A exceção seria a foto da capa, com os créditos do fotógrafo Saul Teixeira. De qualquer forma, como no CMEB só existem os dois primeiros exemplares da revista, não podemos afirmar ao certo o que aconteceu. Assim como outras informações que dizem respeito ao período de circulação da revista, a gráfica em que foi editada.

Na revista encontramos textos de Monteiro Lobato, poemas de autores famosos e das próprias alunas, paródias, sonetos, literatura, palavra cruzada e receitas pedagógicas.

As "entrevistas-relâmpagos" com professores e alunas nos permitem, por meio de perguntas, perceber os temas de relevância na época, como as que foram formuladas na primeira entrevista: "1- Julga recomendável o aproveitamento de diplomadas por Escolas Normais particulares para o ensino municipal? 2- Como resolveria o problema da superlotação atual de alunas no Instituto de educação?" (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 01).

Nas matérias, é possível notar críticas às condições estruturais e ao dia a dia do Instituto de Educação. As críticas eram feitas de forma irreverente:

> Como nos sábados anteriores, haverá, no auditório do Instituto (indevidamente às claras) sessão de cinema em benefício do Baile de Formatura. Para evitar reclamações, avisamos, com a devida antecedência, que os espectadores devem munir-se de interpretoscópios einsteinianos estereossônicos a fim de apreciar o filme lusco-fusco da tela e na barulheira reinante (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 09).

E, ainda na mesma edição,

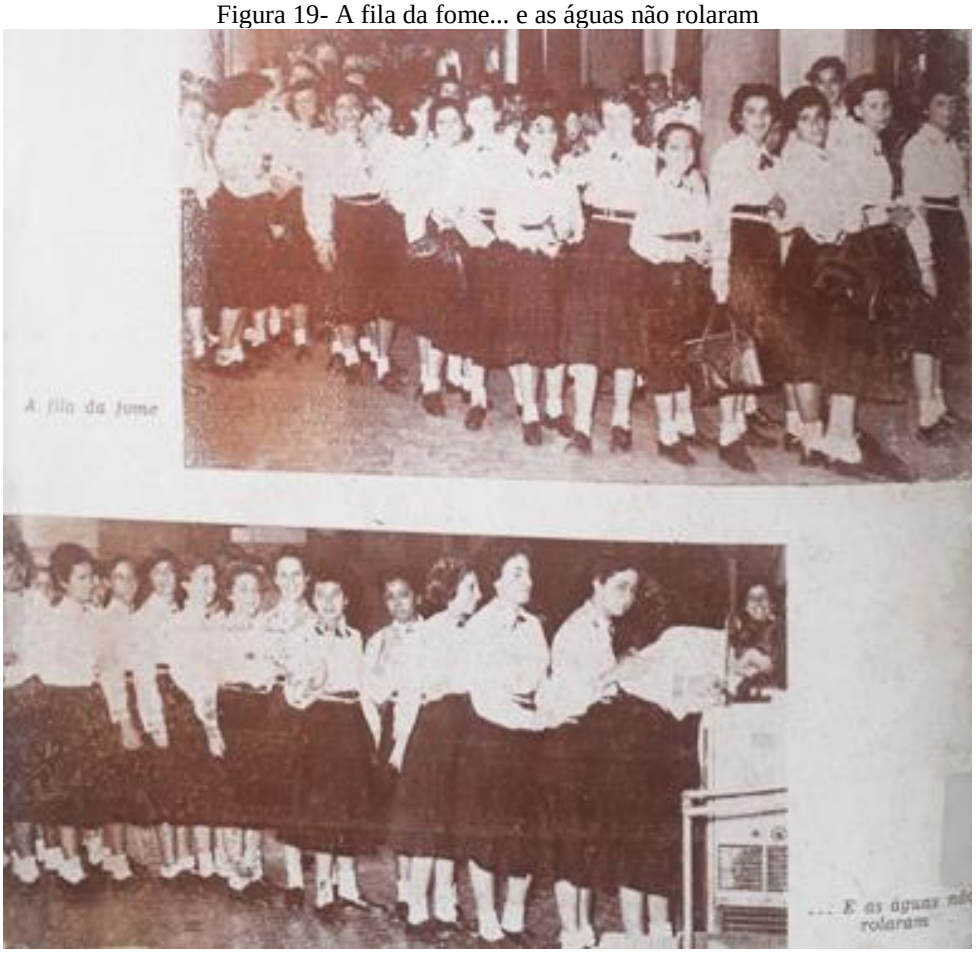
> Agora em 3D
> E o vento levou... os trinta bebedouros do IE.
> Tarzan, o rei das selvas... no campo de esporte do IE.
> Touros bravos – soltos nos corredores quando dá o sinal
> Flor do Lodo – em exibição na piscina
> Malucos no ar – serviço de alto falante: Guieli e cia.
> Só resta a lembrança – de quando não havia mão na escada
> Mulheres em perigo – nas bancas orais
> Sublime indulgência – a nossa para com muita coisa aqui dentro
> Desculpe a poeira – nas mesas de nossas salas
> O relato de Dorian Gray – estará ele na 'galeria' da sala 213?
> Cangaceiros – andaram rasgando cartazes de propaganda
> Brinquedo proibido – a piscina do Instituto
> Museu de cera – gabinete de Anatomia (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 19).

Completam o conjunto de referências às críticas a moda do humor feita pelas alunas, as figuras 18, 19 e 20.

Figura 18- Charge do bar do Juvenal

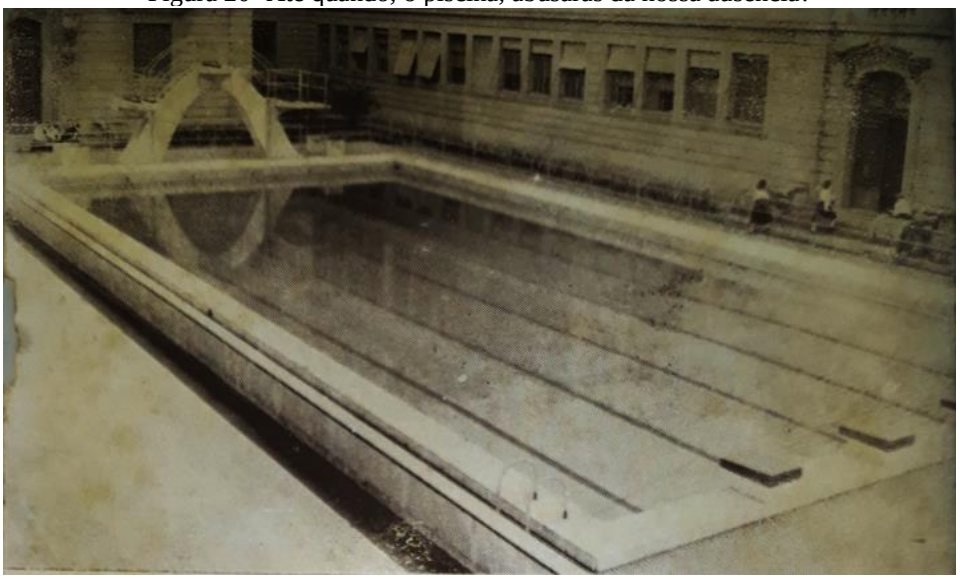
Fonte: ESTRELA AZUL, ano 1, n. 1, maio 1954, p. 30

Figura 19- A fila da fome... e as águas não rolaram



Fonte: ESTRELA AZUL, ano 1, n. 1, maio 1954, contracapa.

Figura 20- Até quando, ó piscina, abusarás da nossa ausência?



Fonte: ESTRELA AZUL, ano 1, n. 2, ago. 1954, contracapa.

Outro aspecto que chama a atenção era a rivalidade entre as alunas das revistas estudantis, mais precisamente entre as que produziam *O Tangará* e a *Estrela Azul*. A análise dessas disputas pode revelar relações de poder na instituição se pensarmos nas redes de apoio que angariavam, envolvendo docentes, para a produção dessas revistas. Em artigo intitulado "Um inimigo invisível do ensino", as alunas responsáveis pela *Estrela Azul* satirizam *O Tangará*, fazendo menção ao pássaro que inspirou o nome da revista rival.

> Os nossos estatísticos educacionais já calcularam que a toda, mesmo sem vir ao Brasil, causa cerca de 153 mil perdas-de-tempo nas primeiras semanas de cada ano letivo... e isso só nas escolas primárias!! Felizmente, nas escolas de grau mais adiantado, os alunos e alguns professores mais ocupados já vão por sua conta e risco matando mentalmente o tal passarinho (ESTRELA AZUL, ano I, n. 1, maio 1954, p. 21).

Além dos periódicos trabalhados, por existirem exemplares disponíveis no CMEB e, no caso do *Pharol*, na Hemeroteca Digital da BN, há aquelas cuja existência ficamos sabendo acompanhando as edições de *O Tangará*.

Dessa forma, tomamos conhecimento do jornal *O Bandará*, na seção "Tangarelando", de Yeda Correia.

> Um grupo de alunas, do segundo ano Normal, quando nós fundamos *O Tangará*, criaram um jornalzinho de crítica ao nosso: *O Bandará*. Hoje tivemos o prazer de saber que este clube com o mesmo nome e, que dia a dia se aperfeiçoa [...] há reuniões dançantes, passeios e excursões.
> Continuem lutando pelo seu ideal, porque sem ele não podemos viver (O TANGARÁ, ano IV, n. 9, out. 1956, p. 17).

Pela matéria, percebe-se que o nome do jornal, *O Bandará*, é uma sátira à revista *O Tangará*, sendo uma publicação de crítica das alunas do segundo ano Normal. O jornal, provavelmente, foi fundado ainda em 1953 e, apesar de, pelo menos, quatro anos de existência, não há nenhum exemplar do jornal para análise.

Outro jornal, *A Voz do ITE*, tinha sido mencionado no Projeto Cemi-Iserj, ao realizarem o levantamento de fontes do Instituto. Em *O Tangará*, encontramos uma matéria que fala do jornal.

> *A Voz do ITE* é o jornal que surgiu em nossa escola. É justamente de pessoas interessadas pela imprensa, de pessoas que querem nos proporcionar divertimento e cultura em pequenas doses, de que estamos precisando.
> Avante, colegas! Eu, Jacinta Sued, desejo a vocês um milhão de felicidades (O TANGARÁ, ano IV< n. 9, out. 1956, p. 15).

A matéria nos traz informações sobre o jornal, o ano em que foi fundado, 1956, um pouco sobre o seu perfil, porém, como não existe nenhum exemplar, não temos mais informações sobre o periódico.

Ao ler a revista n. 6 de *O Tangará*, através de uma entrevista realizada por Yeda de França Correia e Maria Lúcia Cravo, tomamos conhecimento da existência de mais uma revista no Instituto. Trata-se da revista *Mosaico*. Como não existe exemplar disponível da revista no CMEB, nem na Hemeroteca Digital da BN, a entrevista se constitui na fonte privilegiada de informações possíveis sobre esse periódico.

A entrevistada foi a diretora da revista *Mosaico*, a normalista Leila Maria Elia. Sua primeira publicação foi em setembro de 1955. A ideia surgiu com a criação do Teatro do Instituto, por isto, inicialmente, seria uma revista cuja temática seria somente o teatro. Conforme sugeria o nome da revista, configurou-se pelo apanhado de assuntos tratados e pela noção de beleza.

Seu orientador foi o professor Aloísio Neves. Em dois dias de venda, mais da metade da tiragem de dois mil exemplares já tinha sido vendido. A diretora Leila Maria Elia afirmou que não tiveram lucro, mas o suficiente para, somado a outras fontes de receitas não explicitadas, publicar um outro número da revista.

Sobre continuarem ou não com a publicação de *Mosaico* após a formatura da direção, ficou em aberto. Indagada sobre uma suposta rivalidade entre as revistas, a entrevistada preferiu não comentar, reafirmando, contudo, a importância de se incrementar a diversidade de publicações estudantis no Instituto, além de demarcar a finalidade do periódico dirigido por ela:

"*Mosaico* é cultural e recreativo, procuramos representar o Instituto e o modo de pensar de nossas colegas (O TANGARÁ, ano III, n. 6, out. 1955, p. 15).

Ainda naquela edição de n. 6 de *O Tangará*, a *Mosaico* foi mencionada duas vezes. A primeira numa matéria intitulada "Tarde pan-americana", acerca de um evento oferecido aos cadetes da Aeronáutica, com a apresentação de danças típicas de diversos países americanos.

> Sendo de todo impossível convidar as 8.000 alunas do IE [Instituto de Educação], foram escolhidas as componentes do pelotão da bandeira, as do conjunto artístico, algumas representantes do *Tangará* e *Mosaico*, além das que participaram do *show*, num total de 180 (O TANGARÁ, ano IV, n. 7, mar. 1956, p. 25).

Na mesma edição, a revista seria novamente citada: "Outra revista surgiu no IE, trazendo em suas páginas o trabalho cuidadoso de uma equipe de jovens de valor. *O Tangará* lhe deseja felicidade e vida longa, *Mosaico* (O TANGARÁ, ano IV, n. 7, mar. 1956, p. 36).

Estes trechos revelam a aproximação entre as jovens responsáveis pelas publicações das revistas *O Tangará* e *Mosaico*.

O *Mosaico* também aparece na nona edição de *O Tangará*, em outubro de 1956, na coluna "Tangará gostou", página 7, onde o artigo "Que importa...", publicado naquela revista foi bastante elogiado.

Entre publicações cujo suporte não chegou até nós e publicações marcadas pela transitoriedade, destaca-se *O Tangará*, pois sua publicação chegou ao século XXI. Como foi produzido durante mais de cinquenta anos (apesar de não ter periodicidade fixa), foi o jornal escolar que perpassou contextos políticos e pedagógicos mais diferenciados e, portanto, é o que melhor representa as diversas identidades construídas e assumidas pelo alunado do Instituto de Educação ao longo dos anos. Com quase meia centena de números disponíveis para consulta, *O Tangará*, em sua primeira geração (1953-1957), bem como o *Pharol* (1880-1881), foram tomados como fontes documentais privilegiadas para se pensar a representação do estudante do Instituto de Educação no período estudado nesta Dissertação.

3.3 *O Tangará* (1953-1957), um jornal escrito por estudantes "alegres, obedientes e disciplinadas"

Apresento, aqui, a revista *O Tangará* (Figuras 21, 22 e 23) acompanhando a trajetória das fundadoras, as quais fizeram parte da primeira diretoria, no período de outubro de 1953 a outubro de 1957. Durante esse período foram publicados onze números, dos quais nove estão

disponíveis no CMEB. Depois dessa primeira diretoria, o periódico em pauta voltou a ser editado em setembro de 1959. Essa característica “fênix”, de renascimento, acompanhará sua história até os dias atuais. Assim, a cada grupo de estudantes que se forma e deixa a instituição de ensino, pode ocorrer ou não uma interrupção da publicação de *O Tangará* que, depois, pode vir a ser retomada por uma nova direção.

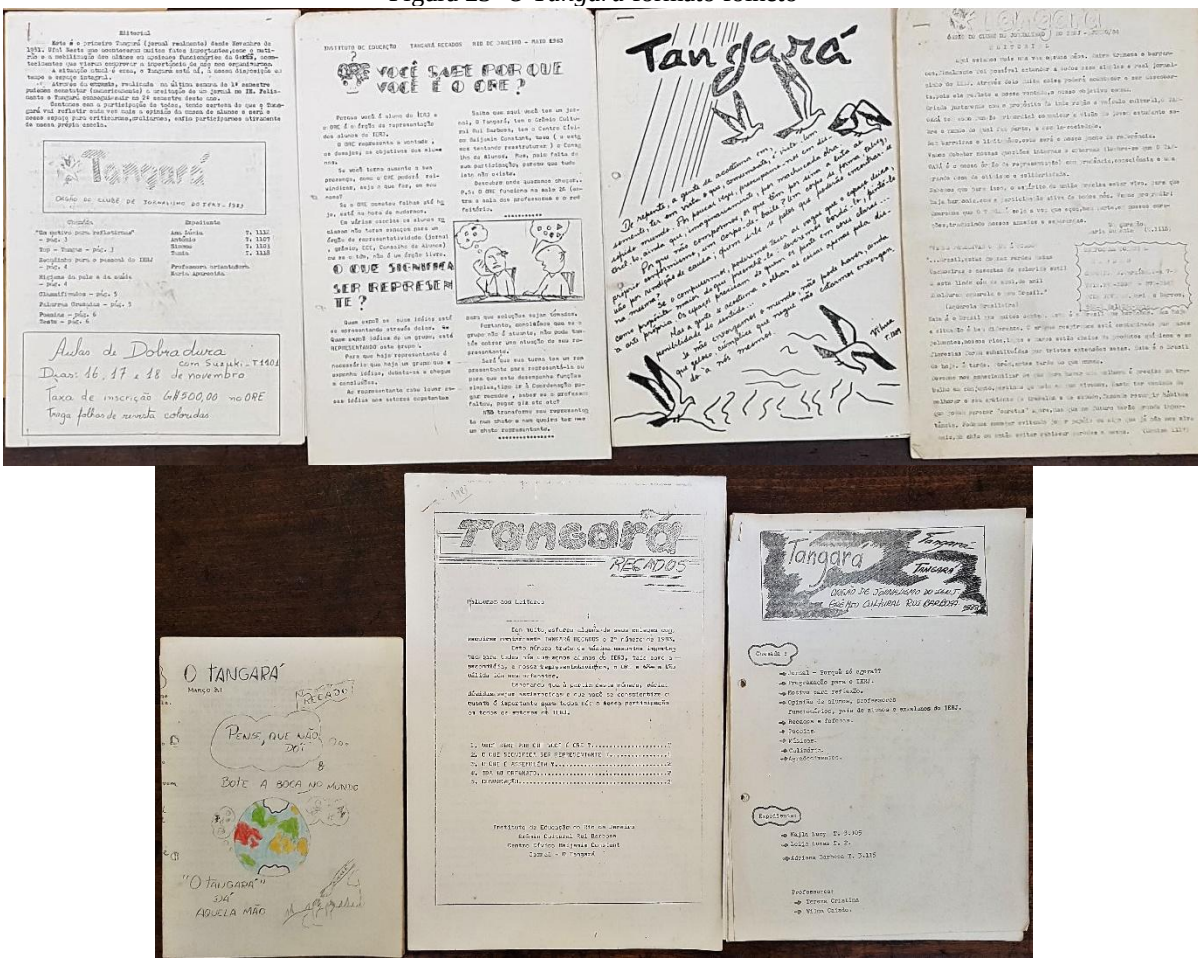
Figura 21- *O Tangará* em formato revista

Fonte: CMEB.

Figura 22- *O Tangará* formato jornal

Fonte: CMEB.

Figura 23- *O Tangará* formato folheto



Fonte: CMEB.

Na edição comemorativa de quatro anos da revista, na seção “Leitores”, está registrada a despedida da primeira diretoria:

> Este é o décimo primeiro número desta revista que hoje completa quatro anos de existência. É, portanto, um número especial de aniversário, dedicado a você que sempre nos deu sua atenção, seu apoio e sua colaboração.
> Este seria também, além do número de aniversário, a nossa última revista, com a qual nos despediríamos do Instituto e de você.
> Para nós seria impossível, depois de formadas, continuar a publicar uma revista que refletisse a nossa vida de estudante, movimentada e cheia de imprevistos, tão fielmente como o *Tangará* tem procurado fazer. Saindo do Instituto, ser-nos-ia dificílimo organizar uma revista que interessasse a você. Por mais que quiséssemos evitar, aos poucos ela perderia seu aspecto azul e branco. Por isso, apenas por isso, estávamos resignadas a acabar com *O Tangará* (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 03).

Percebe-se que a intenção inicial era acabar com a revista, porém, na sequência, outra solução foi encaminhada, para que pudesse continuar a ser publicada.

> Uma solução, porém, se nos apresentou e logo foi aceita por coincidir com um desejo antigo nosso. Continuaremos a publicar *O Tangará*. Um *Tangará* que refletirá a vida das jovens que ainda usarão, por mais algum tempo, este uniforme azul e branco, símbolo de uma mocidade cheia de ideias e sonhos.
> Para que este desejo se concretizasse, foi necessário que uma nova diretoria fosse criada para dirigir *O Tangará*. Uma diretoria constituída de membros novos, alunas do Ginásio, que servirão de elemento de ligação entre nós e você (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 03).

No entanto, como já foi dito, a revista só voltaria a ser publicada novamente em setembro de 1959, quando uma nova diretoria se organizou. Na seção "Palavras Finais", a nova direção se posicionava:

> Verdade é que não existem palavras que exprimam nossa satisfação ao ver o *Tangará* pulando e dançando, novamente, em nossos corredores.
> Há algum tempo ele partiu juntamente com aquelas moças que, dando um exemplo de vontade férrea, o fizeram nascer e viver durante cinco anos. Para sermos mais precisas diremos que ele partiu a dois anos quando a formatura trouxe, para aquelas moças, novos caminhos, onde por certo, terão o mesmo êxito que aqui alcançaram.
> [...] Queríamos um *Tangará* novo, diferente, sem, contudo, perder as características que já possuía e que tanto agradavam a nós todas (O TANGARÁ, ano VII, n. 12, set. 1959, p. 48).

Chama a atenção o fato da diretoria responsável pela reedição da revista já estar se despedindo do Instituto de Educação e convocando para que um novo grupo assumisse a direção, enfatizando, assim, o caráter de descontinuidade presente ao longo da história do periódico. É o que se verifica em outro trecho da matéria:

> Desejamos ter cumprido nosso objetivo e fazemos, a todas que nos leem, um apelo: não permitam que novamente o *Tangará* fique preso na gaiola. Nós, este ano, deixaremos o nosso adorado Instituto e gostaríamos de ver um grupo continuando a fazer esta revista que, temos certeza, é muito queria por todas nós normalistas (O TANGARÁ, ano VII, n. 12, set. 1959, p. 48, grifo do autor).

O nome da revista está ligado a um pássaro avistado por um naturalista inglês na floresta da Amazônia.

> No galho mais alto de uma árvore estavam pousados muitos passarinhos cujas penas pareciam tingidas de azul celeste. Em certo momento, um que parecia ser o chefe, emitiu um belo trinado, assim: *trim-lá-lá*!
> Começou, então, uma curiosa dança. Todos os passarinhos, puseram-se a pular de um galho para outro, fazendo piruetas no ar, até que o chefe do bando soltou um novo e forte trinado - *trim-lá-lá* - e os alados bailarinos se dispersaram pela mata.
> Esse passarinho alegre, que canta, brinca e dança, é o *Tangará*.
> O sábio naturalista escreveu sobre ele longo estudo, que saiu no *Michigan Evening Post*, considerando-o o pássaro mais jovial e disciplinado de quantos conhecia (O TANGARÁ, ano I, n. 1, out. 1953, p. 02).

A alegria, a jovialidade e a disciplina dos tangarás da floresta amazônica foram as características que justificaram a denominação da revista. As normalistas do Instituto de Educação imitariam os bailarinos amazonenses. Essa aproximação é percebida no poema *Tangará*, de autoria de D. Iris:

> *Tangará*
>
> Você pergunta quem canta
> Voando daqui p'ra lá
> É que a sorrir se levanta
> Lá da selva o tangará!
>
> Agora traz a revista
> Este pássaro cantor
> Pra você que conquista
> Pelo estudo o santo amor!
>
> E na selva brasileira
> Cantará de quando em quando
> Esta data alviçareira!
>
> Que ilumina o teu por vir
> É que o sol já vem raiando
> Estuda e canta a sorrir… (O TANGARÁ, ano I, n. 1, out. 1953, p. 02)

A revista foi fundada por iniciativa de um grupo de alunas da turma 301, no ano de 1953, incentivadas por professores da instituição. Esse apoio fica evidente nos agradecimentos:

> Queremos deixar aqui os nossos agradecimentos ao tão estimado ex-diretor professor João Batista de Mello e Souza, que tanto nos incentivou e aos professores: Antônio Carlos e Gama Lima, nossos orientadores. Aos professores Aloísio Neves, Ary da Matta, Alcídio M. e Nancy Fialho, que nos ajudaram e continuarão ajudando. Prometemos tudo fazer para levar ao mais alto grau o bom nome do nosso querido Instituto de Educação, contando, pois, com o apoio dos demais mestres e distintas colegas (O TANGARÁ, ano I, n. 1, out. 1953, p. 03, grifo do autor).

A capa da revista inaugural de *O Tangará* (Figura 24) simboliza esse apoio institucional à iniciativa das alunas para produzir uma revista. Nessa capa, aparece o diretor rodeado pelas colaboradoras do periódico.

Figura 24- Capa da primeira edição de *O Tangará*

Fonte: CMEB.

Outro aspecto importante seriam as justificativas para a fundação da revista. Estas estariam relacionadas a exaltação do Instituto de Educação e a divulgação e valorização da formação e carreira das normalistas. Assim, na seção "Amigos Leitores", temos:

> Inspiradas nos mais sadios propósitos resolvemos, em boa hora, para a alegria de todos - pensamos - concretizar um sonho, de há muito acalentado e que visa, unicamente, elevar cada vez mais as gloriosas tradições de nosso Instituto.
> [...] Eis porque surgiu *O Tangará*, que terá por finalidade levar a todos os recantos os esclarecimentos das atividades escolares de uma futura professora, oferecendo oportunidade às colegas de apresentarem suas colaborações no sentido de enaltecer esta revista, que hoje surge em sua primeira apresentação (O TANGARÁ, ano I, n. 1, out. 1953, p. 03).

A comissão de redação era formada por Maria Joseíta Silva, Maria Amélia Roberta da Silva, Maria Lúcia Bandeira, Eli Santos, Edith Sarmento, Sueli Moura, Maria Helena Pimenta e Maria Lúcia Cravo. A revista era composta, inicialmente, pelas seções "Noticiário", "Romance", "Humorismo", "Esportes" e "Poesia". Posteriormente, novas seções foram incorporadas à revista, como podemos notar pelo sumário da décima primeira edição da revista (1957) reproduzido no Quadro 1.

Quadro 1- Sumário da revista *O Tangará*, ano 5, n. 11, 1957

Seção	Título	Página
Seções Permanentes	Poesias	07
	Escreve o leitor	41
	Tangarelando	13
	Psicologia	49
	Pedagogia	52
Humorismo	Para você	28
	Reportagem social	37
	O drama da batata	51
	A caricatura do mês	56
Modas	Duas palavras sobre modas	54
Reportagens	Rainha das calouras	08
	Visita a Agulhas Negras	14
	Uniforme de Verão	22
	Baile do algodão	32
	Yêda de França entrevista (confidencialmente) Joseíta	46
Contos	Desilusão	04
Crônicas	Fantasia	06
	Senhorita Zero	11
	Reminiscências da "Casa Velha", de Machado de Assis	12
	Algo sobre mitologia	18
	Quando eu penso	26
	Eu vi *O Tangará* nascer	31
	Ser adolescente	43
	O anoitecer	48
	Cena da vida	50
	É proibido rir	55
	Visitas indesejadas	57
Variedades	Tangará (em primeira mão) comenta	20
	Oração da professora	21
	A mais bela carta de amor	24
	Viva o momento que passa porque	27

Fonte: CMEB.

As colaborações (artigos, poesias, crônicas, cartas e sugestões), durante um período também poderiam ser entregues nas salas de aula de determinadas turmas ou, como se consolidou na primeira gestão, endereçadas para a residência de Maria Joseíta da Silva. Com o passar do tempo, houve uma divisão de tarefas e novas funções surgiram, tais como: diretor-responsável, vice-diretor, secretária, tesouraria, departamento de redação, departamento de ilustração, departamento de reportagem, departamento de publicidade, departamento de corretagem, datilografia. Essas funções poderiam variar de uma publicação para outra de acordo com o número de colaboradoras. De qualquer forma, a criação de novos departamentos reflete o aumento do número de colaboradoras entre as normalistas, além de maior apoio dos professores, evidenciando a aceitação da revista no Instituto de Educação. Porém, esse não foi um processo fácil, como podemos observar:

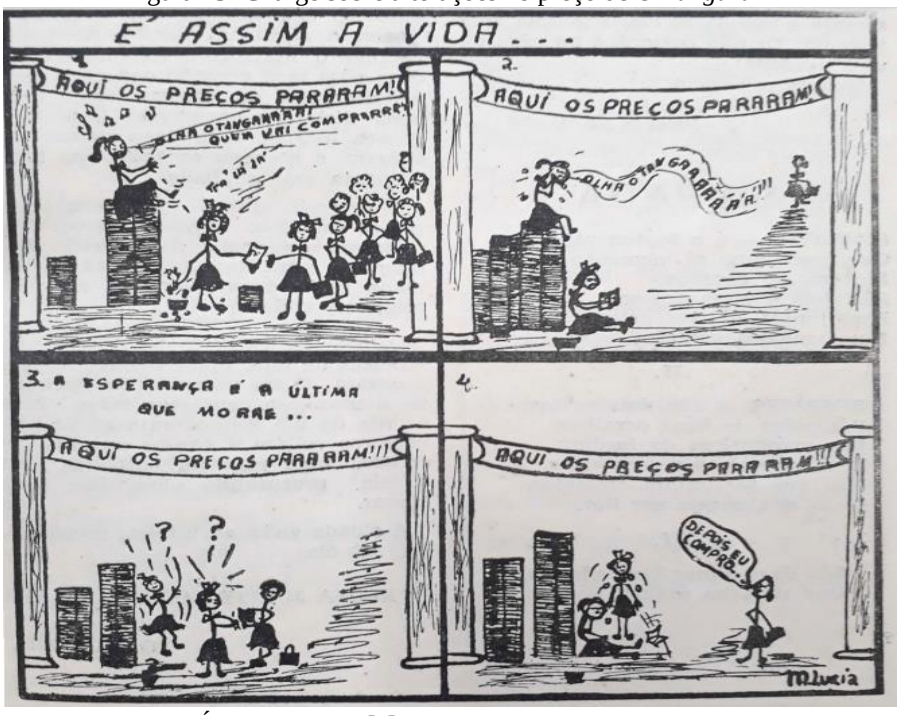
> Para transformar *O Tangará* em realidade, tivemos de enfrentar grandes dificuldades. Antes de publicarmos o primeiro número, ao apelarmos para colegas e professores, sentíamos um ambiente de certa incredulidade [...]
> Uma vez realizada a primeira edição, julgamos que a oposição ia cessar, que poderíamos ir em frente sem mais obstáculos. Logramos, porém pouca venda [...]
> Como a esperança é a última que morre, tentamos vender nossa revista em outras escolas e, após um longo ano de prejuízos e desânimos, apesar da falta de apoio, da falta de verba e de colaborações em artigos, conseguimos publicar novo número que, felizmente, mereceu melhor acolhida. Assim, nosso selvagem bailarino voltou a saltitar mais duas vezes (O TANGARÁ, ano III, n. 5, [?] 1955, p. 03).

Ao que parece a sorte das normalistas da revista *O Tangará* começou a mudar, de fato, a partir da quarta edição, conforme verificamos:

> Devemos notar que, na 4ª edição, embora o preço tivesse sido aumentado, em virtude dos gastos com impressão (cerca de Cr$ 17.000,000), foi tão grande a venda, que tivemos de mandar imprimir imediatamente mais seiscentos exemplares além do combinado.
> Aqui estamos, saindo pela quinta vez, muito contentes por saber que *O Tangará* já é parte integrante do nosso Instituto (O TANGARÁ, ano III, n. 5, [?] 1955, p. 03).

O trecho acima também nos fornece informações sobre o preço da revista *O Tangará* e a tiragem extra da quarta edição. Vale lembrar que o preço não vinha estampado nas publicações, apesar da referência bem-humorada acerca da flutuação dos preços na charge publicada na edição de número 3, publicada no ano de 1955 (Figura 25):

Figura 25- Charge sobre alterações no preço de *O Tangará* [28]



Fonte: O TANGARÁ, ano III, n. 5, [?] 1955, p. 23.

[28] Transcrição: "É assim a vida.../ 1- Aqui os preços pararam. – Olha o Tangará! Quem vai comprar?/ 2- Aqui os preços pararam. – Olha O Tangaráááááá!/ 3- A esperança é a última que morre... Aqui os preços pararam. - ???/ 4- Aqui os preços pararam. – Depois eu compro".

A revista era custeada pelo valor acumulado com sua venda às normalistas e por propagandas publicadas em suas páginas. Nesse sentido, a revista n. 9, de 1956, edição de aniversário, nos fornece dados elucidativos por meio da campanha de anúncios:

> Quer colaborar com *O Tangará*
> Consiga-nos um anúncio, por menor que seja, e estará trabalhando para que mais um número da nossa revistinha seja publicado.
> A tabela de preço é a seguinte:
> Página inteira: Cr$ 2.000,00
> Meia página: Cr$ 1.100,00
> ⅓ de página: Cr$ 700,00
> ¼ de página: Cr$ 600,00
> ⅛ de página: Cr$ 300,00 (O TANGARÁ, ano IV, n. 9, out. 1956, p. 39).

Assim, acredito, até mesmo pela quantidade de anúncios, que era uma importante fonte de custeio para as publicações do periódico. A quantidade e a diversidade de anunciantes constatados ao longo das publicações analisadas demonstram que o Instituto de Educação, tanto pela sua tradição como pela grande circulação de pessoas, era visto como um mercado potencial interessante. Na extensa lista de anunciantes, destacam-se: Curso de Psicologia e Pedagogia; Bazar Orensano; livros editados pela Editora Livraria Civilização Brasileira; Creme Miltz; Revista da Editora Globo; A Futurista (papelaria e livraria); Ginásio Pardal Pinho; Casa Mattos; À Colegial (casa de roupas); livros da Edições Melhoramentos; Escola da Aeronáutica; Livraria Editora Zelio Valverde; Grepaco Indústria Manufatora de Papéis S.A.; Instituto Técnico Oberg; Bereau Moderne; O Rei da Flâmula; Curso Vitória; A Escolar (uniformes colegiais); Associação de Cultura Franco-brasileira; Confeitaria Gerbô Ltda.; Instituto Massena-Dídia Fortes (curso de línguas); Instituto Santo Agostinho; Caixa Econômica Federal; Foto Alves; Hotel Regente; Casas Sotto Maior; Livraria Freitas Bastos S.A; Perfumarias Carneiro; Casa Cruz; Lojas Haddad; Calçados Santa Rosa; Salão Darcy, Ótica Sete Ltda; Lojas Rio; Ponto Frio; Casas da Banha; Joalheria Côrtes; Confeitaria Moderna; Magazin de Morais; SIX (loja de roupas); René Leon (fotógrafo das estudantes); A Imperatriz das Sedas; Casas Rioni; Salão Mariz e Barros; Casa Paris (modas); Confeitaria são Sebastião; Malharia Artisa; Camisaria Progresso.

Na última revista publicada pelo grupo que compôs a primeira diretoria da revista há uma nota de agradecimento a um dos anunciantes:

> Se todas as grandes organizações comerciais do Brasil dessem a sua cooperação à imprensa estudantil, como fazem as lojas Ponto Frio, haveria uma oportunidade muito maior de um intercâmbio sadio e sólido entre os estudantes de todo o país.

> Ao Ponto Frio, uma das maiores organizações comerciais do país e especialmente aos senhores Alfredo Monteverde, diretor presidente, e Bernardo Chaladowaky, diretor comercial, deixamos aqui os nossos agradecimentos pela cooperação, pela atenção dispensada à diretoria desta revista.
> Aproveitamos a ocasião para fazer um apelo às grandes organizações comerciais do país para que, a exemplo do Ponto Frio, recebam com mais consideração os estudantes jornalistas de todo o Brasil (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 03).

Quanto à gráfica onde era impressa a revista *O Tangará*, não temos informações em relações as três primeiras publicações. Embora o exemplar de n. 4 da revista, disponível no CMEB, esteja faltando a parte final, provavelmente, pelo formato e design da mesma, deve ter sido feita na mesma gráfica da quinta, sexta e sétima publicações. Nessas, o nome Est. de Gráficas C. Mendes Júnior e o endereço R. do Riachuelo, 192, Tel. 32-3090, Rio de Janeiro constavam na última página das revistas. A 11ª revista foi composta e impressa nas oficinas da Editora Jornal das Moças Ltda. A nona publicação da revista não contém informações sobre a gráfica, mas pela configuração da capa, parece ser a mesma da 11ª publicação. O CMEB não possui o exemplar da oitava e da décima publicação de *O Tangará*, mas é possível supor, já que a nona edição é bem próxima a 11ª, que a décima edição tenha sido impressa na Editora Jornal das Moças. Já a oitava publicação fica uma incógnita por não podermos afirmar ou supor se foi impressa na primeira ou na segunda gráfica vistas.

Entre as fundadoras da revista, destaca-se a normalista Maria Joseíta Silva, que esteve à frente da diretoria do periódico entre outubro de 1953 a outubro de 1957, período de gestão da primeira diretoria. Como já foi dito, as colaborações e sugestões para a revista eram encaminhadas para o seu endereço [Av. Gomes Freire, n. 474, apt. 3, 1º Andar, Centro]. Em matéria de *O Tangará*, Yêda de França Correia, uma das responsáveis pela redação, entrevista Joseíta, ressaltando a sua importância e de Maria Lúcia Bandeira, vice-diretora, e de Maria Lúcia Cravo, primeira-secretária, para a afirmação da revista no Instituto de Educação.

> Desde 1953 ela vem mantendo uma saída bastante regular. Atravessou fases difíceis, mas a boa vontade dos leitores superou esses obstáculos. A vitória de *O Tangará* é a vitória do Instituto de Educação e, particularmente, de Joseíta, Bandeira e Cravo. Essa trindade (unidas venceremos) merece elogios, pois foram as idealizadoras da Revista e não pouparam esforços para vê-la sempre viva, dentro e fora da Escola (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 46).

Joseíta era uma jovem normalista que vivia intensamente o Instituto de Educação. Quando Yêda de França perguntou como ela conseguia monopolizar a comissão de festas, a revista e o departamento social do Grêmio, Joseíta assim respondeu:

> Yêda, eu não monopolizei a comissão, nem *O Tangará*, nem o departamento social do Grêmio. Sou apenas diretora desses três departamentos. Tomo parte nessas atividades porque tudo que é extraclasse me atrai demais e para nós é muito fácil trabalhar em conjunto, porque as equipes são quase as mesmas. Você mesmo sabe que há colaboradoras comuns nesses setores (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 48).

Ao final da entrevista, Joseíta não deixaria sem resposta quando Yêda lhe disse que poderia fazer o que ela mandasse: "Prefiro sugerir a você um salutar plantãozinho numa quarta-feira no Grêmio, e você já terá pago por todos os seus pecados. Horário: de 12h30 às 17h30. Combinado?" (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 49).

Mesmo que a revista *O Tangará* não seja marcada por um viés mais politizado, no sentido de crítica ao sistema, é possível notar um posicionamento diante da realidade, seja em defesa da carreira do magistério ou mesmo em relação aos assuntos inerentes ao Instituto de Educação. Assim, um caso emblemático foi o do artigo publicado na edição do *Diário Carioca*, de 24 de julho de 1955. Na seção "Opinião do Leitor", João Silva Regueira assinou o artigo intitulado "As professoras já têm muito…", em que questionava as "vantagens" dadas às professoras:

> Parece incrível que apareça alguém nesta cidade com coragem de criticar este repugnante aumento que se promete para levianas e superficiais garotas grã-finas do Instituto de Educação, hoje no noticiário de todos os jornais e fotografias em todos os ângulos, incensadas e louvadas.
> Há um complô latente para todas as vantagens ao professorado primário, mesmo em detrimento da situação angustiante do resto do funcionalismo municipal.
> [...] Uma professora primária trabalha apenas 150 dias ao ano. Dias de 4 horas! Isenção de imposto de renda! Vantagens incríveis conseguidas nos últimos anos. São aposentadas, fortes e sadias com menos de 50 (!) anos e vão para casa gozar em *dolce far niente* mais de oito mil cruzeiros mensais. Que peso tremendo no orçamento municipal!
> E, pelo novo projeto, serão aposentadas com 20 mil cruzeiros. Meninas cursando dois anos em um só. Nenhum conhecimento geral. Estreitas, grã-finas sem vocação alguma, desvairadas atrás de letras, letras, letras (O TANGARÁ, ano III, n. 6, out. 1955, p. 48).

Os direitos apontados como vantagens no artigo de Regueira demonstram uma época de prestígio e reconhecimento social da carreira do magistério. Outro aspecto a ser percebido é que as normalistas do Instituto de educação eram o alvo de críticas tanto pelo comportamento quanto pela qualidade da formação que ali recebiam. Até mesmo por ser o Instituto a grande referência em Educação.

No mesmo número de *O Tangará* em que foi reproduzido o referido artigo, foi também publicada uma resposta em defesa das normalistas. O artigo rebate os argumentos apresentados e a forma como foi apresentado, em especial o modo de se referir às normalistas do Instituto de

Educação. Assim, Marly Pereira Lima e Nilma Samico Machado, ambas da turma 1309, escreveram em *O Tangará*:

> Nós não somos garotas levianas e superficiais; somos alguém que pretende formar cidadãos com mentalidade justa e sadia, isto é, diferente da do senhor.
> Grã-finas? O senhor está muito mal informado! Serão grã-finas moças que viajam em trens apertados, e ônibus cheios e desconfortáveis que trafegam por estradas empoeiradas e esburacadas rumo à zona rural?
> Serão bem remuneradas moças que ganham um "tão alto ordenado" (3.000 a 4.000 cruzeiros) e dele retiram dinheiro para material escolar e para várias necessidades de seus alunos?
> Não! Não somos grã-finas, creia o senhor que determinada condição social não influi absolutamente no bom ou mau exercício de qualquer profissão. O sr. está muito enganado mesmo! A professora trabalha todos os dias do mês, fazendo planos de aula, corrigindo trabalho, organizando provas, exercendo as suas funções extraclasse na escola (O TANGARÁ, ano III, n. 6, out. 1955, p. 49).

A resposta dada pelas normalistas cumpre em essência a justificativa que embasou a criação da revista em pauta ao trazer luz às atividades escolares de uma futura professora e também as condições de trabalho da profissão docente. Em relação às demais críticas feitas no artigo, as normalistas se posicionaram:

> Quanto à simbiose com o exército; ao "desvelo" com as crianças; à proteção da Câmara, ou melhor, de certos vereadores e outras coisas mais, nós só lhe pedimos o seguinte: atente bem para os fatos e tente analisá-los como homem de bem, tenha em mente a sua professora primária (se é que ela existiu) e pela lembrança dela! – não blasfeme tanto e nem reflita em seus artigos certas frustrações pessoais (O TANGARÁ, ano III, n. 6, out. 1955, p. 49).

Nesse trecho, existe um ponto a ser destacado, trata-se da simbiose apontada pelo senhor Regueira entre as normalistas e o Exército. Na realidade, sem corroborar com a crítica, é inegável tal aproximação com setores das Forças Armadas. Para exemplificar, pode-se reportar a visita realizada pelas normalistas à Escola de Aeronáutica.

> Continuando seu bem organizado programa de atividades extraclasse vem D. Marília Mariani de realizar uma excursão às Escola de Aeronáutica a convite da Sociedade dos Cadetes do Ar.
> Foi um maravilhoso passeio que nos ficará gravado na memória pois nele sentimos bem a amizade simples que existe nos meios estudantis, a característica gentil dos rapazes da Escola de Aeronáutica impecáveis sob todos os aspectos e louvamos também o comportamento exemplar de nossas colegas demonstrando que quando mais compreendida é a liberdade, maior é a dignidade nas ações (O Tangará, ano III, n. 4, [?] 1955, p. 12).

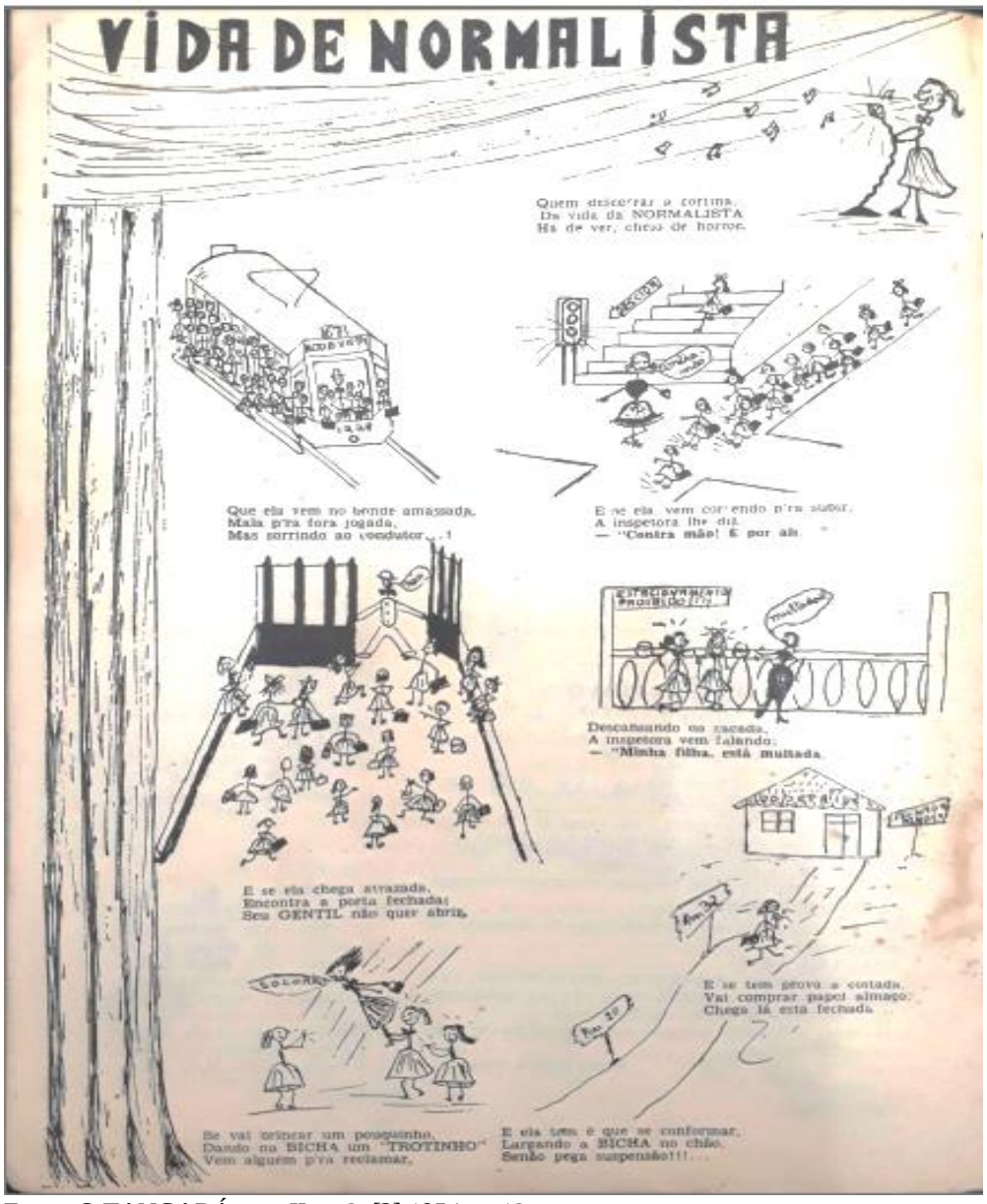
Ainda, nessa mesma edição de *O Tangará*, foi publicada uma matéria intitulada “E as normalistas não faltaram” sobre a presença delas na solenidade da fundação do Grêmio Literário da Escola Naval.

> As normalistas chegaram cedo. Coisa já admirável para o espírito feminino. E como César chegaram, viram e venceram. Nossa ilha, comumente austera com seus pavilhões cinzentos, logo se viu invadida pela graça e juventude daquelas figuras azul e branco. No gramado verde de nosso campo de esporte à beira de nossa piscina, por muitos pátios e salões de baile elas foram se intrometendo numa curiosidade deliciosamente feminina. E a secular fortaleza de Villegaignon redeu-se ante os encantos daquelas invasoras de Eva (O Tangará, ano III, n. 4, [?]1955, p. 18).

Outros números da revista, referentes ao período analisado, 1953-1957, evidenciam esses laços estreitos entre as normalistas e setores das Forças Armadas. Isso pode ser constatado quando encontramos propagandas da Escola da Aeronáutica em suas páginas, assim como reportagens sobre a visita de cadetes da Academia Militar de West Point ao Instituto de Educação e das normalistas em visita a Academia Militar das Agulhas Negras, ou ainda, na cobertura acerca da Semana da Asa no Instituto.

A revista se configurava também em espaço de críticas à instituição. Verifica-se, ao longo das publicações, em suas diferentes seções, posicionamentos das normalistas frente às questões inerentes do Instituto de Educação. Dessa forma, em matéria intitulada “Vida de normalista”, por meio de uma charge onde as normalistas aparecem em momentos distintos de seu dia a dia, temos uma rica oportunidade para análise (Figura 26).

Figura 26- A charge "Vida de normalista", de 1954[29]



Fonte: O TANGARÁ, ano II, n. 2, [?] 1954, p. 12.

Na charge, há um contraste entre a imagem de glamour que se tinha de uma normalista do Instituto de Educação e as dificuldades que enfrentavam em seu cotidiano. Assim, destacam-se as condições dos transportes públicos utilizados por elas para chegarem a instituição, no caso o bonde. Também notamos as regras do educandário por meio de escadas

[29] Transcrição: "Vida de normalista./ Quem descerrar a cortina. Da vida da NORMALISTA. Há de ver, cheio de horror/ Que ela vem no bonde amassada. Mala pra fora jogada. Mas sorrindo ao condutor...!/ E se ela vem correndo pra subir, A inspetora lhe diz: - 'Contra mão! É por ali'/ E se ela chega atrasada, Encontra a porta fechada. Seu GENTIL não quer abrir/ Descansando na sacada, A inspetora vem falando: - 'Minha filha, está multada'/ Se vai brincar um pouquinho, Dando na BICHA um 'TROTINHO', Vem alguém pra reclamar,/ E ela tem é que se conformar, Largando a BICHA no chão, Senão pega suspensão!!!.../ E se tem prova a coitada, Vai comprar papel almaço. Chega lá está fechada".

determinadas com sentido único para subir e descer, o rígido horário de entrada e a vigilância das inspetoras para o cumprimento das normas. Dessa maneira, através da charge, satirizando o seu dia a dia, as normalistas utilizavam *O Tangará* para expressarem suas insatisfações.

Uma outra questão, envolvendo um dos símbolos da instituição, o famoso uniforme azul e branco, pode evidenciar a revista como um espaço de crítica e de ação política das normalistas em prol de seus interesses. Vale ressalta, que o uso do uniforme foi adotado na Escola Normal pelo Decreto n. 1679, de 5 de janeiro de 1915. Nele lê-se:

> Art. 1º: Do exercício de 1915 em diante, o curso da Escola Normal exigirá dos alunos do sexo feminino, o uso nas respectivas aulas da uniformização que o prefeito estabelecer.
> Art. 2º: O prefeito regulamentará a execução da presente lei, podendo a aplicação da mesma, dentro dos seus institutos, a outros estabelecimentos ou serviços municipais onde, a juízo do mesmo prefeito, o agrupamento feminino e masculino, menor ou adulto, for de ordem a permitir e reclamar tal medida.

De acordo com o art. 2º, percebe-se que a obrigatoriedade do uso de uniforme poderia ser estendida a outros serviços da administração pública municipal. A desobediência ao que determina tal decreto se enquadra no Código Penal da época, conforme explicita o art. 3º, a seguir:

> Art. 3º: As infrações à presente lei, com referência ao uso indevido do uniforme, serão punidas com o que aplicável a espécie, estabelecer o Código Penal da República.

O tradicional uniforme seria cantado em versos no samba *Normalista*, pela voz de Nelson Gonçalves, em 1949.

> Vestida de azul e branco
> Trazendo um sorriso franco
> No rostinho encantador
> Minha linda normalista
> Rapidamente conquista
> Meu coração sem amor (...)
> (Normalista. RCA/Victor. 78 rt. 1949)

Em 1940, no jornal *Gazeta de Notícias*, encontramos uma matéria sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme para todas as alunas do Instituto de Educação, tanto para as alunas do curso secundário como para as que frequentavam o curso de formação de professoras primárias. Antes, o uso do uniforme era obrigatório apenas para as alunas do curso

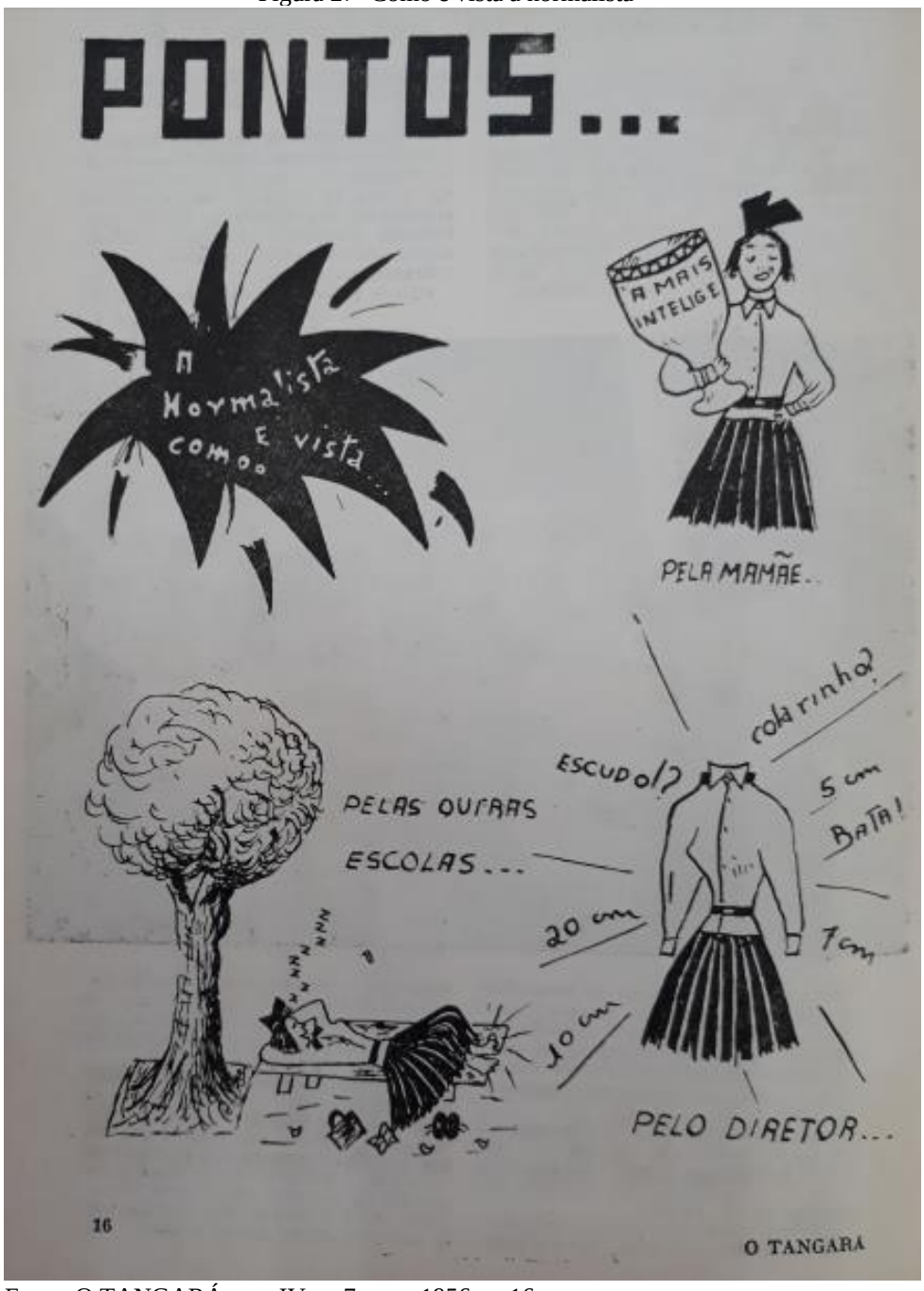
secundário. Assim, conforme a reportagem, o Diretor do Instituto de Educação, Coronel Arthur Rodrigues Tito, estabelecia as normas:

> As alunas do curso secundário usarão, daqui por diante, ou blusa branca, de pano liso, saia de casimira azul escuro, gravata de fita de gorgorão azul marinho escuro, ou casaco de casimira da mesma cor, com bolsos e quatro botões cobertos de igual fazenda, com o mesmo tipo de saia: e as do curso de professorado, usarão saia de gabardine azul marinho, em forma, fio direito, seis panos, com botões de madrepérola e casaco da mesma fazenda da saia, com botões cobertos. Usarão, ainda, emblemas ou distintivos do Instituto: aquelas trarão o emblema sobre o nó da gravata e estas, as do curso de professorado, no bolso da blusa. O certo é que não penetrarão nesse estabelecimento de ensino educativo, sem esse e não lhes será permitido o uso de qualquer emblema, nem de joias, que tirem a uniformidade do vestuário (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 fev. 1940, p. 3).

A matéria termina em tom de aprovação das novas medidas adotadas porque colocaria as alunas em trajes adequados com as finalidades educativas da Instituição modelo.

O rigor da instituição em relação ao uso do uniforme fica evidente na charge da revista *O Tangará* onde são demonstradas as formas como as normalistas eram vistas por elas mesmas e também pela comunidade escolar e sociedade em geral. Na parte destinada a como eram vistas pelo diretor, aparece o uniforme todo detalhado em normas e padrões da Instituição (Figura 27).

Figura 27- Como é vista a normalista



Fonte: O TANGARÁ, ano IV, n. 7, mar. 1956, p. 16.

Porém, nessa mesma edição, p. 36, na coluna “Reportagem”, há uma nota sobre a campanha dos uniformes iniciada pelo diretor professor Alair Antunes e seus auxiliares e encampada pela revista, divulgando um concurso em andamento para a escolha das dez mais elegantes alunas uniformizadas. O espírito da campanha era a elevação do nome do Instituto por intermédio do uniforme de suas alunas. O evento contou, ainda, com o apoio de várias casas comerciais. Nesse caso, pensando no uniforme, houve uma aproximação entre a direção e as normalistas, até mesmo, talvez, devido ao objetivo de a campanha coincidir com uma das finalidades que justificaram a criação do periódico: a exaltação do Instituto de Educação.

Agora, embora houvesse normas em relação ao uso do uniforme, percebe-se um processo de negociação e resistência da parte das alunas, em seu uso, para adequá-los aos seus gostos e necessidades. Assim, na edição de *O Tangará*, em matéria intitulada "Evoluções do nosso uniforme", ao descreverem a história dos uniformes da instituição, as alunas deixam transparecer essa perspectiva:

> Finalmente foi criado nosso queridíssimo e milimetridíssimo atual uniforme. Também este sofreu algumas influências da moda, desde a época em que surgiu. O comprimento da saia subiu e desceu, de acordo com o que ditava Paris, as mangas se tornaram mais ou menos fofas, a gola se aproximou ou se afastou do pescoço. Mas para essas transformações não foi preciso baixar portarias oficiais. Nós nos encarregamos disso. Talvez até nos encarreguemos bem demais (O TANGARÁ, ano III, n. 6, out. 1955, p. 37).

O episódio de criação do uniforme de verão evidencia o tensionamento entre as normas do Instituto de Educação e as demandas das alunas. Vale destacar a ação do professor Cunha Rodrigues, médico e catedrático de Higiene, ao pedir para a aluna Maria Joseíta, diretora da revista *O Tangará*, desenhar o uniforme de verão, que seria anexado ao projeto encaminhado à Congregação do Instituto para estudo. Diante da demora da instituição para responder a solicitação, as alunas fizeram uma reportagem intitulada "Nosso uniforme de verão", publicada em *O Tangará*, em que abordaram a necessidade da criação do novo uniforme fazendo reportagens com professores, médicos e alunas. O primeiro entrevistado foi o professor Cunha Rodrigues, que falou das vantagens do novo uniforme:

> [...] evitar que se presencie em aula o espetáculo pouco recomendável, durante os dias quentes, das alunas abrirem a blusa, tirarem a gravata e arregaçarem as mangas, atitudes não compatíveis com a condição de futura professora.
> Além disso, considerando a energia despendida pelas alunas durante cinco horas consecutivas e o consequente aumento do calor que redunda numa diminuição do rendimento escolar, é lícito concluir que o atual uniforme não está de acordo com os preceitos higiênicos, talvez por não ter sido ouvido o Serviço Médico Escolar, nem tão pouco os professores de Higiene deste educandário.
> A presente sugestão não implica na extinção do uniforme atual. Este permanecerá para o uso nos dias frios e em certas solenidades (será uniforme de gala), ficando o outro, de uso facultativo, como segundo uniforme. Fatores de ordem higiênica estão a indicar a criação imediata do uniforme em tela, visto como o verão se aproxima, ao que tudo indica, com rapidez e vigor (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 23).

O professor Geraldo Sampaio, ex-normalista e catedrático do educandário, também foi entrevistado:

> Considero o projeto uma necessidade. O atual uniforme é muito quente para o clima do Rio, enquanto que o novo uniforme, embora obedecendo as linhas

> atuais, terá mangas curtas, gola aberta e saia de tecido leve (tropical) (O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 58).

Embora o uniforme de verão só tenha sido instituído no ano de 1969, na prática as normas do uso do uniforme eram desobedecidas pelas alunas, conforme indica a parte final da reportagem (Figura 28).

Figura 28- Transgredindo as normas de utilização do uniforme escolar

Fonte: O TANGARÁ, ano V, n. 11, out. 1957, p. 58.

Compreender as mudanças ocorridas com o uniforme do Instituto de Educação e os seus respectivos usos, desde o seu estabelecimento obrigatório, em 1915, através das páginas da revista *O Tangará*, nos faz refletir acerca das relações engendradas entre os sujeitos históricos no espaço escolar, dimensionando as mudanças ocorridas na sociedade em diferentes épocas. O uniforme é um símbolo da instituição, fazendo parte da sua tradição, constituindo-se em um dos elementos que compõe a sua identidade. Porém, como vimos, essa tradição não é estática, pois passaria por transformações, revelando negociações e tensões

entre os protagonistas dessa história. Essa ideia é apontada por Abreu (2003) ao lembrar de Hobsbawn e Ranger.

> Tradições são assim mesmo, frequentemente inventadas e reinventadas, como demonstraram Hobsbawn e Ranger, pois visam consolidar determinadas continuidades em relação ao passado, diante das transformações do mundo moderno (ABREU, 2003, p. 100).

Não raro, nos dias atuais, as alunas relatam serem interpeladas por senhoras que se formaram na casa. Assim sendo, extrapolando um pouco o corte temporal proposto para a análise de *O Tangará* nesta dissertação, nos parece válido o depoimento da aluna Lucy Rodrigues por ocasião de sua despedida do Instituto, em 1959, para captar esse sentimento.

> Velho Instituto: restará a tua lembrança, espelho da nossa juventude! Restará a felicidade de saber que não te decepcionamos nunca e em cada criança alfabetizada sentiremos a glória de haver cumprido com o juramento que, uma vez, fizemos em teu pátio! Restará a alegria de saber que outras crianças cruzarão os teus corredores, sobre a marca dos nossos passos perdidos, e que serão tão felizes como outrora já o fomos uma vez!
> Ficará, para sempre, a felicidade de podermos nos orgulhar de haver envergado, um dia, o garboso uniforme azul e branco, símbolo da normalista do Instituto de Educação (O TANGARÁ, ano VII, n. 12, set. 1959, p. 43).

Assim, *O Tangará* se constituía num espaço de expressão das alunas, possibilitando que fizessem críticas a instituição, como na coluna "Coisas que incomodam" da revista de n. 4, onde são enumeradas questões da ordem de currículo, postura dos docentes, estrutura e funcionamento da escola. Entre os pontos destacados aparecem: os gritos de Everardo; a altura dos bebedouros; a limpeza da piscina; a mão única nas escadas; o sol na sala de aula que não as deixava estudar; a carga horária insuficiente da disciplina de Espanhol.

O décimo primeiro exemplar de *O Tangará* marca a despedida da primeira diretoria da revista, responsável pela sua criação, cujos destaques seriam as "três Marias" (Maria Joseíta Silva, Maria Lúcia Bandeira e Maria Lúcia Cravo). Demarca também uma característica que acompanha a revista até os dias de hoje: o de renascimento ao longo dos tempos variando de acordo com o ciclo de duração das estudantes na instituição. Outro aspecto está relacionado às transformações sociais ocorridas em suas diferentes fases de publicação que impactam diretamente em sua produção, trazendo em suas páginas novas demandas e revelando outras identidades.

4. CAIXA DE OFICINAS

> (...) o conceito de fonte histórica tem se ampliado e se transformado significativamente. Por um lado, a revolução documental acabou com o império do documento escrito, permitindo que o olhar do historiador se desviasse dos documentos oficiais e das tramas políticas, típicas da história positivista, para uma quantidade indefinível e enorme de vestígios do passado: imagens, filmes, crônicas, relatos de viagem, registros paroquiais, obras de arte, vestígios arquitetônicos, memória oral (PEREIRA & SEFFENER, 2008, p. 3).

O material didático ora apresentado nessa dissertação, e que dialoga com os pressupostos acima, foi sendo elaborado a partir do desenvolvimento da pesquisa como também das atividades realizadas com as minhas turmas do Iserj ao longo desse período. Assim, o produto é fruto tanto desse trabalho de pesquisa quanto da minha prática de ensino. Prática essa que tem procurado responder a questões levantadas pela pesquisa e que dizem respeito a necessidade de nossos alunos e alunas conhecerem a história da escola em que estudam e se perceberem como parte constituinte dela. Para isso, sem desconsiderar as relações com o meio social ao qual a escola está inserida, fiz um movimento no sentido de compreender o espaço escolar intramuros. Assim sendo, visando conhecer a história da escola, privilegiei o histórico da construção do prédio, quando a instituição adquire sua sede própria, refletindo a concepção de educação escolanovista, e, por meio dos periódicos estudantis, *Pharol* e *O Tangará*, delinear as identidades discentes em diferentes épocas, procurando desviar de um tipo de história tradicional, dando voz a outros sujeitos históricos.

Aprimorando uma prática pedagógica, agora embasada pelas pesquisas para a Dissertação, passei a explorar o *campus* do Instituto com as minhas turmas do Ensino Médio ao longo dos anos de 2017 e 2018. Levando-os a "ter olhos de ver" os elementos arquitetônicos que os cercavam cotidianamente, mas que passavam despercebidos. O mais evidente de todos, localizado na entrada da escola, é a estátua de Benjamim Constant, primeiro diretor da Escola Normal da Corte. Levei-os ainda a locais de menor circulação, mas que despertam muita curiosidade, como o porão do teatro com seu peculiar revestimento de suástica. Nessas incursões foi possível falar sobre a história da escola, passando por seus diferentes endereços até a construção da sua sede própria, destacando o projeto de educação da Escola Nova e uma breve biografia de nomes como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, além claro, de apontar as características arquitetônicas do prédio em estilo Neocolonial. Outro espaço fundamental conhecido e reconhecido pelas turmas em questão foi, o CMEB – onde o professor Júlio Calasans Maia, um dos responsáveis pela sala de referência, expôs de forma detalhada o

acervo do Centro de Memória, oportunizando aos alunos e alunas presentes o contato com diversas fontes históricas, dentre elas, os periódicos estudantis aqui tratados.

A próxima etapa desse processo de construção do produto pedagógico foi a realização de atividades com as turmas utilizando os periódicos estudantis *Pharol* e *O Tangará*. Ambos foram pesquisados por elas no Laboratório de Informática do Iserj. O periódico *O Tangará* foi digitalizado e disponibilizado para pesquisa pela equipe do CMEB, já o *Pharol* foi consultado pelo site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cada turma foi dividida em grupos de três a cinco estudantes que ficavam responsáveis por uma certa quantidade de exemplares dos periódicos. A tarefa solicitada aos grupos foi a seleção de matérias interessantes para eles e que, de alguma forma, se identificassem.

Então, ao trazer para a sala de aula, a discussão sobre a história da escola por meio de práticas de ensino refletidas num processo de pesquisa para a dissertação, através da trajetória da construção do prédio e da constituição de seus espaços e da análise de seus periódicos estudantis, propiciando a percepção aos alunos de que são parte integrante dessa história, nos aproximamos de uma perspectiva em que as fontes históricas são utilizadas como elementos motivadores da construção do conhecimento histórico, considerando as adequações propostas por Bittencourt (2009).

> Os documentos, dentro do processo de aprendizagem, têm dupla importância, pois possuem valor afetivo e intelectual, sendo fundamental a adequação desses "documentos" em "materiais didáticos" adequados ao nível de escolarização dos alunos, uma vez que um dado documento pode ser trabalhado didaticamente de várias formas: para ilustrar um conceito; explicitar um evento histórico ou ainda ser uma "situação-problema", enquanto "objeto de estudo".

Para além das possibilidades apontadas ao trabalhar com as fontes históricas em sala de aula, a utilização delas também permite que possamos relacionar o local ao geral, ou seja, a partir da realidade da escola, das demandas dos estudantes perceber a realidade social ao qual está inserida.

Como resultado desse processo temos o produto pedagógico desta dissertação onde serão propostas três oficinas. Essas serão realizadas utilizando fontes históricas selecionadas ao longo das atividades pelos alunos e alunas do Iserj. Também foi confeccionada uma caixa para guardar as oficinas (Figura 29). A ideia é que essa caixa, que será denominada de Caixa de Oficinas, fique na sala de História do Ensino Médio para que a equipe possa utilizar as oficinas e também produzir novas, guardando-as na caixa.

Figura 29- Caixa de Oficinas

Fonte; O autor.

OFICINA 1 - REFAZENDO PASSOS ANTIGOS

Essa atividade tem como objetivo que os professores possam trabalhar com os alunos e alunas da escola as transformações espaciais e de uso que ocorreram no prédio em que estudam, familiarizando-os com fontes da cultura material e os envolvendo numa prática de preservação e conservação do patrimônio público. Também se pretende que os alunos compreendam que a concepção do prédio escolar liga-se à concepção de educação de uma determinada época. Assim, a atividade é composta por diferentes tipos de fontes: duas fotografias do Instituto (Imagem 1 - foto frontal, de 1930, em pb, logo após a inauguração/ Imagem 2: foto aérea da década de 80, colorida), mostrando o conjunto arquitetônico do Instituto, e a transcrição de trechos da reportagem do *Jornal do Brasil*, de 05 de outubro de 1930, sobre a apresentação da Escola Normal, por Fernando Azevedo, a um grupo de repórteres da ABI.

Para o desenvolvimento da oficina, num primeiro momento, são apresentadas as fotografias sobre o conjunto arquitetônico para a turma. Organizados em grupos, os discentes devem analisá-las levantando cinco questões para serem pesquisadas e respondidas. Para viabilizar a pesquisa, sugere-se que essa etapa da atividade seja realizada na sala de informática.

Figura 30 – Iserj em foto frontal, de 1930, em preto e branco (Imagem 1)

Figura 31 - Iserj em foto aérea posterior, da década de 1980, colorida (Imagem 2)

No segundo momento, a sugestão é que o docente organize com a turma uma visita guiada, baseada na referida reportagem do *Jornal do Brasil* (Trechos 1, 2, 3 e 4), refazendo o roteiro da primeira visita guiada ao prédio da instituição, ocorrida no dia 4 de outubro de 1930, às vésperas da data prevista para sua inauguração, dia 12 de outubro de 1930, quando o diretor de Instrução Pública, Fernando de Azevedo, recepcionou e apresentou aos jornalistas da Associação Brasileira de Imprensa o novo prédio construído para abrigar a Escola Normal do Distrito Federal. Para isso, no intuito de facilitar a realização da atividade, a reportagem foi dividida em quatro trechos, que serão lidos com a turma para a familiarização do trajeto e para que conheçam como o prédio era na época em que foi inaugurado.

Transcrição trecho 1 –

Marcada para hontem a visita dos jornalistas cariocas ao novo estabelecimento de ensino normal, reuniram-se mais de 25 socios da nossa principal organização profissional de imprensa os quaes, ao chegarem ao predio da rua Mariz e Barros, foram recebidos pelo Sr. Fernando de Azevedo e altos funcionários da Directoria de Instrucção, passando em seguida para a ampla galeria que circunda o novo estabelecimento, por alli começando a visita. Essa bella galeria, qua d´ aqui a pouco se enchera do rumor garruio das nossas jovens normalistas, mede 1225 metros quadrados, possuindo em cada extremidade um elevador com capacidade para 16 passageiros. No centro, fica um grande pateo com claustro tradicional o qual, como o resto do edificio obedece ás linhas do mais puro estylo colonial (Jornal do Brasil, edição 239, 5 de out. de 1930, p. 9).

Transcrição trecho 2 –

Passaram em seguida os visitantes ao auditorio de musica e canto oral, dotado de excellente acustica e constituindo uma peça

completamente isolada do resto do edificio, como convem aos fins no qual foi destinado.
A sala de Reunião da Congregação, percorrida após, é muito ampla e guarnecida com a necessária austeridade. O gymnasio, departamento exigido pelas normas de educação. Possue todos os aperfeiçoamentos modernos inclusive sala de banhos, renovação automatica de ar e uma varanda circular para os espectadores.
O Theatro onde poderão ser realizadas conferencias, exhibições cinematographicas, etc., tem condições de hygiene e comodidade (Jornal do Brasil, edição 239, 5 de outubro de 1930, p. 9).

Transcrição trecho 3 –

O novo edificio, construído num terreno medindo 17.807 metros quadrados, será inaugurado no proximo dia 12, começando as aulas da Escola Normal, de applicação, curso complementar, classes maternaes e jardim de infância, a funccionar no dia 15 corrente. No edificio da actual Escola Normal será installada uma Escola publica, a qual será denominada Escola Portugal. O novo edificio tem capacidade para 2000 alumnos,e possue na porta da frente tres pavimentos. Entre o museu e as aulas ha 52 salas, tendo todas relogios electricos incommunicantes, telephonicos automáticos. O mobiliario é inteiramente novo e obedece principios pedagogicos e hygienicos (Jornal do Brasil, edição 239, 5 out. 1930).

Transcrição trecho 4 –

O material dos laboratorios, apparelhos médicos foram importados da Alemanha. A construção durou 18 mezes. O porteiro tem um luxuoso edificio que ocupa um annexo. Ha cincoenta e cinco bebedouros e 56 aparelhos de hygía. O pavilhão do Jardim da Infancia, para as crianças de 4 a 7 anos, é completamente independente. Existe ainda um bar para pequenas refeições.
Os apparelhos hygienicos, que são os mais modernos, existem na proporção de um para cada vinte alumnos. Há um archivo de ficha e a bibliotheca obedece ao mesmo systema da do Ministerio do Exterior. Existem também salas especializadas de physica, chimica, historia natural, psychologia experimental: geographia, salas de canticos, de trabalhos manuaes, de desenhos, de leitura, museus de historia natural, de hygiene e de pedagogia (Jornal do Brasil, edição 239, 5 de out. de 1930, p. 9).

Em seguida, após a leitura dos trechos da reportagem, são propostas questões para serem desenvolvidas no trabalho de campo, durante a visitação guiada do *campus* Iserj. Dessa maneira, ao tentar reconstruir os caminhos trilhados por Fernando de Azevedo na apresentação do prédio aos jornalistas cariocas da ABI, os alunos e alunas terão que identificar: os espaços percorridos; se esses espaços preservam a mesma função da época; os aspectos do estilo arquitetônico do prédio; se ainda existem os aparelhos citados na entrevista e suas condições atuais.

OFICINA 2 - GÊNERO E UNIFORMES

O objetivo dessa oficina é discutir sobre a luta das mulheres para a conquista de direitos e afirmação de suas identidades em nossa sociedade, percebendo que é um processo que envolve mudanças e permanências, em meio a relações de poder historicamente construídas. Para a realização da oficina serão apresentadas três fontes jornalísticas (DOC 1- Nosso Uniforme de Verão - *O Tangará*, 1957; DOC 2 -Normalistas queimam sutiãs no Rio - Folha de Londrina, 1997; e DOC 3- Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos e short para meninas - Extra, 20/09/2016) para a turma.

Figura 32 – "Nosso Uniforme de Verão", 1957 (DOC 1)

Nosso uniforme de verão

CRAVO

Pimenta quando entrevistada pela nossa reportagem

Em fins do ano passado Maria Joseita, nossa diretora, a pedido do prof. Cunha Rodrigues desenhou o "uniforme de verão", a ser usado pelas normalistas nos mêses mais quentes do ano. Esse modêlo foi anexado ao projeto que seria encaminhado à Congregação do Instituto para estudo.

Como o tempo passasse e não mais se ouvisse falar no modernissimo uniforme, a fim de melhor informar nossas leitoras, realizamos pequena *enquete* com seu idealizador prof. Cunha Rodrigues; sua criadora Zeita; prof. Geraldo Sampaio; alunas do ginásio e normal a famosa Pimenta (Maria de Lourdes), que agora reune as atribuições e atribulações de presidente do Conselho de Alunas e representante geral do Instituto de Educação.

Prof. Cunha Rodrigues, autor do projeto

22 O TANGARÁ

Profs. Cunha Rodrigues e Geraldo S. de Souza opinam sôbre o novo uniforme

O primeiro entrevistado foi o prof. Cunha Rodrigues, médico e catedrático de higiene, que nos explicou as vantagens do discutido "uniforme de verão".

"...evitar que se presencie em aula o espetáculo pouco recomendável, durante os dias quentes, das alunas abrirem a blusa, tirarem a gravata e arregaçarem as mangas, atitude de não compatível com a condição de futura professôra.

Além disso, considerando a energia dispendida pelas alunas durante cinco horas consecutivas e o conseqüente aumento de calor que redunda numa diminuição do rendimento escolar, é lícito concluir que o atual uniforme não está de acôrdo com os preceitos higiênicos, talvez por não ter sido ouvido o Serviço Médico Escolar, nem tão pouco os professôres de Higiene dêste Educandário.

A presente sugestão não implica na extinção do uniforme atual. Este permanecerá para uso nos dias frios e em certas solenidades (será o uniforme de gala), ficando o outro, de uso facultativo, como segundo uniforme. Fatores de ordem higiênica estão a indicar a criação imediata do uniforme em tela, visto como o verão se aproxima, ao que tudo indica, com rapidez e vigor".

— E como foi recebido seu projeto pela congregação?

— "A congregação opinou que se tratasse do assunto mais tarde... Do memorial enviado constam, ainda, maiores detalhes inclusive sôbre

(Continua na página 38)

Prof. Cunha Rodrigues Catedrático de Higiene do I. T. E.

O 4º ano ginasial também deu a sua opinião

O TANGARÁ 23

Figura 32 – “Nosso Uniforme de Verão", 1957
(DOC 1)

NOSSO UNIFORME DE VERÃO

CONCLUSÃO

o fornecimento de alimentação adequada às alunas. Sôbre êste assunto recebi do Sr. Diretor a informação de que no ano próximo o refeitório será supervisionado por nutricionistas!"

* Zeita, em poucas palavras deu-nos sua opinião:

— "Sou a favor do uniforme de verão porque é mais higiênico e principalmente por causa do sapato de entrada baixa, mais feminino, mais elegante e confortável. Além disso, a blusa de mangas curtas é mais fresca e própria para nosso clima nos mêses de verão.

* Prof. Geraldo Sampaio, ex-normalista e hoje catedrático:

— "Considero o projeto uma necessidade. O atual uniforme é muito quente para o clima do Rio, enquanto que o novo uniforme, embora obedecendo às linhas atuais, terá mangas curtas, gola aberta e saia de tecido leve (tropical)".

* O ginásio foi representado por Denise Meireles T. 410:

— "Sou a favor do novo modêlo porque acho o nosso atual uniforme além de quente, desconfortável".

* (3.º ano normal):

* Finalmente nossa amiga Maria de Lourdes Pimenta concedeu-nos alguns segundos:

— Se houver uma portaria obrigando tôdas as alunas a comparecerem com determinado uniforme, segundo a época, evitando assim que umas usem o uniforme de verão e outras o de gala, quebrando a harmonia do conjunto, estarei de acôrdo!"

— A fotografia fala por si!!!

— Nós cremos, que com êste calor torna-se indispensável a criação do uniforme de verão.

E você, que nos lê, que pensa?

DOC 1 (Transcrição)- Nosso uniforme de verão, por Cravo – *O Tangará*, 1957.

Em fins do ano passado Maria Joseíta, nossa diretora, a pedido do prof. Cunha Rodrigues, desenhou o “uniforme de verão”, a ser usado pelas normalistas nos mêses mais quentes do ano. Êsse modêlo foi anexado ao projeto que seria encaminhado à Congregação do Instituto para estudo.

Como o tempo passasse e, não mais se ouvisse falar no moderníssimo uniforme, a fim de melhor informar nossas leitoras, realizamos pequena *enquete* com seu idealizador prof. Cunha Rodrigues; sua criadora Zeíta; prof. Geraldo Sampaio; alunas do ginásio e normal a famosa Pimenta (Maria de Lourdes), que agora reúne as atribuições e atribulações de presidente do Conselho de Alunas e representante geral do Instituto de Educação.

*O primeiro entrevistado foi o prof. Cunha Rodrigues, médico e catedrático de higiene, que nos explicou as vantagens do discutido “uniforme de verão”.

“...evitar que se presencie em aula o espetáculo pouco recomendável, durante os dias quentes, das alunas abrirem a blusa, tirarem a gravata e arregaçarem as mandas, atitude não compatível com a condição de futura professora.

Além disso, considerando a energia dispendida pelas alunas durante cinco horas consecutivas e o consequente aumento de calor que redunda numa diminuição do rendimento escolar, é lícito concluir que o atual uniforme não está de acôrdo com os preceitos higiênicos, talvez por não ter sido ouvido o Serviço Médico Escolar, nem tão pouco os professôres de Higiene dêste Educandário.

A presente sugestão não implica na extinção do uniforme atual. Êste permanecerá para uso nos dias frios e em certas solenidades (será o uniforme de gala), ficando o outro, de uso facultativo, como segundo uniforme. Fatores de ordem higiênica estão a indicar a criação imediata do uniforme em tela, visto como o verão se aproxima, ao que tudo indica, com rapidez e vigor”.

- E como foi recebido seu projeto pela congregação?

- “A congregação opinou que se tratasse do assunto mais tarde... Do memorial enviado constam, ainda, maiores detalhes inclusive sôbre o fornecimento de alimentação adequada às alunas. Sôbre êste assunto recebi do Sr. Diretor a informação de que no ano próximo o refeitório será supervisionado por nutricionistas!”

*Zeíta, em poucas palavras deu-nos sua opinião:

- “Sou a favor do uniforme de verão porque é mais higiênico e principalmente por causa do sapato de entrada baixa, mais feminino, mais elegante e confortável. Além disso, a blusa de mangas curtas é mais fresca e própria para nosso clima nos mêses de verão”.

*Prof. Geraldo Sampaio, ex-normalista e hoje catedrático:

- “Considero o projeto uma necessidade. O atual uniforme é muito quente para o clima do Rio, enquanto que o novo uniforme, embora obedecendo as linhas atuais, terá mangas curtas, gola aberta e saia de tecido leve (tropical)”.

*O ginásio foi representado Denise Meireles T. 401:

- “Sou a favor do novo modêlo porque acho o nosso atual uniforme além de quente, desconfortável”.

*(3º ano normal):

*Finalmente nossa amiga Maria de Lourdes Pimenta concedeu-nos alguns segundos:

- Se houver uma portaria obrigando tôdas as alunas a comparecerem com determinado uniforme, segundo a época, evitando assim que umas usem o uniforme de verão e outras o de gala, quebrando a harmonia do conjunto, estarei de acordo!"

- A fotografia fala por si!!!

- Nós cremos, que com êste calor torna-se indispensável a criação do uniforme de verão.

E você, que nos lê, o que pensa?

DOC 2- Normalistas queimam sutiãs no Rio, por Andreia Maia - *Folha de Londrina*, 1997.

Indecente

Andréia Martins (C), 17 anos, aluna do Instituto de Educação, um dos mais tradicionais do Rio, mostra top que foi proibido pela direção do instituto. Pelo menos 200 alunas do Instituto de Educação, um dos mais tradicionais Rio na formação de professores do primeiro grau, queimaram ontem pela manhã 40 sutiãs na entrada do colégio. O protesto foi contra a decisão da direção da escola que proibiu o uso de sutiãs e tops (roupa de ginástica) coloridos pelas estudantes. As normalistas carregaram um sutiã de papelão com a faixa ‘‘A primeira repressão a gente não esquece’’. A direção da instituição negou a decisão e disse que só estão proibidos os tops.

As estudantes também reclamaram da falta de professores em algumas disciplinas, da mudança de avaliação do curso no segundo semestre - de conceitos para médias - e da proibição de uso de saias curtas. ‘‘As inspetoras não deixam as alunas passarem pelo portão se estiverem com sutiãs coloridos’’, disse a estudante Janaína Alves, de 17 anos, aluna da primeira série do 2º Grau.

A mãe da estudante Danielle Cristine de Oliveira Cunha, de 12 anos, da 6ª série, dona de casa Maria Regina, de 44 anos, disse que a filha foi retirada da sala de aula e teve que voltar para casa porque usava um sutiã cor-de-rosa.

As vice-diretoras do colégio, Luísa Alves Ferreira Portes e Márcia Tillio, negaram o incidente com a aluna. Disseram que chamaram a atenção de Danielle porque a estudante estava com um top ‘‘indecente’’.

Segundo Luísa e Márcia, as estudantes nunca foram impedidas de entrar na escola com sutiãs de cor escura. Foram apenas orientadas a optar pelas cores branca e bege para combinar com blusa branca do uniforme. ‘‘Essas alunas serão futuras professoras e precisam dar exemplo’’ afirmou Luísa.

O Instituto da Educação é um dos colégios mais tradicionais do Rio na formação de professores do primeiro grau. Fundado em 1930, o colégio tem hoje 5.300 alunos, estudando do maternal ao segundo grau. Desse total, 95% são meninas (Fonte: https://www.folhadelondrina.com.br/geral/normalistas-queimam-sutias-no-rio-49075.html).

DOC 3- Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos e short para meninas - *Extra*, 20/09/2016

Agora, alunos do Colégio Pedro II poderão escolher se usam saia ou bermuda, independente do gênero. Segundo informe publicado no site da instituição, o objetivo é manter “a igualdade, a identidade e a diversidade de seu corpo discente”.

Até então, o uniforme para meninos era composto por camisa e calça, enquanto o das meninas vinha acompanhado de saia. Agora, a escola indicará apenas as peças, cabendo a cada um escolher aquela com a qual mais se identificar. Outra novidade é que, no verão, ambos poderão usar o uniforme de educação física, composto por um short, sempre que quiserem.

Segundo o texto diz ainda que a medida segue parâmetros da Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT).

No comunicado, o reitor Oscar Halac afirma que o Pedro II determinará apenas o uniforme que será usado pelos alunos, sem discriminar se é masculino ou feminino. “Propositalmente, deixa-se à critério da identidade de gênero de cada um a escolha do uniforme que lhe couber. Estamos cumprindo a determinação de uma resolução vigente e procuramos de alguma maneira contribuir para que não haja sofrimento desnecessário entre aqueles que se colocam com uma identidade de gênero diferente daquela que a sociedade determina. Creio que a escola não deve estar desvinculada de seu tempo e momento histórico. A tradição não importa em anacronia, mas pode e deve significar nossa capacidade de evoluir e de inovar”, completou.

Luta contra o machismo

Em junho, para denunciar machismo e assédio que sofrem por causa do uniforme, alunos e alunas promoveram um "saiato" em frente ao Colégio Militar, como publicou em seu blog a colunista do EXTRA Berenice Seara.

"Numa rixa entre os dois colégios, começaram a trocar ofensas pelo Twitter e vieram atacar as meninas, por causa do tamanho das nossas saias. Então organizamos o movimento pacífico para mostrar que o tamanho da saia não justifica nenhum assédio e nem diz nada

sobre o nível do ensino", afirmou M.K.I., de 17 anos, presidente do grêmio (Fonte: https://extra.globo.com/noticias/rio/colegio-pedro-ii-no-rio-libera-saia-para-meninos-short-para-meninas-20144252.html).

Em seguida, os alunos e alunas, organizados em grupos, devem desenvolver as questões propostas. Para realização de pesquisas necessárias ao desenvolvimento das atividades, sugere-se que a atividade seja desenvolvida no Laboratório de Informática. Seguem as atividades propostas.

Atividade 1 - Leiam e troquem informações sobre os três documentos dados e, apontem as permanências e mudanças sobre o tema abordado nas reportagens.

Atividade 2 - Apresentem um breve panorama sobre a conjuntura histórica brasileira nos distintos períodos presentes nas reportagens

Atividade 3 - Embora ainda haja muitas desigualdades entre homens e mulheres em nossa sociedade, muitas foram as conquistas das mulheres ao longo do período aqui analisado, independência financeira, acesso à universidade, liberdade sexual, dentre outras. Para as adolescentes e jovens da atualidade é “natural” vestir-se com shorts, tops, minissaias, etc. De que maneira os **DOC 1** e **DOC 2** desnaturalizam nosso olhar? De que forma tivemos acesso a esse direito de vestir-se, hoje em dia?

OFICINA 3 - CIDADANIA E LUTAS ESTUDANTIS

O objetivo dessa oficina é trabalhar a questão da cidadania através da luta por direitos forjada pelos estudantes nas diferentes fases da história do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Assim, serão disponibilizadas três fontes históricas de períodos diferentes da história da escola (Fonte 1, Conferência para arrecadar fundos em prol da liberdade de um escravizado, *Pharol*, data 1º ago. 1880, p. 4 - Fonte 2, Editorial sobre a morte do estudante Edson Luiz em maio de 1968, *O Tangará*, 05/1968, ed. 24, ano III - Fonte 3, imagem referente a ocupação do Instituto pelos alunos em 2016, foto pública.

Figura 33 - Conferência para arrecadar fundos em prol da liberdade de um escravizado, Pharol, data 1º ago. 1880, p. 4 (DOC 1)

4 Pharol

Bella tão bella como a flôr mimosa,
Botão de roza do mais puro odor;
Pura tão pura como a santa fé,
Que abrigo é do primitivo amor.

Lindos cabellos, perfumadas tranças
Voam nas danças, n'um polkar sem fim;
E o pé mimoso, voltejando aereo,
Quanto mysterio não conserva assim!

Filha do norte, do Brazil o solo,
Que n'este pólo tanto brilho tens;
Estrella d'alva, divinal archanjo,
Celeste anjo, que animar-me vens.

Filha do norte, do virgineo seio
Dá sem receio, da amizade a fé;
Porque eu só quero, respeitoso dar-te
De irmãos a parte, que só tua é.

Oh! n'um sorriso de teus labios puros,
Ledos, futuros, eu verei surgir.
E' a primavera, que julguei perdida
Encontrei na vida n'um melhor porvir.

Flôr que vicejas n'um jardim mimoso,
Astro formoso de brilhante luz.
Oh! vive sempre descuidosa e pura
N'essa ternura, que ao mortal seduz.

Rio.—Junho de 1880.

SALLES PEREIRA.

NOTICIARIO

Realizou-se no Domingo (25), com a assistencia do maestro Carlos Gomes, a conferencia promovida pelos alumnos da Escola Normal em beneficio da liberdade de um escravo, sendo o orador o illustrado Sr. Dr. Vicente de Souza, vantajosamente conhecido nesta côrte.

E' innegavel, que o joven e profundo orador, sempre na dianteira dos verdadeiros principios, do direito, e á causa mais digna do seculo—a liberdade—mais uma vez foi enthusiasticamente applaudido no desenvolvimento de suas idéas.

S. S., sempre cheio de calma nas suas discussões, apresentou e definiu com claresa a sua these merecendo as mais vivas manifestações.

Depois de um brilhante discurso e de um seguido rompimento de palmas e vivas, retirou-se da tribuna o illustrado Dr., sendo tambem nesta occasião saudado o maestro, que se achava n'um camarote com a commissão dos alumnos. O maestro agradeceu, e por sua vez deu um brado enthusiastico ao povo fluminense, retirando-se em seguida acompanhado da commissão, até á porta do theatro.

Findas estas manifestações, o Sr. José do Patrocinio, chamado pelo povo, que enchia a platéa e os camarotes, subiu á tribuna e pronunciou um agradavel discurso, sendo por diversas vezes applaudido.

Ainda uma vez, o povo não satisfeito, e querendo experimentar os oradores que se achavam presentes, reclama a presença na tribuna do Sr. Dr. L. Trovão, que estava em um camarote donde dirigiu a palavra.

S. S., obedecendo a este impulso, revelou na tribuna as mesmas idéas dos seus *irmãos*-tres-vezes, n'um resumido discurso, merecendo no correr de sua exposição e no final muitos applausos.

Achavam-se presentes algumas alumnas da Escola e outras senhoras.

Na porta da entrada do theatro estava uma commissão de alumnas, recebendo os donativos das pessoas que na passagem depositavam.

Esteve pois na altura do seu fim a conferencia promovida pelos normalistas da côrte. A quantia arrecadada foi 164$640.

De nossa parte saudamos tão distinctos moços e tão distinctas senhoras pela attitude com que têm tomado a si fazer real a execução da tarefa de que estão empenhados.

Recebemos os ns. 25 e 26 do *Neophyto*, acompanhados de um *supplemento*—uma carta do Sr. Bonifacio Muniz, em defesa dos jesuitas.

Lê-se na *Revista Illustrada*:

« Foram recolhidas á estação as menores Rosa e Thereza, encontradas chorando ás dez horas na rua de Luiz de Camões...

« Já se não póde nem chorar a hora que se tem vontade.»

POR UM RISO...

Um sujeito tinha apanhado por engano uma roda de pancadas, e soltava barrigadas de riso, exclamando:

— Ah! como se enganaram, tomando-me por um outro.

—

Certo individuo, criticando Milton por não ter ensinado o latim a suas filhas, este lhe respondeu:

— Uma mulher não precisa senão ter uma lingua.

—

Antes de jurar a uma mulher de não amar outra, seria necessario tel-as visto todas, ou então não ver nenhuma senão ella.

Typ. do *Brazil Catholico*, rua Sete de Setembro 65.

DOC 1 (transcrição)- Conferência para arrecadar fundos em prol da liberdade de um escravizado, *Pharol*, data 1º ago. 1880, p. 4

Noticiario- Realizou-se no Domingo (23), com a assistencia do maestro Carlos Gomes, a conferencia promovida pelos alumnos da Escola Normal em beneficio da liberdade de um escravo, sendo o orador o illustrado Sr. Dr. Vicente de Souza, vantajosamente conhecido nesta côrte.

É innegavel, que o joven e profundo orador, sempre na dianteira dos verdadeiros principios, do direito, e á causa mais digna do seculo - a liberdade - mais uma vez foi enthusiasticamente applaudido no desenvolvimento de suas idéas.

S. S., sempre cheio de calma nas suas discussões, apresentou e definiu com claresa a sua these merecendo as mais vivas manifestações.

Depois de um brilhante discurso e de um seguido rompimento de palmas e vivas, retirou-se da tribuna o illustrado Dr., sendo tambem nesta occasião saudado o maestro, que se achava n'um camarote com a comissão dos alumnos. O maestro agradeceu, e por sua vez deu um brado enthusiastico ao povo fluminense, retirando-se em seguida acompanhado da commissão, até a porta do theatro.

Findas estas manifestações, o Sr. José do Patrocinio, chamado pelo povo, que enchia a platéa e os camarotes, subiu á tribuna e pronunciou um agradavel discurso, sendo por diversas vezes applaudido.

Ainda uma vez, o povo não satisfeito, e querendo experimentar os oradores que se achavam presentes, reclama a presença na tribuna do Sr. Dr. L. Trovão, que estava em um camarote donde dirigiu a palavra.

S. S., obedecendo a este impulso, revelou na tribuna as mesmas idéas dos seus *irmãos*-tres-vezes, n'um resumido discurso, merecendo no correr de sua exposição e no final muitos applausos.

Achavam-se presentes algumas alumnas da Escola e outras Senhoras.

Na porta da entrada do theatro estava uma commissão de alumnas, recebendo os donativos das pessoas que na passagem depositavam.

Esteve pois na altura do seu fim a conferencia promovida pelos normalistas da côrte. A quantia arrecadada foi 164$640.

De nossa parte saudamos tão distinctos moços e tão distinctas senhoras pela attitude com que têm tomado a si fazer real a execução da tarefa de que estão empenados.

Figura 34- Editorial. *O Tangará*, ano III, n. 24, maio 1968 (DOC 2)

O TANGARÁ

ANO III ☆ ☆ GB, MAIO, 1968 ☆ ☆ Nº 24

Editorial

DOC 2 (transcrição)- Editorial. *O Tangará*, ano III, n. 24, maio 1968.

Édson Luís Lima de Souza, estudante de artigo 99, de 16 anos de idade, foi morto, enquanto participava de uma manifestação estudantil que reivindicava melhor comida para o restaurante central dos estudantes: O Calabouço.
Esta não é uma simples notícia de falecimento de um jovem de 16 anos. Sua importância maior deve ser vista dentro do contexto em que estamos inseridos.

Édson, como sabemos, não era um "líder do movimento estudantil", "um terrível subvertor da ordem constituída". Ele era um estudante como nós, que veio do Pará, região extremamente pobre, para tentar vencer na vida.

Édson foi assassinado. Outras pessoas foram feridas gravemente. Das janelas dos edifícios, dos ônibus, das ruas, pelo rádio e pela televisão presenciamos êste assassinado.

Por que estamos expostos a perigos desta espécie quando reivindicamos comida melhor – achamos justo perguntar.

A principal resposta a esta pergunta é a falta opressiva de "diálogo real" entre Governo e estudantes ("ao mesmo tempo que declaram aberto o diálogo, continuam a caçar e prender estudantes!"). Fala de diálogo que leva a uma omissão criminosa diante de atrocidades que, como essa, se sucedem diariamente. No atual estado de coisas, em que nos encontramos, é bem freqüente ouvirmos colegas dizendo "sabiamente": – Édson Luís morreu. E o que é que eu tenho com isso? Quem mandou andar metido em fofoca de estudantes? Outros há que dizem textualmente "sou apolítico!" e seguem pela vida dos produtos, ou melhor subprodutos da indiferença. Esta aí, bem próxima de nós, a consumação da falta de abertura das classes dominantes para com o estudante brasileiro: o problema dos excedentes. – Excedentes da tolerância governamental, em admitir nas escolas universitárias do país "1 dos estudantes brasileiros" que terminaram o curso primário. Torna-se desnecessário, porque óbvio falar da "honestidade" dos vestibulares.

Denunciamos aqui a ausência de experiências pedagógicas nas escolas secundárias da Guanabara, 1 estado de federação a considerar obrigatório o ensino obrigatório o ensino primário, para maiores de sete anos de idade.

Mais uma vez denunciamos a baixa qualidade do ensino oficial brasileiro, nos diversos níveis de ensino: primário, secundário, técnico e superior, refletida nos "currículos completamente desintegrados da realidade social brasileira".

Pertencemos a um curso de formação técnica-profissional do magistério oficial do Estado da Guanabara. Por acaso sabemos que, no ano de 1967, ano passado, 50% das crianças de nível 1 foram reprovadas. Não, fato como êstes nos são ocultados, exatamente quando estamos nos capacitando técnica e especificamente para assumir um cargo do magistério primário oficial.

"Não cabe ao estudante opinar, discutir, ou mesmo se preocupar com os rumos da educação brasileira. Quanto aos currículos, deve manter-se em espera passiva, pois as autoridades competentes saberão tratar do assunto. A juventude estudantil precisa aprender a respeitar a hierarquia" – diz a maioria de nossos professores.

Basta de omissão e o que é pior: omissão consciente!

Estamos cansados da demagogia que prega um endurecido respeito à hierarquia que, na escala de valôres do nosso sistema educacional, está colocada acima das necessidades dos estudantes.

Estamos fartos de ouvir dizer que, ao estudante cabe apenas estudar. O quê? Como? Pra quê? – São perguntas que supostamente não cabe responder.

Fala-se muito da Escola Nova, mas o que constatamos é que a nossa escola continua "preparando-nos para viver fora da vida e da realidade brasileira".

Exigimos uma participação consciente e honesta na busca de soluções para os problemas que martirizam a vida de nosso povo. Somos educadores e como tal deve ser nossa participação. Precisamos pagar com juros o privilégio de fazermos parte da minoria que vai à Escola.

Estamos dispostos a reiterarmos aqui nossa vontade de trabalhar na construção de uma sociedade mais justa, onde cada homem valha pelo que é e, não pelo que tem.

Para isso queremos condições reais de estudo e trabalho: professôres que tenham condições de serem educadores; facilidade para aquisições de material de estudo e acomodações adequadas; queremos direitos de crítica para que possamos dialogar, na acepção da palavra; queremos liberdade para reivindicarmos nossos justos direitos.

Mas, quando vemos que nossos apelos são, uma vez mais olvidados por aquêles que dizem, que a educação constitui um empreendimento a longo prazo, de grande importância para o desenvolvimento nacional, chegamos a conclusão de que "estamos vivendo um processo oficial de marginalização do estudante, do cidadão e do povo brasileiro, do seu processo sócio-político-cultural".

Figura 35- Imagem referente a ocupação do Instituto pelos alunos em 2016, foto pública (DOC3)

<https://www.facebook.com/ocupaiserj/photos/a.118772338531142/2283875475696 20/?type=3&theater>

Em seguida, para a realização das atividades, os alunos da turma serão organizados em grupos. Sugere-se que a oficina seja feita no Laboratório de Informática devido a necessidade de pesquisa na execução das atividades que se seguem.

Atividade 1 - Após a leitura da fonte 1 faça um breve portifólio sobre Carlos Gomes, José do Patrocínio e Lopes Trovão levando em consideração suas ações abolicionistas. De posse dessa pesquisa, explique o ideal abolicionista dos alunos e alunas da Escola Normal da Corte que organizaram a dita Conferência.

Atividade 2 - Compare as reivindicações dos estudantes nas diferentes fases da história do Iserj presentes nas fontes 2 e 3 e construam um pequeno texto sobre suas conclusões.

Atividade 3 - Embora as ações apresentadas nessas fontes estejam ligadas a um universo específico, ou seja, reivindicações estudantis, de que maneiras tais reivindicações se ligam aos aspectos mais gerais dos problemas sociais brasileiros em suas respectivas temporalidades?

CONCLUSÃO

A Dissertação apresentada teve o objetivo de trabalhar a possibilidade da utilização da história da escola, no caso o Iserj, na prática de Ensino de História. Priorizou-se no seu desenvolvimento a compreensão das identidades elaboradas no histórico de construção de sua sede em 1930 e nos periódicos estudantis *Pharol* (1880-1881) e *O Tangará* (1953-1957).

Assim, por meio do histórico do prédio, destacou-se o nome de políticos e/ou educadores ligados a uma nova concepção de educação, a Escola Nova, que, inclusive, é uma marca identitária ainda presente na instituição.

O próprio prédio foi planejado para atender a essa nova perspectiva educacional e também foi construído nos marcos do movimento artístico neocolonial, expressando um projeto de sociedade para a nação brasileira.

Já a análise dos periódicos estudantis citados permitiu abordar essa história evidenciando o protagonismo dos alunos e alunas em diferentes momentos da instituição. Esse caminho adotado nos permitiu desviar de um tipo de história tradicional, possibilitando uma abordagem mais plural da história e, dessa forma, dando voz a outros atores sociais.

O processo de pesquisa e escrita da Dissertação foi enriquecido pela estratégia de visitas com as turmas aos diferentes espaços da escola, oportunizando aos alunos e alunas, através da prática de ensino de História, a compreensão e apropriação desses espaços. Em particular, as visitas guiadas ao CMEB, onde tiveram acesso a fontes de naturezas distintas, entre elas o periódico estudantil *O Tangará*, que informam sobre a história da instituição desde o período imperial.

Outro momento significativo foi a seleção de materiais dos periódicos estudantis *Pharol* e *O Tangará* realizada no Laboratório de Informática pelas turmas. Essas fontes históricas selecionadas serviram para a Dissertação e também para a elaboração das oficinas sugeridas como produto pedagógico, além de proporcionarem aos estudantes o conhecimento de suas histórias.

O começo, o meio e o fim desta Dissertação ocorrem numa conjuntura política nacional marcada por fortes retrocessos democráticos e sociais. Nesse contexto, reafirmo o meu papel de professor de História, de educador, na luta por uma educação pública de qualidade para todos. Assim, por meio da prática de ensino de História proposta, procuro me contrapor a essa realidade adversa, buscando trabalhar a história do Iserj, ressaltando as identidades estudantis, condição necessária para a preservação, defesa e valorização do espaço escolar e, consequentemente, da educação pública.

REFERÊNCIAS

Periódicos

BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (Jan/Mar de 1930)

CORREIO DO DIA (1880)

DIÁRIO CARIOCA (1955)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1930)

ESTRELA AZUL (1954)

EXTRA (2016)

FOLHA DE LONDRINA (1997)

GAZETA DE NOTÍCIAS (1940)

INSTITUTO (1941)

JORNAL DO BRASIL (1930; 2000)

JORNAL DO COMMERCIO (1930; 1980)

NORMALISTA (1948-1949; 1952)

O GLOBO ON LINE (2017)

O JORNAL (1930)

O TANGARÁ (1953-1957; 1959; 1968)

PHAROL (1880-1881)

Sites

www.iserj.edu.br

Bibliografia

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOHIET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOHIET, Rachel (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 38-54.

AZEVEDO, F. A arte como instrumento de educação popular na Reforma. In: Obras completas: novos caminhos, novos fins. A nova política de educação no Brasil. Vol. VII. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 124-125. Apud VIDAL, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. Entrevista concedida ao jornal carioca A NOITE, em 24 de maio de 1927 apud VIDAL, 1994, p. 37.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Escritas estudantis em periódicos escolares. **Revista História da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 40, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/38763/pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BOLETIM de Educação Pública. Distrito Federal: Diretoria Geral de Instrução Pública, ano. I, n. 1, jan./mar. de 1930.

BRASIL. Decreto n. 6.379, de 30 de nov. de 1876. **Crêa, no Municipio da Côrte, duas escolas normaes primarias**, Rio de Janeiro, RJ. In: COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil. Vol. 2, parte II, 1876. p. 1144-1150. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932. **Regula a formação technica para o Districto Federal, com a previa exigencia do curso secundario, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1932. Disponível em: < http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/LF/impresso/decreto-n-3-810-de-19-de-marco-de-1932-regula-a-formacao-technica-para-o-districto-federal-com-a-previa-exigencia-do-curso-secundario-e-transforma>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 407, de 17 de maio de 1890. **Approva o regulamento para a Escola Normal da Capital Federal**. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1002 Vol. 1 fasc. V. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-407-17-maio-1890-520797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de ago. de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRASIL. Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em 3 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. **Estabelece a organização municipal do Districto Federal**. Coleção de Leis do Brasil - 1892, Página 84 Vol. 1 pt I. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Relatório do Ministério e Secretariado de Estado Interino dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs).

Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 401-418.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

FERREIRA, Marieta de Morais e FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. 2001. Disponível em: < http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/np4ferreira.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FORTINI, Amneris. Jornal escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 3, n. 10, jun., 1940, p. 95-96.

FOURQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, nº 5, 1992, p. 28-49.

FREINET, Celéstin (1957). **O jornal escolar**. Lisboa: Ed. Estampa, 1967.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. **Cultura matéria escolar: o papel da arquitetura**. Pro-Posições, v. 16, n. 1(46) – jan./abr. 2005.

GABLER, Louise. Escola Normal. **Dicionário Administração Imperial** (Dicionário on-line), 2016. Disponível em: <linux.an.gov.br/mapa/?p=9352>. Acesso em: 15 out. 2017.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. 313f. Tese (Doutorado em Linguística) – Letras, Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2007.

GRANATO, Maria Carolina; LOPES, Sonia de Castro. O ensino da História através da memória: PROMEMO / Iserj. **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil** (on-line), 2004. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/view/5219> Acesso em: 29 nov. 2017.

INSTITUTO de Estudos Brasileiros. **A reforma de Ensino no Distrito Federal (1927 - 1930)**, 2000, 205 f. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acesso em: 31 out. 2018.

KESSEL, Carlos. **Entre o pastiche e a modernidade**: arquitetura neocolonial no Brasil. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. 264 f.

LACERDA, Aroldo Dias *et al*. **Patrimônio cultural em oficinas**: atividades em contextos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Sonia de Castro. Entre história e memória: os anos dourados de professores no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. **Congresso Brasileiro de História da Educação,** IV, Goiânia, 2006. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Sonia%20Maria%20de%20Castro%20Nogueira%20Lopes%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 20 Out. 2017.

LOPES, Sonia de Castro; BREGLIA, Vera Lucia. A trajetória dos escritos: as relações entre acervos, história e memória. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Percursos e desafios da pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

LOPES, Sonia de Castro; GALVÃO, Fátima Araújo. A escola normal livre do município da corte (1874-75). **Congresso Brasileiro de História da Educação**, V, Aracaju, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/142.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

LUPETINA, Raffaela de Menezes. Formação docente e a mudança no perfil do alunado do curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1970. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al*. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, nov. 2010, p. 39-49.

MATTOS, Ilmar R de. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**, vol. 1, n. 21, Niterói, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de HIstória: saberes em lugar de fronteira. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr 2011. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MUNIZ SODRÉ. **Samba, o dono do corpo.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NAME, Leo; VALLADARES, Priscylla Freiria. Plano diretor do *campus* Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro: planejamento físico-territorial e identidade em um espaço para o ensino. **Revista de Administração Municipal - Municípios**, Rio de Janeiro, ano 57, n. 277, Abr/Set. 2011.

NORA, Pierre (1984). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 11 jan. 2017.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista de Educación**, 350(9), 203-218. Disponível em: <www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf>.Acesso em: 30 jun. 2017.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. *In*. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes em sala de aula. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 113-128.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 18 nov. 2018.

RAMOS, Francisco Régis L. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 23.482, de 10 de setembro de 1997. **Transfere o Instituto de Educação que menciona**. Disponível em: < https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/153556/decreto-23482-97>. Acesso em: 3 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 24.338, de 03 de junho de 1998. **Transforma, sem aumento de despesa, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, e dá outras providências**. Disponível em: < http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c39de50325681f0061559e/47d5c9a9b5fc7c5f03256a5d006af332?OpenDocument>. Acesso em: 3 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 24.665, de 18 de setembro de 1998. **Institui, sem aumento de despesa, o Colégio de Aplicação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - CAP-ISERJ, e dá outras providências**. Disponível em: < https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/227432/decreto-24665-98>. Acesso em: 3 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto n.º 1679 de 5 de janeiro de1915. Publicações da Câmara Municipal. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 jan. 2017.

RODRIGUES, Sul Brasil Pinto. **Espaço escolar e cidadania excluída**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911-1920). **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 8, n. 15, janeiro/julho de 2013, p. 135-155. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1690/1539>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SEGAL, André. Pour une didactique de la durée (Por uma didática de duração). In: MONIOT, Henri (Org.). **Enseigner l'histoire**. Berne: Peter Lang, 1984, p. 93-111 Apud BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Andréa Villela M. da; MELO, Keite Silva de. #Ocupaiserj: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.19, n.1, jan./mar. 2017. p. 119-140.

SILVA, Marcos A. Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural – contra o horror pedagógico. In: Lenskij, Tatina e Helfer, Nadir E. (orgs.). **A memória e o ensino de história**. S. Leopoldo: ANPUH/RS. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. A cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa. **Revista Brasileira de História da educação**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38596/20127>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VEIGA, Cynthia Greive, **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERONA, Priscilla. O uso de jornais do século XIX na sala de aula: uma fonte histórica para entender o Brasil Império. **Revista Brasileira de Educação Básica**. Ano 3, n. 7, jan/mar 2018. Disponível em: < http://rbeducacaobasica.com.br/o-uso-de-jornais-do-seculo-xix-na-sala-de-aula-uma-fonte-historica-para-entender-o-brasil-imperio/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Ver. Inst. Est. Bras.**. São Paulo, n. 37, 1994. p. 35-51. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5616

VIDAL, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Ver. Inst. Est. Bras.**. São Paulo, n. 37, 1994. p. 35-51. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5616.

VILLANOVA, Carla. O Instituto de Educação do Rio de Janeiro e suas vozes. In: FARIA, Lia Ciomar M. de; SOUZA, Silvio Claudio (orgs.). **Ecos e memória da escola fluminense**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2008.

WERLE, Flávia; SÁ BRITO, Lenir M.; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105. jun. 2007